

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANILO MENDES DE OLIVEIRA

OS PROJETOS DE ALIANÇA DE CLASSES NO JORNAL *A*
***CLASSE OPERÁRIA* (1928-1935)**

GUARULHOS

2019

DANILO MENDES DE OLIVEIRA

**OS PROJETOS DE ALIANÇA DE CLASSES NO JORNAL *A*
CLASSE OPERÁRIA (1928-1935)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo.

Área de concentração: História e Historiografia
Linha de Pesquisa: Instituições, Vida Material e Conflitos

Orientação: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo

GUARULHOS

2019

OLIVEIRA, Danilo Mendes de

Os projetos de aliança de classes no jornal *A Classe Operária* (1928-1935) / Danilo Mendes de Oliveira. Guarulhos, 2019.
160 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós-Graduação, 2019.

Orientação: Edilene Teresinha Toledo.

Título em inglês: The projects of alliance of classes in the newspaper *A Classe Operária* (1928-1935)

1. Partido Comunista do Brasil. 2. Imprensa. 3. Classes Sociais. 4. Revolução I. TOLEDO, Edilene Teresinha. II. Os projetos de aliança de classes no jornal *A Classe Operária* (1928-1935).

DANILO MENDES DE OLIVEIRA

**OS PROJETOS DE ALIANÇA DE CLASSES NO JORNAL *A CLASSE*
OPERÁRIA (1928-1935)**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
História pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas,
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História e
Historiografia

Aprovação: 07/02/2019

Prof. Dra. Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Clifford Welch
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Antonio Rago Filho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ao professor Magno
Ao professor Gigante
E ao Benjamin e ao Dante, meus filhos

*O proletariado do Brasil poderá realizar sozinho
sua própria revolução sem precisar de aliados?*

Octávio Brandão

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CEDEM (Centro de Memória e Documentação da Unesp) pelo fornecimento do material sem o qual esta pesquisa não seria possível.

Aos funcionários da Biblioteca da Unifesp de Guarulhos, sempre atenciosos.

Aos professores Antonio Rago Filho e Clifford Welch, cujas indicações fizeram este trabalho crescer.

Aos professores André Machado, Andréa Slemian e Carlos Carriga, pelas sugestões a esta pesquisa.

Ao meu amigo Rodrigo Araújo, pela ajuda na indicação de textos para a formulação do projeto de pesquisa e pelo incentivo ao reingresso no mundo acadêmico.

Aos meus companheiros da turma do mestrado de 2016, em especial Ricardo, Demétrio, Régis, Fábio, Lílian, Gustavo, Igor, Vanessa, Daniela, Flávio, Cléber, Paulo, Osvaldo, Vitor, Lucas, Guilherme, Paola, Patrícia, Jaqueline, Andréa, Larissa e Rodrigo, que dividiram comigo em vários momentos as inquietações dos percursos da vida acadêmica, da pesquisa, do cenário político tão conturbado em que vivemos e também os momentos de descontração. Quero expressar também meu carinho a toda a turma de 2016.

Aos meus pais, Domingas e Raimundo, que sempre me apoiaram em todos os sentidos.

À Antonia, minha esposa e companheira, pessoa que desde 2013 vem apoiando cada passo meu.

E em especial quero agradecer à professora Edilene Toledo, por sua dedicação, atenção, preocupação, generosidade, humildade, presteza, profissionalismo e amizade. Foi uma honra ter sido seu orientando. Muito obrigado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar a construção dos projetos de aliança de classes no jornal *A Classe Operária* no período entre 1928 e 1935, época conhecida como a segunda fase do órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil. Para isso, a pesquisa se concentrou em primeiro lugar em identificar a formulação da ideia de aliança de classes que seria exposta no jornal do partido. Em um primeiro momento, esta ideia tinha influência da teorização de Octávio Brandão apresentada no livro “*Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil*”, escrito entre os anos de 1924 e 1926. Nas páginas do jornal, a ideia de aliança consistia em uma união entre o proletariado e a “pequena-burguesia”, tendo o campesinato um papel secundário, o que não condizia com as diretrizes do Terceiro Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado entre o fim de 1928 e o início de 1929, quando se afirmou a importância da busca pelo apoio do campesinato. Situação que mudaria a partir de 1930, pois o jornal refletiria a diretriz imposta pelo Secretariado Sul-americano da Internacional Comunista, que desde 1929 impunha sanções à ideia de aliança com a “pequena-burguesia”. Desta forma, a busca pelo apoio dos camponeses ganhou mais força nas páginas do órgão de imprensa do partido, inclusive com a utilização de termos para se tentar uma aproximação com as realidades vividas pelos trabalhadores rurais. Porém, o jornal não conseguiu abandonar totalmente a ideia de aliança com a “pequena-burguesia”. Além disso, neste período se verificou a inclusão de elementos como os negros, os indígenas e as mulheres na ideia de aliança. Por fim, entre os anos de 1932 e 1935, mas principalmente entre os anos de 1934 e 1935, verificou-se que o jornal se voltaria ao debate da formação de uma frente única, culminando com o apoio do partido à Aliança Nacional Libertadora, fundada em março de 1935, ao mesmo tempo em que demonstraria uma tendência ao putschismo ou golpismo, representado pelos comandos dos líderes do próprio Partido Comunista do Brasil, como se pôde ver nas ideias expressas no jornal *A Classe Operária*. Desse modo, verificou-se de que forma a ideia de aliança de classes se relacionava com a questão da democracia.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil, imprensa, classes sociais, revolução, democracia.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the construction of class alliance projects in the newspaper *A Classe Operária* in the period between 1928 and 1935, a period known as the second phase of the press organ of the Communist Party of Brazil. To this end, the research focused primarily on identifying the formulation of the idea of class alliance that would be exposed in the party newspaper. At first, this idea was influenced by the theorizing of Octávio Brandão presented in the book "Agrarianism and Industrialism: Marxist-Leninist essay on the revolt of S. Paulo and the class war in Brazil", written between the years 1924 and 1926. In the pages of the newspaper, the idea of an alliance consisted of a union between the proletariat and the "petty-bourgeoisie," and the peasantry had a secondary role, which was not in accordance with the guidelines of the Third Congress of the Communist Party of Brazil, realized between the end of 1928 and the beginning of 1929, when the importance of the search for support of the peasantry was affirmed. This situation would change since 1930, since the newspaper would reflect the guidelines imposed by the South American Secretariat of the Communist International, which had imposed sanctions on the idea of an alliance with the "petty bourgeoisie" since 1929. In this way, the search for the support of the peasants gained more force in the pages of the press organ of the party, including with the use of terms to try an approximation with the realities lived by the rural workers. However, the newspaper could not completely abandon the idea of an alliance with the "petty-bourgeoisie." In addition, in this period the inclusion of elements such as blacks, natives and women in the idea of alliance was verified. Finally, between 1932 and 1935, but mainly between the years 1934 and 1935, it was verified that the newspaper would return to the debate of the formation of a united front, culminating with the support of the party to the National Liberating Alliance, founded in March 1935, at the same time as it would demonstrate a tendency to putschism or coup, represented by the leaders of the Communist Party of Brazil itself, as we could see in the ideas expressed in the newspaper *A Classe Operária*. In this way, it was verified how the idea of class alliance was related to the question of democracy.

Keywords: Communist Party of Brazil, press, social classes, revolution, democracy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A FORMULAÇÃO DA IDEIA DE REVOLUÇÃO DO PCB.....	32
1.1 A questão colonial na Internacional Comunista.....	32
1.2 As ideias de Octávio Brandão.....	45
1.3 O alcance da teoria pecebista.....	54
2 A MUDANÇA NA IDEIA DE ALIANÇA DE CLASSES NO JORNAL <i>A CLASSE OPERÁRIA</i> (1928-1931).....	59
2.1 A aliança entre proletariado e “pequena burguesia” no jornal <i>A Classe Operária</i>	60
2.2 As teses do III Congresso do PCB em confronto com o jornal <i>A Classe Operária</i>	71
2.3 A mudança de diretrizes na aliança de classes a partir de 1929.....	77
2.4 O Jornal <i>A Classe Operária</i> entre os anos de 1930 e 1931	88
2.4.1 Os trabalhadores rurais.....	88
2.4.2 Soldados, marinheiros, operários marítimos, pequenos funcionários, mulheres, negros e índios na ideia de aliança.....	96
2.4.3 A posição em relação a Prestes.....	104
3 ENTRE INIMIGOS E ALIADOS: O DEBATE SOBRE A FRENTE ÚNICA NO JORNAL <i>A CLASSE OPERÁRIA</i>.....	108
3.1 O aprofundamento da aliança de classes no Jornal <i>A Classe Operária</i>	111
3.2 Os inimigos e os aliados	125
3.3 Os levantes de 1935.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	153

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendeu-se estudar as mudanças na ideia de aliança de classes presente nas páginas do jornal *A Classe Operária*, órgão de imprensa do Partido Comunista do Brasil (PCB) no período compreendido entre 1928 e 1935.

O ano de 1928 foi escolhido como início do recorte temporal desta dissertação pelo fato de ter se dado nele o retorno da publicação do jornal *A Classe Operária*, fechado desde 1925. Foi a partir deste ano que se pôde enxergar como se expôs a ideia de aliança de classes no órgão de imprensa do PCB.

E o ano de 1935 foi selecionado como encerramento do recorte devido ao fato de ter se dado nele a eclosão das revoltas militares em Natal (RN), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ). Elas significaram uma mudança drástica na trajetória do partido, pois este teria suas principais lideranças presas e sua direção desmantelada. As revoltas também serviram para que Getúlio Vargas recrudescesse a repressão à oposição, o que levaria à decretação do Estado Novo dois anos depois.

O objetivo central da dissertação foi analisar como a ideia de aliança de classes aparecia no jornal *A Classe Operária* no período. Como órgão de imprensa do partido, esse jornal era o veículo responsável pelo contato com os trabalhadores. E não era uma questão de simples reprodução das ideias partidárias no jornal. Para o contato com o público alvo mais amplo havia a necessidade de se estabelecer uma clareza sobre as ideias que se queria comunicar aos trabalhadores. Por isso, considera-se importante nesta pesquisa em primeiro lugar apresentar o estado geral das ideias do partido em âmbito interno para depois se chegar à forma de exposição no jornal.

Como José Luiz Braga explica, é possível estudar um jornal sem o exclusivismo de uma abordagem formal ou de uma abordagem sociológica. Este autor demonstra que há a possibilidade de se utilizar os dois tipos de abordagem, isto é, analisar um jornal a partir do texto e também a partir da relação do conteúdo com o social.¹

Por isso, no primeiro capítulo desta dissertação será trabalhada a abordagem mais sociológica, para se identificar de que forma foi construído o aporte conceitual que embasaria a ideia de aliança de classes do jornal *A Classe Operária*.

No segundo capítulo, será abordada a aliança de classes pretendida pelo jornal no período entre 1928 e 1931. Verifica-se uma mudança naquilo que era concebido como a aliança

¹BRAGA, José Luiz. **Questões metodológicas na leitura de um jornal**. In: PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 321.

de classes neste período, pois houve uma clara influência da Internacional Comunista para que isso ocorresse. Portanto, percebe-se que a aliança era posta de uma forma entre 1928 e 1929. Com a influência da Internacional se fazendo sentir a partir do final de 1929, o jornal manifestaria essa alteração já no ano de 1930.

E no terceiro capítulo, será demonstrada a configuração da aliança de classes no jornal *A Classe Operária* entre os anos de 1932 e 1935. Percebe-se novamente uma mudança em relação ao que se queria como aliança de classes, devido à abertura do partido para a questão da frente ampla.

Infelizmente, devido às limitações desta pesquisa, não foi possível se fazer um trabalho de comparação do jornal *A Classe Operária* com outros periódicos da época. Portanto, o trabalho acabou se limitando ao confronto do jornal com outros documentos do período e com a bibliografia atinente ao período de 1928 a 1935.

Desde o período de sua fundação, diversas vicissitudes influenciaram na trajetória do PCB: o contato com o tenentismo e com Luís Carlos Prestes, a Revolução de 30, a influência da ofensiva stalinista através da Internacional Comunista (IC), a repressão policial nos governos Artur Bernardes, Washington Luiz e Getúlio Vargas e a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), só para citar os eventos mais gerais daqueles anos.

O partido enfrentou condições adversas desde os primeiros anos de fundação, tendo seu órgão de imprensa fechado pela primeira vez em 1925, após a publicação de seu 11º número, que tentava desmascarar a visita de Albert Thomas, líder sindical francês de passagem pelo Rio de Janeiro.² Nas palavras de Octávio Brandão, o jornal *A Classe Operária* atacava “[...] o reformismo, os pretensos ‘socialistas’, a 2ª Internacional, o Birô Internacional do Trabalho, de Genebra, e seu chefe Albert Thomas”.³ A ordem de fechamento do jornal partiu do ministro da Justiça, Afonso Pena Junior, que segundo Brandão nada havia encontrado a censurar na linguagem do jornal, mas se incomodara com o “espírito” do jornal.⁴

O jornal *A Classe Operária* só voltaria a circular em 1928, com uma edição dedicada ao dia 1º de maio daquele ano, mas seria proibido novamente em 1929.

O fechamento do jornal e a perseguição aos membros do partido pela repressão policial fizeram com que restassem 30 edições referentes ao recorte escolhido neste trabalho, isto é, o período compreendido entre 1928 e 1935.

² LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*: [memórias de militância]. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 47.

³ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*: memórias. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 312.

⁴ *Ibidem*, p. 313.

Neste espaço de tempo, percebe-se uma mudança na ideia de aliança de classes sociais contempladas pelo intento revolucionário do PCB. Com o proletariado guiado pelo partido como liderança da revolução, há uma transição na escolha do aliado principal neste período: da tentativa de aliança com a “pequena burguesia”, representada pelo tenentismo, para uma aliança com o campesinato. Se em um primeiro momento a “pequena burguesia” teve a preferência na forma como o partido delineava o caminho para uma revolução, em um segundo período aquela se tornaria apenas uma coadjuvante no plano revolucionário do partido, pois haveria uma forte influência das diretrizes da Internacional Comunista a partir do Secretariado Sul-americano (SSA-IC), em 1929, o que faria com que o partido projetasse uma aliança operário-camponesa.⁵

O que seria essa “pequena burguesia” preterida a partir de 1929 no plano revolucionário do PCB? Seria basicamente o conjunto dos tenentes. Porém, isso gera um problema na própria conceituação sobre o que pudesse ser a “pequena burguesia”, pois este é um conceito não isento de problemas de definição. Marx e Engels trabalhariam com três conceituações envolvendo a noção geral de “pequena burguesia”: *Kleinbürgerschaft*, *Mittelstand* e *Pfahlbürgerschaft*. Segundo Alvaro Bianchi, apenas o primeiro conceito tem a significação exata de “pequena burguesia”, enquanto *Mittelstand* significa estratos médios da sociedade e *Pfahlbürgerschaft* é o nome para os comerciantes interiores ao espaço entremuros do castelo medieval.⁶

Kleinbürgerschaft se relaciona aos produtores nascidos com as corporações de ofício medievais e estaria presente em *A ideologia alemã*. Porém, no *Manifesto do Partido Comunista*, utiliza-se a noção de *Mittelstand* para se tratar dos artesãos que deram lugar à “pequena burguesia” surgida a partir da dissolução das corporações medievais. Porém, quando os autores utilizam a terminologia *Mittelstand*, relacionada às “camadas médias”, Bianchi aponta que há

⁵ Sobre este período conturbado da história do PCB cabe destacar as avaliações de alguns autores. Marly Vianna considera que a Internacional Comunista fez pouco para ajudar o partido a se consolidar no meio nacional. A IC só respeitou as especificidades nacionais no período de Lênin, entre 1919, 1º Congresso da IC, e 1922, 4º Congresso da IC. Com a deflagração das lutas internas no Partido Comunista da União Soviética (PCUS) após a morte de Lênin, ocorreu a expulsão de Trotsky e por consequência o fim de todo o antigo comitê central de Lênin. Especialmente depois do 6º Congresso da IC, o Brasil passou a ser considerado um país “semi” colonial em que ainda deveria ocorrer o processo de proletarização. Deveria ser levado adiante o lema “Todo o poder aos soviets”. Porém, tal palavra de ordem não estava ao alcance da compreensão dos trabalhadores brasileiros. In: VIANNA, Marly de A. G. Os primeiros anos do PCB e a Internacional Comunista, p. 12. In: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Marly%20Vianna.pdf

Sobre este período, José Antonio Segatto explica que a mudança na linha política do PCB se concentrou basicamente em dois pontos específicos. Foram eles o rompimento da política de frente única e o início da proletarização do partido. In: SEGATTO, Jose Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981, p. 35. Já Leôncio Martins Rodrigues explica que no período a partir da linha do chamado “terceiro período”, a aplicação da linha nas diretrizes do partido visava à formação das condições para a insurreição. No âmbito interno, ocorreu a promoção dos militantes de origem operária e refração aos “intelectuais” ligados a uma origem “burguesa”. RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *O Brasil republicano*. V. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10).

⁶ BIANCHI, Alvaro. O que é pequena burguesia?, p. 2. In: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2766&print=pdf>

uma abrangência para se englobar tanto os pequenos comerciantes como os artesãos e até mesmo os camponeses.⁷

Como Bianchi explica, essa tensão entre os conceitos empregados para ilustrar o surgimento das relações capitalistas demonstrava a complexidade de relações sociais existentes na Baixa Idade Média. Apesar dessas complicações conceituais, o que caracterizaria essas camadas médias seria o controle de pequenas parcelas dos meios de produção e a exploração da força de trabalho, podendo esta ser da própria família ou de trabalhadores associados.⁸

Além disso, as camadas médias sofreriam graves consequências a partir do fortalecimento das relações capitalistas. Porém, o processo seria mais complexo do que Marx e Engels previram, segundo Bianchi, pois se pequenos industriais e artesãos foram praticamente liquidados, como os dois autores imaginavam, o mesmo não se pode dizer dos camponeses e dos pequenos comerciantes. Como Bianchi afirma, tais grupos resistiram mais do que se esperava ao processo de concentração do capital.⁹

Porém, nos escritos do PCB não se associava a ideia de “pequena burguesia” à questão produtiva e às transformações econômicas, como faziam Marx e Engels. Escolhia-se os tenentes como a “pequena burguesia”, mas sem se demonstrar porque consideravam estes elementos de tal forma.

Desse modo, quando se referiam ao campesinato, era de forma a diferenciar esta classe social em relação à “pequena burguesia”, porém sem levar em conta que dependendo da forma como se abordasse o campesinato, este também poderia ser entendido como pertencente às “camadas médias”, como os tenentes, classificados como “pequena burguesia”. No entanto, tais problemas conceituais pareciam não fazer parte dos planos da Internacional Comunista na virada dos anos 20 para os anos 30.

Com a alteração no foco de alianças do PCB, não houve apenas a escolha de maior ênfase no papel do campesinato, pois ocorreu além disso um alargamento da base de elementos sociais referidos no espectro do jornal *A Classe Operária* no período pós-interferência da IC. Na edição de 19 de outubro de 1935, Antonio Maciel Bonfim, o “Miranda”, conclamava trabalhadores das cidades, dos campos, dos sertões, trabalhadores manuais e intelectuais, “pretos”, brancos, índios, trabalhadores nacionais e trabalhadores estrangeiros para a formação

⁷ Ibidem, p. 4.

⁸ Ibidem, p. 5.

⁹ Ibidem, p. 6.

de uma Frente Única anti-fascista, anti-integralista, anti-imperialista e “anti-guerreira” pela defesa da Abissínia, atual Etiópia, na época em guerra com a Itália de Mussolini.¹⁰

Antes, em 12 de maio de 1928, citavam-se apenas o proletariado e a “pequena burguesia” como classes que estariam expostas aos perigos do imperialismo, em um artigo que tratava dos interesses de Ford no Brasil.¹¹

Portanto, o espectro de alianças exposto no jornal havia se expandido consideravelmente quando se compara as duas edições. De uma aliança que enfatizava apenas a união entre proletariado e “pequena-burguesia” se passou à invocação de elementos que não se concentravam apenas nas classes sociais, mas também na questão urbano/rural (trabalhadores das cidades, dos campos, dos sertões) na diferença entre trabalhadores manuais e intelectuais, na questão étnico racial (“branco”, “preto”, “índio”) e na questão das nacionalidades (trabalhadores nacionais e estrangeiros). No entanto, a centralidade da questão da aliança de classes permaneceria.

Assim, busca-se compreender nesta pesquisa esta passagem para um horizonte mais amplo de alianças no projeto revolucionário do PCB no período em questão, através das páginas do jornal *A Classe Operária*.

Criado pelo PCB em 1º de maio de 1925, o jornal *A Classe Operária* serviu como tentativa de comunicação do PCB com os operários das fábricas, os camponeses e a classe média. Uma amostra da importância do jornal pode ser vista com a ata de reunião da Comissão Central Executiva (CCE) do dia 17 de setembro de 1928, data em que foi aprovada a resolução 12, que dispunha sobre o “Plano do Comitê de Defesa da ‘Classe Operária’”. Falava-se em

[...] organizar nos locais de trabalho comitês de venda [...] angariar donativos para o jornal; distribuir aos seus membros listas de subscrição para arranjar dinheiro entre operários e amigos do jornal, devendo essas listas ser substituídas cada mês [...].¹²

¹⁰BONFIM, Antonio Maciel. Detenhamos as garras do abutre fascista contra a Abyssinia! *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 3, 19 de outubro de 1935.

¹¹A INVASÃO Fordista: como o Brasil rola para a escravidão. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 2, 12 de maio de 1928.

¹²PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO. Ata de reunião da Comissão Central Executiva do PCB do dia 17 de setembro de 1928. ASMOB/ Microfilmes da Internacional Comunista/ Documentos do Partido Comunista do Brasil - PCB/ Documentos do Comitê Central do PCB e departamentos do CC. IC-05/ IC-5. p. 1.

Na sua segunda fase, a partir de 1928, o PCB revelaria sua visão sobre o que planejava como aliança através desse periódico, com a tentativa de falar aos operários, trabalhadores rurais e membros dos setores médios, da chamada “pequena-burguesia”.

Segundo Apolinário Rebelo, Octávio Brandão foi o primeiro a encarar a função de responsabilidade sobre a redação, formatação, impressão, distribuição e manutenção do jornal, posto que este conjunto de atribuições ficava sob a direção do Secretário de Agitação e Propaganda.¹³

Mas não só Octávio Brandão ficou responsável pelo jornal *A Classe Operária* no período abordado neste trabalho. Leôncio Basbaum relata ter sido o responsável por esta função em 1932.¹⁴

Domingos Brás, tecelão baiano instalado em Petrópolis, foi escolhido como encarregado da agitação e propaganda pela Conferência Nacional do PCB realizada em novembro daquele ano. Seu apelido era “Mauro”.¹⁵

Heitor Ferreira Lima alega que em 1934, quando de seu retorno ao Rio de Janeiro após sua passagem pelo Nordeste no período entre 1931 e 1933, encontrou Bangú como o encarregado de agitprop¹⁶.¹⁷ E em agosto de 1935, o mesmo Heitor Ferreira Lima relatava ser Hermínio Sachetta, o “Paulo”, o encarregado de agitprop em São Paulo.¹⁸

Na parte de cima da primeira página do jornal, geralmente havia a frase “Jornal de trabalhadores, feito para trabalhadores, por trabalhadores”, que combinava com a descrição de Octávio Brandão sobre quem escrevia no jornal. No número 5, por exemplo, houve quatro operários gráficos, três tecelões, três operários da construção civil, dois marítimos, dois tintureiros, três empregados no comércio e um camponês. No número 6, relata Brandão, colaboraram cinco gráficos, quatro alfaiates, três tecelões, três operários da construção civil, dois marítimos, dois metalúrgicos, três garçons, dois operários das fábricas de fumo, dois padeiros e dois marceneiros. Por fim, Brandão enumera cinco gráficos, cinco metalúrgicos, dois marítimos, dois tecelões, dois operários da construção civil, dois garçons, dois alfaiates e quatro empregados no comércio quanto à participação na oitava edição.¹⁹

¹³ REBELO, Apolinário. *A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 58.

¹⁴ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 122.

¹⁵ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 142.

¹⁶ Abreviação para agitação e propaganda.

¹⁷ LIMA, Heitor Ferreira. **Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique**. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 172.

¹⁸ _____. *Caminhos Percorridos: [memórias de militância]*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 202.

¹⁹ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 309.

Como observado por Fábio da Silva Sousa, as contribuições dos trabalhadores e militantes não se davam apenas em relação à escrita do jornal, mas também com doações para o próprio custo de produção do jornal, pois havia lacunas em seu caixa financeiro.²⁰ Para produzir cada unidade do jornal, gastava-se o valor de 106\$000 réis. Porém, o preço da venda saía por 100\$000. Considerava-se que apesar do prejuízo na relação entre custo de produção e venda, era necessário adequar o preço do jornal às condições financeiras do trabalhador brasileiro.²¹

Como havia a contribuição dos trabalhadores e chegavam denúncias de várias regiões do país sobre situações de exploração, isso contribuiu para que o jornal não se concentrasse apenas em relatar as condições de trabalho vigentes no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Por exemplo, houve denúncias sobre as condições de trabalho das charuteiras da Bahia, textos específicos sobre os engenhos do nordeste, artigos sobre o movimento operário do Rio Grande do Norte. Ademais, os primeiros números publicaram uma série sobre a “Situação da Classe Trabalhadora em Pernambuco”. Esses textos, que eram anônimos ou contribuições de correspondentes, tiveram reservada também sua autoria. Ao abordar essa diversidade do país em seus primeiros números, *A Classe...* conseguiu tecer uma rede de apoio nacional, pois recebia e publicava muitos artigos ou denúncias de leitores operários espalhados pelo país.²²

Além disso, como nos lembra Fábio da Silva Sousa, a estrutura do jornal seguia o formato de quatro páginas, sendo geralmente as três primeiras sobre a situação nacional e a última sobre a União Soviética.²³

Mas como mostrado em sua tese, o jornal *A Classe Operária* era mais uma das publicações comunistas da América. Houve periódicos comunistas na Argentina (*La Correspondencia Sudamericana*), no Uruguai (*La Correspondencia Juvenil Sudamericana*, *Revista Comunista*), no Chile (*Frente Popular*, *Aurora do Chile*), em Cuba (*Alma Mater*, *Juventud*), nos Estados Unidos (*The Worker*, *El Mundo Obrero*), só para citar alguns jornais de

²⁰SOUSA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: A imprensa comunista mexicana e brasileira (1920-1940)*. Assis: [s.n.], 2015. 306f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, p. 72.

²¹Ibidem, p. 71.

²²Ibidem, p. 74.

²³Ibidem, ibidem.

outros países. No Brasil ainda existiram antes do jornal *A Classe Operária*, os periódicos *Voz Cosmopolita* e *O Trabalho*, ambos de 1920. E em 1930, houve o jornal *A luta de classes*.²⁴

Porém, seu trabalho se concentra em constituir uma história comparada entre os jornais *A Classe Operária* e *El Machete*, periódico mexicano. Este jornal, como o próprio autor reconhece, apresenta mais diferenças do que semelhanças em relação ao periódico brasileiro.²⁵ Uma dessas diferenças é que o local de produção de *El Machete* sempre foi a Cidade do México, enquanto *A Classe Operária* foi publicada em várias cidades e estados, devido à repressão governamental.²⁶

Outra diferença importante é a de que a publicação mexicana chegou a atingir um caráter profissional, principalmente no período cardenista, com equipes de redação e administração constituídas. Havia uma divisão do corpo editorial entre Secretário-Geral do Partido (do Partido Comunista Mexicano, o PCM), editor-chefe, gerente, encarregados de circulação, de administração e de redação.²⁷ O órgão central do PCB não chegou a conhecer tal organização, seja pelas dificuldades de se manter a sede do jornal em um local fixo, seja pelas próprias dificuldades técnicas para se pôr o periódico em circulação ou até mesmo por não ter tido uma brecha governamental significativa como a que obteve *El Machete*.

Além disso, chama atenção a falta de informações sobre as assinaturas dos textos de *A Classe Operária* quando se compara com *El Machete*, que por exemplo apresentou vários artigos assinados por Júlio Antonio Mella, que também se utilizou de pseudônimos, como Cuauhtémoc Zapata e Kim (Kommunistischesy Internacional Molodhiozy). A maioria dos textos do periódico mexicano teve assinaturas, segundo Fábio da Silva Sousa.²⁸

Faz-se necessária uma exposição sobre os problemas em volta da publicação do jornal *A Classe Operária*. Como Nelson Werneck Sodré demonstra, a imprensa operária como um todo enfrentava dificuldades de sobrevivência nas primeiras décadas do século XX. Principalmente durante a Primeira Guerra Mundial, com a paralisação das importações, o avanço da indústria nacional e o crescimento do proletariado, a burguesia percebeu que era necessário não deixar que as organizações operárias se desenvolvessem, inclusive sua imprensa. Foi nesse intuito que os processos policiais tiveram lugar.²⁹ Dessa forma, após sua fundação, o jornal *A Classe Operária* enfrentaria proibições frequentes para sua circulação, como em 1925

²⁴Ibidem, p. 34.

²⁵Ibidem, p. 141.

²⁶Ibidem, p. 130.

²⁷Ibidem, p. 135-136.

²⁸Ibidem, p. 140.

²⁹SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 320.

e em 1929, além de ter visto suas tipografias serem empasteladas e seus gráficos e redatores presos.³⁰

Uma demonstração de como o jornal incomodava o *status quo* é fornecida por Heitor Ferreira Lima. Segundo este autor, foi constituída uma rede de “pacoteiros”, que faziam o jornal circular nas fábricas. Houve sua penetração em vários Estados, inclusive em cidades do interior, fazendo-se presente em propriedades agrícolas também.³¹

O que contribuía para que o jornal fosse acessível era sua linguagem. Lincoln Secco alerta para o fato de a Internacional Comunista ter sugerido a substituição da Revista *Movimento Comunista* por um jornal de linguagem mais próxima aos operários.³² Daí a criação do jornal *A Classe Operária*.

Maria Luiza Tucci Carneiro esclarece que os impressos revolucionários tinham um propósito: levar aos trabalhadores reflexões sobre as injustiças do Estado e da Igreja Católica, os desmandos da burguesia e os intentos do imperialismo estrangeiro. Tais impressos possibilitavam que ações e representações coletivas se tornassem visíveis. Buscava-se, segundo a autora, uma dilatação da esfera pessoal ou coletiva vivida pelos grupos de resistência, na tentativa de adquirir objetos e status dominados pelo “Outro”.³³

No livro de Apolinário Rebelo, *A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*, aborda-se o jornal como um órgão que manifesta influências daquilo que Marx e Lênin delinearão como tarefa para os veículos de imprensa do proletariado, isto é, a de serem órgãos pelos quais o Partido Comunista pudesse transmitir aos trabalhadores a sua linha de ação. Principalmente Lênin teve esse papel de guia, pois foi sob sua liderança no II Congresso da Terceira Internacional que ficou estabelecida a resolução de que se combinasse o trabalho legal e o ilegal, de forma a se criar publicações legais que chegassem ao operariado sem se dizerem comunistas, ao mesmo tempo em que se distribuíssem panfletos clandestinos que proporcionassem informações revolucionárias ao proletariado.³⁴

Quanto à atuação do PCB e seu jornal ainda cabem algumas questões.

³⁰ Ibidem, p. 321-322.

³¹ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*: [memórias de militância]. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 47.

³² SECCO, Lincoln. **Leituras Comunistas no Brasil (1919-1943)**. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França* (São Paulo: Ateliê Editorial, 2013, p. 32.

³³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O lugar do impresso revolucionário**. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.) *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII–XX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 158.

³⁴ REBELO, Apolinário. *A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003, p. 30-31.

Habermas, no livro *Mudança estrutural da esfera pública*, fala a respeito da situação descrita por Marx no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, onde a certa altura do desenvolvimento das lutas na França, mais precisamente após a rebelião de julho de 1848, a burguesia vivia a situação de ver seu *poder político* voltado contra si mesma, pois o *regime parlamentar* abriu a possibilidade dos debates nas tribunas permitiu também as manifestações da opinião da pública através da imprensa, dos clubes de debates dos salões, das tabernas e das petições.³⁵ Como a burguesia poderia deter esse processo que ela mesma havia permitido?

O regime parlamentar deixa tudo à decisão das maiorias; como, então, as grandes maiorias fora do Parlamento não hão de querer decidir? Quando se toca música nas altas esferas do Estado, que se pode esperar dos que estão embaixo, senão que dançam?³⁶

Habermas cita que dez anos antes, Marx argumentava que à medida em que aumentava a participação de massas não-burguesas na esfera pública política e nas instituições como a imprensa, os partidos e o Parlamento, a publicidade, que fora criada pela burguesia, voltava-se contra esta própria.³⁷ O autor argumenta que a partir de meados do século XIX, com a inserção de grupos não-proprietários na esfera pública burguesa, haveria uma alteração da estrutura da própria esfera pública. Isto porque essas massas não-proprietárias transformavam a reprodução da vida social em uma questão geral, rompendo com o exclusivismo de sua apropriação privada. Dessa forma, o objetivo seria a transformação da esfera pública em uma

[...] esfera de deliberação e decisão pública sobre a condução e administração de todos os processos necessários à reprodução da sociedade. O enigma de uma ‘sociedade política’, que Marx coloca com a sua crítica à filosofia hegeliana do Estado, encontrará sua solução verbal na palavra-de-ordem: socialização dos meios de produção.³⁸

³⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 151-152.

³⁶ MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros escolhidos*. Tradução de José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 360.

³⁷ Habermas não especifica o nome exato do texto. O autor cita a seguinte referência: MARX/ENGELS, Ges. Werke, Berlin, 1958, vol. I, p. 285. Ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 152.

³⁸ Ibidem, p. 153.

Assim, havia um aumento da necessidade de participação das massas não-proprietárias na esfera pública em se tratando do raciocínio que toma por base o contexto em que Marx escreveu. Considerando-se como fundamento este raciocínio de Habermas, pode-se dizer que no Brasil havia uma pressão por maior participação na esfera pública quando se trata do PCB e de seu jornal *A Classe Operária* nos anos 20 e 30?

O PCB não era o único ator a disputar a esfera pública naquela época. Havia outros grupos com o objetivo de conquistar os trabalhadores. Aqui serão abordados brevemente três deles antes de se prosseguir com a problematização sobre o papel do PCB e seu jornal na esfera pública: os anarquistas, os trotskistas e os integralistas.

Segundo Edilene Toledo, no Brasil, o ciclo do anarquismo histórico teve seu fim entre os anos de 1920 e 1930. Aqui, os anarquistas estavam presentes pelo menos desde o fim do século XIX, através das vozes de professores, médicos, advogados e operários. A força numérica do anarquismo diminuiu com o “[...] surgimento dos partidos comunistas, com o aumento da presença do Estado e após a destruição da experiência libertária na Guerra Civil Espanhola [...]”.³⁹

Através de livros, folhetos e jornais houve a penetração das ideias anarquistas no Brasil. Com sua chegada ocorrendo pelo desembarque de navios que atracavam nos portos do Rio ou de Santos, as obras dos russos Bakunin, Kropotkin e do italiano Errico Malatesta atingiam até mesmo cidades do interior. Apesar da heterogeneidade de opiniões, algumas ideias uniam os anarquistas do mundo todo: a ideia de abolição do Estado, o rechaço à tática eleitoral e parlamentar, a aversão à ideia de um partido como centro de atuação, a bandeira da ação direta e a defesa da individualidade.⁴⁰

No entanto, Toledo relativiza a associação costumeira que se realiza entre movimento operário e anarquismo nas primeiras décadas do século XX. A autora considera que o anarquismo teve sua importância, porém era mais uma das correntes políticas do movimento dos trabalhadores. Toledo enxerga que em vários momentos o movimento operário teve mais presença do sindicalismo revolucionário do que do anarquismo. Em alguns momentos o movimento foi mais até sindicalista do que revolucionário.⁴¹

Havia no sindicalismo revolucionário ideias anarquistas e marxistas. Destas, havia como exemplo a luta de classes, ideia que os anarquistas não adotavam como fundamental. Entre as

³⁹ TOLEDO, Edilene. **A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições* (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 56.

⁴⁰ Ibidem, p. 57-58.

⁴¹ Ibidem, p. 62-63.

ideias anarquistas presentes no sindicalismo revolucionário, havia a negação do Estado centralizado e do partido. Para o sindicalismo revolucionário, a sociedade poderia ser transformada através das lutas do sindicato, o qual seria a base também para as conquistas imediatas. Já na sociedade futura que os anarquistas pretendiam construir, o sindicato desapareceria. No entanto, tal divergência não impediu que vários anarquistas aderissem na prática ao sindicalismo revolucionário.⁴²

Especificamente no Brasil, o anarquismo teria iniciado seu declínio em 1920, depois do aumento da influência dos acontecimentos da União Soviética no debate dentro do movimento operário, o que levou à separação entre anarquistas e comunistas. Algumas lideranças passaram a negar as concepções libertárias. O próprio Partido Comunista teve em sua fundação no ano de 1922 a grande presença de ex-anarquistas.⁴³

Alexandre Samis, por outro lado, enxerga a perda do vetor social do anarquismo a partir do advento do Estado corporativo e da criação de uma estrutura para o abarcamento dos sindicatos, a partir dos anos 30, o que atingiu as premissas do sindicalismo revolucionário, meio por onde os anarquistas lutavam. Segundo Samis, a perda do sindicalismo revolucionário pelos anarquistas jogou estes no isolamento, também influenciado pela ação da propaganda comunista. Restou aos libertários a organização em grupos de cultura e preservação da memória.⁴⁴

Dulles, por sua vez, apresenta ponto de vista similar ao de Edilene Toledo, ao citar que em maio de 1921, Edgard Leuenroth, José Elias da Silva, Astrojildo Pereira e outros se reuniram para analisar o declínio do movimento. Como causas para a derrocada elencaram a repressão policial e a incapacidade do operariado para compreender as finalidades da Federação Operária.⁴⁵

Os trotskistas também foram uma vertente que disputou esse espaço público com o PCB. O trotskismo teve sua organização e estruturação no Brasil em fins da década de 20, como consequência, em âmbito internacional, da disputa entre Joseph Stalin e Trotsky pela liderança dos caminhos da Revolução Russa e do Estado surgido no processo, e em âmbito regional, da

⁴²Ibidem, p. 64.

⁴³Ibidem, p. 82.

⁴⁴SAMIS, Alexandre. **Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil**. In: COLOMBO, Eduardo [et al.] *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2004, p. 180-181.

⁴⁵DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 117.

reação à política do Partido Comunista do Brasil.⁴⁶ Neto e Karepovs explicam que a primeira manifestação do processo de divisão que fundamentaria a Oposição de Esquerda no Brasil em 1930 foi a recusa de Rodolfo Coutinho e Joaquim Barbosa em apoiar a busca do auxílio tenentista em 1927, por considerarem a Coluna Prestes um movimento pequeno-burguês.⁴⁷

De acordo com Murilo Leal, houve duas outras frentes de dissidência com o PCB que formariam o trotskismo no Brasil. Uma delas a partir da dissidência em relação à política sindical, que gerou conflitos entre os próprios dirigentes do PCB e as células do partido, estas reclamando da linha “esquerdista” da agremiação, que havia passado a seguir as orientações do VI Congresso da Internacional Comunista realizado em 1928. É daí que surge o episódio conhecido como “cisão de 1928”, momento de formação da Oposição Sindical, que fomentará o surgimento de quadros para o posterior Grupo Comunista Lênin (GCL), surgido em inícios de 1930, como Lívio Xavier e João Jorge da Costa Pimenta, Secretário Geral da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro e liderança da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro (UTG). Pimenta entrará para a Liga Comunista em 1931. A outra dissidência se deu a partir da expulsão de Mário Pedrosa do PCB em fins de 1929.⁴⁸

O Grupo Comunista Lênin foi o primeiro grupo político a combater aquilo que ficou conhecido como estratégia do etapismo, que era a ideia de que em um primeiro momento os trabalhadores deveriam apoiar a burguesia nacional para só em uma segunda etapa realizarem sua própria revolução. Além disso, o jornal *A Luta de Classes* foi um foco de crítica ao stalinismo quanto ao seu conteúdo autoritário e também quanto ao seu conteúdo político.⁴⁹

Mário Pedrosa, por exemplo, foi um crítico ferrenho do stalinismo. Escrevendo em 1966, ele dizia que a ideologia do nacional-socialismo de Hitler, que pregava a ideia de luta comum de toda a Nação por um ideal de grandeza nacional, com um poderoso Estado militar, era a mesma ideologia que predominava na Rússia stalinista.⁵⁰ Nos partidos comunistas, segundo Pedrosa, o stalinismo impôs um “monolitismo sáfaro”, responsável por uma estreiteza teórica aliada a um sectarismo em matéria de organização.⁵¹

Com a fragilização do GCL em setembro de 1930, formou-se a Liga Comunista, que teria Aristides Lobo, crítico da linha “obreirista” do PCB, como Secretário Geral. Teria a Liga

⁴⁶NETO, José Castilho Marques; KAREPOVS, Dainis. **O trotskismo e os trotskistas: os anos 1920 e 1930.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 381.

⁴⁷Ibidem, p. 386-387.

⁴⁸LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo, 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 21-22.

⁴⁹Ibidem, p. 22.

⁵⁰PEDROSA, Mário. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 279-280.

⁵¹Ibidem, p. 282.

ainda a participação de nomes como Lívio Xavier, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamin Péret, Mário Pedrosa, Víctor Azevedo Pinheiro, João da Costa Pimenta e “Pedro”. Entre os participantes do grupo também se encontravam Lelia e Fulvio Abramo e Azis Simão. Além do jornal *A Luta de Classes*, a Liga também editou o *Boletim da Oposição*.⁵²

Sobre amplas parcelas das classes médias urbanas agiria a força de atração do integralismo, que passaria a atuar na década de 30. A classe média havia se expandido a partir do alargamento da área de atuação do Estado. Os setores médios ansiavam por reformas no sistema político e econômico. Formavam o conjunto da Ação Integralista Brasileira, fundada em 7 de outubro de 1932, os funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, advogados, médicos, professores, padres, pequenos agricultores, funcionários do comércio e militares. Eram setores que buscavam representação política. Para atrair a militância, os integralistas utilizaram jornais, rádio, comícios e propagandas. Seu órgão de imprensa era o jornal *Ação*. Entre seus adeptos se encontravam uma grande parcela populacional com menos de 30 anos. O detalhe é que mesmo que tenha apresentado em seu jornal espaço para a discussão de questões trabalhistas, não exerceu atração significativa sobre os operários.⁵³

Plínio Salgado, um dos principais líderes do integralismo junto com Gustavo Barroso, apresentava uma crítica ao marxismo, mas também ao capitalismo:

Como adversário leal e franco da doutrina marxista, ousou dizer que o comunismo não é o mal do século, porque antes dele existe um outro mal de que ele se origina. Esse mal é o espírito burguês.⁵⁴

Segundo Plínio Salgado, tanto o espírito burguês quanto o comunismo surgiram de uma mesma base: o materialismo. Este fora criado pela classe burguesa. Os comunistas não representariam nada mais do que uma atitude de revolta contra os materialistas burgueses. Porém, segundo Plínio Salgado, os comunistas incidiriam no caminho equivocado da supressão de Deus e das regras morais das almas. Para ele, os comunistas seriam “agentes misteriosos da lógica divina” e demonstravam a que ponto o materialismo burguês poderia levar.⁵⁵

⁵²LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo, 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 23.

⁵³MAIO, Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 51-52.

⁵⁴SALGADO, Plínio. **Psicologia da Sociedade Burguesa**. In: DOREA, Augusta Garcia Rocha (Org.). *O pensamento revolucionário de Plínio Salgado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1983, p. 17.

⁵⁵Ibidem, p. 19-20.

Em texto de 1931, Plínio Salgado sustentava que a humanidade sofria devido ao Capital, que expunha sua tirania a partir da vileza dos grandes *trusts*, dos monopólios, dos grupos financeiros e se dirigia para a formação do capitalismo de Estado.⁵⁶

Para o líder integralista, o Trabalho (o autor utiliza letra maiúscula ao se referir ao trabalho) era um dever humano. E justamente por esse motivo o Estado deveria garantir os direitos do trabalhador e da sua família. O Trabalho encarado como dever moraliza o direito do trabalhador. O Trabalho adviria de um elevado pensamento espiritual. Por isso, os integralistas teriam que combater o capitalismo, pois este se inspirava no materialismo, que refutava Deus e o Espírito para sustentar sua tirania sobre os trabalhadores. Da mesma forma, os integralistas deveriam combater o comunismo, pois este teria aceito o conceito materialista do Trabalho.⁵⁷

Além disso, Plínio Salgado sustentava que o operário brasileiro deveria alimentar em seu interior o sentimento de amor à Pátria, que serviria para lhe fornecer a ideia da dignidade do Trabalho. O caráter de Humanidade ao Trabalho seria imprimido pelo sentimento da Família. E a confiança, o ânimo e a fortaleza viriam do sentimento de Deus. Dessa forma o operário estaria livre de ser tornar uma “máquina inconsciente”.⁵⁸

Tais eram alguns dos adversários do PCB na cena pública do período em questão. Cabe elucidar de que forma o partido apareceria nessa disputa. E um caminho aparentemente é o esclarecimento do papel do BOC (Bloco Operário Camponês) nesse ínterim, pois era o braço legal do PCB.

O livro de Edgar De Decca, *1930, o silêncio dos vencidos*, pode auxiliar para a compreensão dessa questão. Em tal obra, o autor aponta para a problematização das explicações a respeito da “Revolução de 1930”, que apesar de não ser o tema deste trabalho, ajuda a esclarecer o papel do BOC no conjunto das forças envolvidas no processo “revolucionário” em questão.

De Decca explica que havia três temas importantes nas práticas dos agentes políticos a partir de 1928: a revolução, a industrialização e a democracia. Mas segundo o autor nenhuma dessas questões suscitou qualquer conteúdo de classe no campo das propostas políticas, pois o sujeito era frequentemente colocado como o “povo” ou a “nação”. A exceção era o BOC, pois

⁵⁶SALGADO, Plínio. **O mundo que prepara a catástrofe**. In: DOREA, Augusta Garcia Rocha (Org.). *O pensamento revolucionário de Plínio Salgado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1983, p. 12.

⁵⁷_____. **Concepção Integralista do Trabalho**. In: DOREA, Augusta Garcia Rocha (Org.). *O pensamento revolucionário de Plínio Salgado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1983, p. 107-108.

⁵⁸_____. **Os Operários**. In: DOREA, Augusta Garcia Rocha (Org.). *O pensamento revolucionário de Plínio Salgado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1983, p. 115.

defendia a respeito desses temas um posicionamento a partir dos limites do proletariado e dos camponeses.⁵⁹

Havia entre os agentes políticos envolvidos no campo da revolução um ângulo comum a respeito da questão democrática. Esta era entendida como expressão do “povo”, um sujeito universal, definidor dos representantes para a função de governar.⁶⁰

Porém, os discursos que concebiam a democracia como um modelo acabado e viam no “povo” sua validade universal, encontravam-se obrigados a reconhecer que aparecia um novo sujeito em forma de classe: o operariado.⁶¹

O BOC tinha uma posição estratégica nesse íterim e por duas razões. A primeira porque homogeneizava a prática política no cerne da classe operária, pois combatia as tendências anarquistas, anarco-sindicalistas e socialistas ao tentar estabelecer a representação da classe operária em torno de um único partido. Dentro desse horizonte, a existência do BOC gerava a necessidade de que a classe operária institucionalmente estivesse presente para além dos conflitos em torno da aplicação das leis sociais. A classe operária necessitava de uma posição partidária em todas as manifestações. A segunda razão era que o BOC garantia a participação da classe operária nos marcos da esfera institucional, no momento de formulação das propostas políticas.⁶²

E apesar da tentativa tanto da oposição quanto do governo de emparedar a prática política do operariado no âmbito parlamentar, ocorreu justamente o oposto, pois ainda que tenha havido diminuição da presença anarquista e socialista, foram desenvolvidas ações e formas de organização que extrapolavam os canais institucionais, o que gerou um considerável incômodo para o governo e a oposição.⁶³

Ambos apostavam na estratégia de tentar emparedar a classe operária nos limites da luta parlamentar para impedi-la de alcançar a passagem para a revolução democrático-burguesa anunciada em 1928 pelo PCB.⁶⁴ Esse empreendimento teve sucesso. No entanto, foi aberto um caminho para que a classe operária colocasse o problema da democracia para além dos limites visualizados tanto pelo governo como pela oposição. Dessa forma, além de não permitirem a possibilidade de uma revolução socialista, que era a forma pela qual a revolução democrático-

⁵⁹DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 183.

⁶⁰Ibidem, p. 184

⁶¹Ibidem, p. 184-185.

⁶²Ibidem, p. 186.

⁶³Ibidem, p. 190.

⁶⁴Ibidem, p. 191.

burguesa era compreendida por diversos agentes sociais, somente aceitaram por tempo breve que a classe operária definisse a questão democrática dentro da política institucional.⁶⁵

E para o próprio BOC, como aparecia o tema da democracia? Segundo De Decca, em uma dupla articulação. A primeira delas se referia à participação do operariado no próprio campo institucional sob a égide do Estado burguês. E a segunda se vinculava à solução da questão agrária a partir da luta dos camponeses contra a estrutura fundiária brasileira, que muitos dos comunistas consideravam resquícios feudais.⁶⁶

Ao mesmo tempo em que participava da legalidade através do BOC, havia uma reflexão do PCB sobre a revolução e as alianças para tal. Em 1928, Octávio Brandão publicara um texto na revista interna do PCB, *Autocrítica*, chamado “O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa”. Nele, Brandão pontuava ser impossível a conquista imediata do poder pelo proletariado. Dado isso, o autor salientava a necessidade de uma revolução democrática “pequeno-burguesa”.⁶⁷

Brandão chamava a atenção para a necessidade de que o proletariado brasileiro tivesse aliados. Citava o exemplo da Revolução Russa para esclarecer a questão:

O proletariado do Brasil poderá realizar sozinho sua própria revolução sem precisar de *aliados*? Se o proletariado russo, em esplêndidas condições, precisou de *aliados* (os anarquistas e a esquerda do Partido Social-Revolucionário, a pequena burguesia rural), quanto mais o proletariado do Brasil!⁶⁸

Assim, Octávio Brandão delineia a necessidade de três alianças para a revolução. A primeira delas seria entre o proletariado urbano e rural, revoltosos “pequeno-burgueses” e burguesia liberal dos grandes industriais e comerciantes contra o partido republicano, os fazendeiros de café e o Estado agrário, inimigos que Brandão agrupa sob o nome de “czarismo brasileiro”. Esta etapa é denominada como “terceira revolta”, uma continuidade em relação às revoltas tenentistas de 1922 e 1924.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 192.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 203-204.

⁶⁷ BRANDÃO, Octávio. **O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa**. In: ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, p.

122.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 123.

A segunda aliança se daria entre o proletariado, as categorias rurais⁶⁹ e os revoltosos pequeno-burgueses contra os imperialistas, a grande burguesia em geral e os resquícios do feudalismo. Tal etapa seria a transição entre a revolução democrática e a revolução proletária.

E por fim, a terceira etapa, na qual haveria a conquista do poder pelo proletariado urbano e rural aliado à fração revolucionária dos pequenos burgueses, com o estabelecimento da república proletária.⁷⁰

Porém, apesar de Brandão mencionar o papel do campesinato na aliança para a revolução, o jornal *A Classe Operária* demonstraria um problema na definição da importância das classes sociais para o movimento.

Transpareceria um certo enfraquecimento ou até mesmo o esquecimento da menção aos camponeses em alguns momentos. Na edição do dia 12 de maio de 1928, o artigo “Combatamos o imperialismo!” trazia o seguinte:

Que o povo brasileiro – o proletariado e a pequena burguesia – acompanhe a luta dos egypcios, chineses e nicaraguaenses. O inimigo é o mesmo: o imperialismo. Hoje, a Inglaterra procede assim no Egypto. Amanhã, quererá fazer o mesmo no Brazil...⁷¹

Aqui, o povo brasileiro era chamado de “proletariado e pequena burguesia”. Daí surge uma questão: e quanto aos camponeses? Eles não eram considerados como povo brasileiro? Ou o jornal entende que a noção de proletariado poderia cobrir toda a população de trabalhadores?

Na mesma edição, o problema aparecia em outro artigo, intitulado “A Invasão Fordista: como o Brazil rola para a escravidão”. Nele, há o seguinte trecho: “A actual situação do proletariado e da pequena burguesia é má. Com a dominação imperialista declarada ficaria peor. Voltaria a escravidão no Brasil sob novo aspecto.”⁷²

Neste trecho se fala da situação do proletariado e dos pequenos burgueses, mas não se aborda a situação dos trabalhadores rurais. Adiante, no antepenúltimo parágrafo, o artigo traria o raciocínio de que o imperialismo seria a “escravização para a massa” e no último parágrafo a ideia de “escravização do povo”. Mas aqui cabe mais uma vez a pergunta: o que era a “massa” ou o “povo” para o jornal *A Classe Operária*?

⁶⁹ Brandão diz “três categorias rurais”, mas não especifica quais seriam estas categorias no trecho em questão.

⁷⁰ Ibidem, p. 125.

⁷¹ COMBATAMOS o imperialismo! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 1, 12 de maio de 1928.

⁷² A INVASÃO fordista: como o Brazil rola para a escravidão. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1-2, 12 de maio de 1928.

Na edição de 6 de julho de 1929, o jornal trazia na capa o artigo chamado “A Verdadeira Significação da Data Revolucionaria de Hontem”, onde se trata das revoltas tenentistas de 5 de julho de 1922, de 5 de julho de 1924 e também da Coluna Prestes. No artigo há referência às massas agrárias, que seriam lideradas pelo operariado em uma eventual revolução democrática popular. Mas ainda no mesmo artigo, havia o seguinte raciocínio sobre a análise política dos revoltosos:

Capacitam-se de que o problema agrario, uma das pedras angulares da questão social no Brasil, é o da divisão dos latifúndios. E sabem, finalmente que lutar contra magnatas que nos opprimem é lutar contra o imperialismo estrangeiro, ao qual estes estão intimamente ligados.

Só uma força póde abater a dominação do imperialismo e da grande burguesia.

Esta força é o proletariado.

A classe media, para libertar-se, precisa alliar-se com ele. E ella o fará certamente, realizando o terceiro 5 de julho.⁷³

Para a batalha contra o imperialismo e a grande burguesia, a classe média devia se aliar com o proletariado, única força capaz de enfrentar aqueles adversários. As massas agrárias não são referidas neste trecho, mesmo com a utilização do argumento do problema agrário como questão social importante. A ênfase fica por conta da aliança entre o proletariado e a classe média.

Dessa forma, havia o problema da obnubilação dos trabalhadores rurais na escrita do jornal *A Classe Operária*. Como explicitado por Apolinário Rebelo mais atrás, o jornal do PCB seguia aquilo que havia sido delineado por Marx e Lênin para explicar os rumos que os trabalhadores deveriam seguir. Entretanto ao fazê-lo o jornal *A Classe Operária* acabaria reproduzindo generalizações a respeito do que poderiam ser as realidades dos trabalhadores sob o capitalismo.

Como Geoff Eley argumenta, o modelo marxista de explicação do desenvolvimento capitalista, quando extrapolado para além da realidade histórica britânica, gerava alguns problemas como o da simplificação da relação entre progresso capitalista e crescimento da consciência de classe. Pelo modelo marxista, quanto maior a concentração da indústria, mais o movimento da classe operária amadurecia. Dessa forma, os trabalhadores industriais se

⁷³A VERDADEIRA Significação da Data Revolucionaria de Hontem. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 4, 6 de julho de 1929.

tornariam a vanguarda do movimento revolucionário. Porém, Eley argumenta que este modelo estava equivocado segundo o desenvolvimento da própria história, pois os trabalhadores eram recrutados para o assalariamento por vários caminhos, como o da agricultura comercial, da indústria doméstica e dos artesanatos urbanos. Além disso, havia mistura de diferentes regimes de trabalho por toda a Europa.⁷⁴

Dessa forma, havia uma diversidade na formação dos trabalhadores assalariados que a explicação marxista engolfava. O jornal *A Classe Operária* demonstraria em suas páginas a tensão que tal modelo explicativo gerava, pois se em um primeiro momento (antes da ofensiva stalinista na IC) prezava pela aliança entre proletariado e classe média, representada pelos tenentes, em um segundo momento (a partir da interferência da IC) passará à defesa de uma aliança entre operariado e campesinato em detrimento da pequena burguesia. No final dos anos 20, o Partido se reconciliou com a ortodoxia *marxista-leninista* representada no lema “ditadura democrática do proletariado e do campesinato” ou “*soviets* de operários e camponeses”, porém sua elaboração política perdeu a ligação com as contradições específicas da formação social brasileira.⁷⁵

Mas aqui há um ponto nodal para as intenções deste trabalho. Pois como apresentado mais acima, houve um estágio em que a elaboração da aliança política nas páginas do jornal não estagnaria na união entre operariado e campesinato. Houve momentos mesmo após a intervenção da IC no final dos anos 20 em que o PCB defendeu a aliança entre diversos setores sociais, como no artigo de Luiz Carlos Prestes publicado na edição de 20 de junho de 1935, onde o líder tenentista já integrado às fileiras do PCB elencava os elementos populacionais dispostos a lutar contra o imperialismo. Estes elementos eram o proletariado, os trabalhadores do campo, os soldados, os marinheiros, os oficiais, os intelectuais, a massa juvenil, os artesãos, os pequenos comerciantes e os pequenos industriais.⁷⁶

Outro exemplo dessa amplitude de alianças almejada pelo partido se dava quando da defesa das ações dos cangaceiros do Nordeste pelo jornal *A Classe Operária*. Na edição do dia 11 de março de 1935, havia uma tentativa de explicação do porquê da simpatia de parte das camadas camponesas pobres e médias e dos assalariados agrícolas pelos guerrilheiros do

⁷⁴ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. Tradução de Paulo César Castanheira. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p. 76-77.

⁷⁵Z Aidan Filho, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985, p. 92-93.

⁷⁶PRESTES, Luís Carlos. O que é o governo popular nacional revolucionário. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2, 20 de junho de 1935.

cangaço: uma conjunção da crise com o aumento das secas, que geravam como consequências a fome, a miséria e o desemprego.⁷⁷

Assim, cabe a questão: o partido, mesmo após a intervenção do SSA-IC, buscaria ainda uma ligação com as contradições do meio social brasileiro? E essa busca implicaria em ocultações sobre as especificidades das categorias elencadas como aliadas do proletariado?

Como Dulce Pandolfi questiona em seu livro *Camaradas e companheiros*:

Seria o PCB um partido comprometido com o ideal democrático? Qual a sua concepção de revolução? Qual o seu entendimento sobre a democracia? Seria ela apenas instrumental ou teria um valor universal? Como conciliar os interesses da classe operária com uma política mais ampla, voltada para a sociedade?⁷⁸

Desta forma, essas questões envolvendo a revolução, a democracia e a política da classe operária em relação à aliança com os demais setores nortearão a leitura que se fará do jornal *A Classe Operária* no período entre 1928 e 1935 nesta pesquisa.

Porém, antes de se prosseguir diretamente para a exploração da ideia de aliança de classes nas páginas do jornal *A Classe Operária*, o que acontecerá no segundo e terceiro capítulos, proceder-se-á ao levantamento da formação da ideia de revolução democrático-burguesa formulada pelo PCB nos anos 20, o que será feito no primeiro capítulo.

Faz-se necessário recuar no recorte temporal proposto neste trabalho ao ano de 1920, pois foi quando se iniciou o debate a respeito da questão colonial na Internacional Comunista, em seu Segundo Congresso. Depois será feita uma exposição sobre as ideias de Octávio Brandão em seu livro *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra das classes no Brasil*, obra que teve grande importância para a formação da ideia de revolução do PCB.

⁷⁷ MAURO. As heroicas lutas das massas camponesas nordestinas contra a exploração e a opressão de que são vítimas. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 11 de março de 1935.

⁷⁸ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*: memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 10-11.

1 A FORMULAÇÃO DA IDEIA DE REVOLUÇÃO DO PCB

1.1 A questão colonial na Internacional Comunista

Na Primavera de 1919, a Internacional Comunista surgiu com a missão de espalhar pelo mundo o que o Partido Bolchevique havia conseguido fazer na Rússia. Sua tarefa consistia na derrubada, mesmo que pela força das armas, da burguesia internacional e a criação de uma República Soviética Mundial. Porém, segundo Richard Pipes, a Internacional se tornaria melhor sucedida em sua missão defensiva do que em seu objetivo ofensivo.⁷⁹

Desde julho de 1914 Lênin já vinha planejando a formação de uma nova Internacional, devido à traição da Segunda Internacional, que resolvera apoiar a guerra. O embrião do que seria o Komintern, a Internacional Comunista, encontrava-se na “oposição de esquerda” das Conferências de Zimmerwald e Kiental, realizadas respectivamente em 1915 e 1916.⁸⁰

Antes da criação da Internacional Comunista, Lênin tinha encarregado o Comissariado dos Assuntos Estrangeiros como responsável por orquestrar a subversão estrangeira. Os agentes do Comissariado eram quase todos ex-prisioneiros de guerra, sem anterior contato com qualquer movimento revolucionário. Enquanto a Primeira Guerra Mundial ainda estava em curso, havia agentes espalhados por países como Império Austro-Húngaro, Alemanha, França, Suíça, Itália, entre outros, com o objetivo de estabelecer contatos e realizar propaganda.⁸¹

Segundo Pipes, o estímulo imediato para transferir a subversão estrangeira para a Internacional Comunista em março de 1919 foi a decisão da Segunda Internacional de realizar em Berna sua primeira conferência do pós-guerra. Porém, com todas as dificuldades de transporte e comunicação com apoiadores potenciais externos, a maioria dos delegados acabou sendo de membros do próprio Partido Comunista ou estrangeiros que viviam na Rússia. De 35 delegados, somente cinco vinham de fora e apenas o alemão Hugo Eberlein-Albrecht carregava um mandato. Apesar da incipiência da organização e da ainda diminuta anuência ao Congresso, Zinoviev, que fora encarregado por Lênin de ser o líder da Internacional, acreditava que em menos de um ano toda a Europa seria comunista. E em três anos, o Komintern triunfaria em todo o mundo.⁸²

⁷⁹PIPES, R. *Russia Under the Bolshevik Regime*. New York: Vintage Books, 1995, p. 172-173.

⁸⁰Ibidem, p. 173.

⁸¹Ibidem, p. 173-174.

⁸²Ibidem, p. 174-175.

No Segundo Congresso da Internacional a representação estrangeira já seria bem maior nesta reunião: encontravam-se 217 delegados de 36 países diferentes, sendo que 169 tinham direito de voto. Os russos tinham a maior delegação, com 69 representantes, enquanto as maiores delegações externas eram originárias da Alemanha, Itália e França. Um detalhe salientado por Pipes é o de que Lênin viajou como um passageiro comum até Petrogrado para tomar parte nas reuniões, de modo a evitar potenciais tentativas de assassinato.⁸³ Foi neste Congresso que aconteceu a discussão em torno da questão colonial. Nela tomaram parte principalmente Lênin e Manejandra Nath Roy, do Partido Comunista Indiano.

M. N. Roy, também conhecido como Manabendra Nath Roy, cujo nome verdadeiro era Narendranath Bhattacharya, nascido em 1887, em Arbelia, na Índia, engajou-se desde jovem na tentativa de expulsão do colonialismo britânico da Índia. Após uma tentativa de traficar armas de Bengala para a Índia, Roy rumou para a Califórnia, em 1916. Pouco após a Revolução Russa de 1917, ajudou a fundar o Partido Comunista Mexicano. Em 1920, fazia parte do Comitê Executivo da Internacional Comunista.⁸⁴

O debate se deu nas quarta e quinta sessões, realizadas respectivamente nos dias 25 e 28 de julho de 1920, em Petrogrado. O Congresso como um todo foi realizado entre os dias 19 de julho e 7 de agosto de 1920.⁸⁵

No contexto geral, havia um caráter de urgência na convocação do Congresso, pois era da crença de Lênin, Zinoviev e Trotsky que a revolução europeia precisava ser deflagrada, de modo a fazer a ditadura do proletariado soviético resistir ao cerco capitalista.⁸⁶

Esta nova Internacional, que vinha em substituição à Segunda Internacional, estava submetida ao Politburo (Burô político) do Partido Bolchevique e se encontrava alinhada ao Comissariado do Povo para Assuntos Externos (Narkomindel). Dessa forma, o Komintern, a Internacional Comunista, fazia parte do Estado soviético.⁸⁷

O Segundo Congresso da Internacional Comunista coincidiu com o ápice da contraofensiva bolchevique na Guerra Civil e com a iniciativa de Lênin de lançar o Exército

⁸³Ibidem, p. 176.

⁸⁴ Roy rompeu com a Internacional em 1929, opondo-se às políticas de Stalin. Ao tentar retornar à Índia, acabou preso pelos britânicos. Depois de solto, ingressou no Congresso Nacional Indiano. Durante a Segunda Guerra Mundial, Roy apoiou os esforços britânicos para a derrota do Eixo. Em 1947, Roy abandonou o comunismo e se tornou um dos fundadores do humanismo radical. Morreu em 1954, em Dehra Run, Índia. Ver: <https://www.britannica.com/biography/Manabendra-Nath-Roy>, último acesso em 27.12.2018.

⁸⁵ MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Petrograd, July 19 – August 7 1920, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/>, último acesso em 07/09/2017.

⁸⁶GOLIN, Tau. **A crise revolucionária que não houve**. In: *A III Internacional Comunista*. V. 2. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 7.

⁸⁷PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 65.

Vermelho na direção de Varsóvia, na Polônia.⁸⁸ Também houve coincidência com a criação dos primeiros partidos comunistas não europeus na China, na Índia e no Irã, a partir da ação de filiados à Internacional Comunista. Porém, havia o problema da consistência numérica desse movimento extra europeu, em contrapartida à sua extensão geopolítica. Com a exceção de países como Alemanha, Tchecoslováquia e França, cujos partidos comunistas compreendiam cifras acima dos 100 mil filiados, não havia massa significativa de militantes nos demais países. De longe, a socialdemocracia prevalecia numericamente.⁸⁹ Ainda assim, o objetivo do Segundo Congresso era a ratificação efetiva do movimento comunista em lugar do socialismo. Segundo Silvio Pons, havia mais de duzentos delegados originários de mais de trinta países.⁹⁰

Os princípios da questão colonial e a orientação a respeito da definição dos problemas estratégicos e táticos envolvendo os países dominados pelo capitalismo internacional seriam tratados neste Congresso.⁹¹

Mais atrás, Marx havia tratado desse tema. Para ele, o progresso e a transformação das sociedades coloniais, no caso as asiáticas, davam-se majoritariamente devido ao contato com o Ocidente e com capitalismo, não concedendo importância às supostas potencialidades locais. Porém, Marx admirava a capacidade de resistência dos povos asiáticos em relação aos invasores originários do Ocidente.⁹²

Na social democracia alemã, na época da Segunda Internacional (1889-1916), também houve uma preocupação com o mundo colonial, mas no sentido de formar uma política externa da classe operária. Nas palavras de Franco Andreucci:

Por fim, havia as perguntas que diziam respeito diretamente à expansão colonial: que significado tinha? Quais eram suas forças motrizes? O contato entre civilizações diversas postulava ou não o direito de a civilização superior dominar e educar a inferior?⁹³

⁸⁸Ibidem, p. 76.

⁸⁹Ibidem, p. 93.

⁹⁰Ibidem, p. 76.

⁹¹PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 37.

⁹²SOFRI, Gianni. **O problema da revolução socialista nos países atrasados**. In: ALTVATER, Elmar [et. al.]. *História do marxismo VIII; o marxismo na época da Terceira Internacional; o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 330-331.

⁹³ANDREUCCI, Franco. **A questão colonial e o imperialismo**. In: HOBBSAWM, Eric. (Org.) *História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 252-253.

Essa preocupação com os povos orientais já existia entre os bolcheviques, pois no dia 24 de novembro de 1917⁹⁴ foi publicado o apelo “A todos os trabalhadores muçulmanos da Rússia e do Oriente”, em que se dirigiam não só aos povos muçulmanos, proclamando a liberdade e a inviolabilidade de suas crenças, costumes, instituições nacionais e culturais, mas também a todo o Oriente. Eram citados os hindus, os armênios e as correntes nacionais afegãs, turcas, persas e chinesas. A palavra de ordem era “Ásia para os asiáticos”.⁹⁵

Durante a quarta sessão do II Congresso da IC, de que se trata aqui, Lênin frisava a importância de os comunistas se aliarem às burguesias dos movimentos de libertação nacionais apenas quando constatassem que estas fossem realmente revolucionárias e que não se opusessem à organização dos camponeses pelos comunistas em uma forma revolucionária. Portanto, os movimentos deveriam ser entendidos como nacionais-revolucionários.⁹⁶

Lênin explicava a importância da organização em soviets para as massas exploradas não só sob condições proletárias, mas também em situações de dependência feudal e semifeudal. Além disso, enfatizava a necessidade de que os elementos preparados para construir Partidos Comunistas propagassem os conselhos camponeses em todo lugar, incluindo os países atrasados e as colônias e fizessem a tentativa prática de instalar os conselhos onde quer que as condições permitissem.⁹⁷

Além disso, argumentava que o desenvolvimento das lutas das massas nos países considerados atrasados mudaria logo que o proletariado vitorioso das Repúblicas Soviéticas as ajudasse.⁹⁸

A questão colocada no debate ocorrido na Comissão, mencionado por Lênin, diz respeito à necessidade de que os países “atrasados” devessem ou não passar pelo estágio capitalista do desenvolvimento de suas economias. Segundo ele, não seria preciso, desde que uma propaganda sistemática fosse organizada pelo proletariado revolucionário vitorioso e que o Governo Soviético comparecesse para sua ajuda com todos os meios disponíveis. Além de construir partidos e quadros em todos os países atrasados e coloniais e também difundir os conselhos de camponeses fazendo com que as organizações soviéticas se adaptassem às

⁹⁴Pelo calendário juliano em voga ainda na Rússia naquele momento. Correspondia ao dia 7 de dezembro do calendário gregoriano.

⁹⁵GALLISSOT, René. **O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos**. In: ALTVATER, Elmar [et. al]. *História do marxismo VIII: o marxismo na época da Terceira Internacional; o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 221.

⁹⁶ MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Fourth Session, July 25, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, último acesso em 07/09/2017.

⁹⁷Ibidem.

⁹⁸Ibidem.

condições pré-capitalistas, a Internacional Comunista deveria também declarar e explicar que com a ajuda do proletariado dos países avançados, os países atrasados poderiam chegar à organização soviética e, por meio de uma série de estágios, e até mesmo evitando o sistema capitalista, poderiam chegar ao Comunismo.⁹⁹

Aqui, Lênin demonstrava uma linha de concordância com um raciocínio já sustentado contra Plekhanov a respeito da revolução na própria Rússia. Pois enquanto este acreditava que somente uma revolução burguesa poderia acontecer em uma sociedade “asiática”, aquele defendia uma revolução socialista para a Rússia, pois esta já apresentava traços de revolução burguesa iniciada. A revolução socialista poderia destruir o atraso. Dessa forma, Lênin aplicava o mesmo raciocínio para as colônias.¹⁰⁰

Nas “Teses suplementares sobre a questão nacional e colonial”, Manejandra Nath Roy argumentava que o primeiro período da revolução nas colônias não seria comunista. Mas se desde o começo a vanguarda comunista emergisse como liderança as massas revolucionárias seriam levadas para o caminho correto pelo qual, através do gradual ganho de experiência revolucionária, chegariam ao objetivo oculto. Seria um erro tentar resolver a questão agrária estritamente de acordo com princípios comunistas puros. Na primeira fase de seu desenvolvimento, a revolução nas colônias deveria ser encaminhada de acordo com o programa das demandas puramente “pequeno-burguesas”, como a distribuição da terra. Mas a partir disso não se deveria concluir que a liderança nas colônias pudesse ser permitida a cair nas mãos dos democratas burgueses. Ao contrário, os partidos proletários deveriam levar adiante uma propaganda intensiva das ideias comunistas e fundar conselhos de trabalhadores e camponeses na primeira oportunidade. Nos países capitalistas avançados, estes conselhos deveriam trabalhar da mesma forma que nas Repúblicas Soviéticas, de modo que trouxessem a derrubada final da ordem capitalista pelo mundo inteiro.¹⁰¹

Aqui, M. N. Roy demonstrava uma discordância em relação ao pensamento de Lênin, pois afirmava que não seria possível às colônias a passagem direta para o comunismo devido à necessidade de se apoiar as reivindicações “pequeno-burguesas” na primeira fase da revolução, enquanto o líder da Revolução Russa afirmava ser possível passar do estágio pré-capitalista

⁹⁹ Ibidem.

¹⁰⁰ SOFRI, Gianni. **O problema da revolução socialista nos países atrasados**. In: ALTVATER, Elmar [et. al.]. *História do marxismo VIII; o marxismo na época da Terceira Internacional; o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 331-332.

¹⁰¹ MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Fourth Session, July 25, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, último acesso em 07/09/2017.

diretamente ao comunismo desde que os movimentos das colônias recebessem a ajuda do proletariado dos países avançados.¹⁰²

Antes de avançar sobre as reverberações deste debate entre Lênin e M. N. Roy na continuidade do Segundo Congresso, cabe salientar a fala de John Reed, representante dos Estados Unidos. Reed enfatiza a questão dos negros. Estes, segundo ele, só passaram a apresentar uma consciência de classe a partir da Guerra Hispano-Americana, pois dela retornaram com o sentimento de que, como homens, eram iguais aos brancos.¹⁰³

Para Reed, a consciência racial cresceu entre os negros por si mesmos. Como exemplo, o escritor falava de uma seção presente entre os negros que preconizava uma revolta armada dos negros contra os brancos. John Reed também argumentava que as ideias socialistas criaram raízes e estavam se espalhando rapidamente entre os negros empregados na indústria.¹⁰⁴

Reed alegava que se se considerar os negros como um povo oprimido e escravizado, então eles “[...] nos colocam duas tarefas: de um lado um movimento racial forte e do outro um movimento forte de trabalhadores proletários [...]”.¹⁰⁵ Mas os negros não assumem a necessidade da independência nacional. E então Reed dava o exemplo de que um movimento como o “back to Africa” não tinha sucesso entre os negros, pois eles se sentiam como americanos.¹⁰⁶

Para John Reed, a única política correta para os comunistas americanos quanto aos negros era tratá-los acima de tudo como trabalhadores. “Os trabalhadores agricultores e os pequenos fazendeiros impõem, apesar do atraso dos negros, as mesmas tarefas que temos a respeito do proletariado rural branco”.¹⁰⁷ Deveriam haver as mesmas uniões tanto para brancos quanto para negros. “Este é o caminho melhor e mais rápido para eliminar o preconceito e despertar a solidariedade de classe”.¹⁰⁸

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ “[...] they pose us with two tasks: on the one hand a strong racial movement and on the other a strong proletarian workers’ movement [...]”, in: MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Fourth Session, July 25, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, último acesso em 07/09/2017.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ “The agricultural workers and the small farmers of the South pose, despite the backwardness of the Negroes, the same tasks as those we have in respect to the white rural proletariat”. In: MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Fourth Session, July 25, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, último acesso em 07/09/2017.

¹⁰⁸ “This is the best and quickest way to root out racial prejudice and awaken class solidarity”. In: MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Fourth Session, July 25, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch04.htm>, último acesso em 07/09/2017.

No dia 28 de julho, a discussão sobre a questão nacional e colonial continuaria, na quinta sessão. O delegado Park-Chin Sun, da Coreia, argumentava que o dia do triunfo da Internacional Comunista e da revolução social se daria quando todos os povos coloniais se levantassem em revolta, o proletariado europeu ocidental desse o golpe de morte em sua burguesia e quando os povos coloniais atacassem a burguesia do Ocidente no coração. Park-Chin Sun considerava que a Rússia era o elo de ligação entre o proletariado ocidental e o Oriente revolucionário e agora dava aos comunistas a oportunidade de discutir a questão central escamoteada pela Segunda Internacional, isto é, a questão colonial.¹⁰⁹

Park-Chin Sun citava a situação do campesinato pós-anexação japonesa. Os camponeses a partir de então passaram a pagar taxas em média 300% maiores do que no período anterior e criticava a política do Banco Agrário do Japão, que forçava uma emigração do Japão para a Coreia que fatalmente arruinaria os camponeses médios coreanos. Além disso, os japoneses não permitiam aos coreanos a oportunidade de estudar em instituições de nível superior que treinavam engenheiros e instrutores militares. Este era o motivo pelo qual tanto intelectuais como a inteireza dos estudantes se opunham à ocupação japonesa.¹¹⁰

Quanto à burguesia, esta havia sido roubada do direito de construir indústrias e serviços na Coreia pelos japoneses. Por isso a burguesia coreana se unira à classe trabalhadora nacional e nos últimos dois ou três anos, segundo Park-Chin Sun, não fora possível delinear uma demarcação entre as duas classes. E à medida que as circunstâncias econômicas não permitissem, não seria possível realizar essa diferenciação de classes. Além disso, o partido teria que realizar um grande esforço para conseguir essa diferenciação, principalmente pela necessidade de um movimento agrário na Coreia. Os senhores de terras sabiam, de acordo com Park-Chin Sun, que o movimento de libertação nacional coreano lutava não apenas contra o imperialismo japonês, mas também contra sua própria burguesia rural. Esta sabia que, passado o afã nacionalista, uma Coreia independente não lhe traria tranquilidade, pois seria o fim de todas as suas vantagens materiais, por isso atava seus laços ao destino do imperialismo japonês e se posicionava contrariamente à revolução coreana.¹¹¹

Percebe-se aqui que, assim como M. N. Roy, Park-Chin Sun era contrário à permanência da aliança entre a classe operária e a burguesia nacional, também se opondo à tese de Lênin.

109 MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. . Fifth Session, July 28, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch05.htm>, último acesso em 07/09/2017.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

Para os intelectuais radicais das áreas coloniais, as burguesias nativas eram tão inimigas do proletariado quanto os conquistadores imperialistas.¹¹²

Conolly, representante da Irlanda, dizia que a Internacional Comunista deveria apoiar todo movimento que pudesse contribuir ao avanço da revolução mundial. A Internacional Comunista deveria reforçar e unir todos os movimentos envolvidos nessa ofensiva contra o imperialismo. Com uma estrita centralização e um bom desenvolvimento disciplinar, estes movimentos poderiam ser dirigidos para uma luta contra suas próprias burguesias nacionais após se livrarem da corrente nacionalista. Era preciso apoiar os grupos comunistas dentro dos movimentos nacionalistas, como no caso da Irlanda.¹¹³ Dessa forma, Conolly também compartilhava da ideia de um rompimento com a burguesia nacional apesar de não falar em nome dos países orientais como M. N. Roy ou Park-Chin Sun.

Maring, representante das Índias Orientais Holandesas (atual Indonésia), alegava que tinha a impressão de que mesmo no Congresso da IC em questão, não se compreendia claramente a questão oriental. Para dar um exemplo das especificidades do Leste, falava a respeito do movimento Sarekat Islam (União Islâmica), que apesar do nome religioso, possuía um caráter de classe. Este movimento surgira em 1912 e desde então reunira cerca de 1 milhão e 500 mil integrantes, diferentemente do movimento nacional revolucionário de Java, que possuía uma influência discreta. Maring afirmava que a classe média não obteve sucesso em atrair as massas para a questão nacional. Mas quando os membros socialistas do Sarekat Islam se dirigiram aos trabalhadores nas vilas e distritos do açúcar em Java a fim de falar das baixas remunerações, da mortalidade e dos impostos caros, as massas aumentaram seu grau de confiança no movimento.¹¹⁴

A prova do desenvolvimento e incômodo alcançados pelo movimento se deu no fim de 1918, quando as autoridades governamentais perseguiram e prenderam 13 membros de um conselho de soldados por 90 dias. Líderes de soldados e marinheiros e o próprio Maring foram expulsos das Índias Orientais Holandesas. Ainda que tais baixas tenham acontecido, Maring sustentava que as condições econômicas se desenvolveram ao ponto de existir a possibilidade de um movimento de massa e a base para a propaganda e agitação revolucionárias.¹¹⁵

¹¹²PIPES, R. *Russia Under the Bolshevik Regime*. New York: Vintage Books, 1995, p. 199.

¹¹³ MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. . Fifth Session, July 28, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/ch05.htm>, último acesso em 07/09/2017.

¹¹⁴Ibidem.

¹¹⁵Ibidem.

Por fim, Maring alegava não enxergar diferença entre as teses de Lênin e de Roy. Para ele a real dificuldade consistia em descobrir a atitude correta no que diz respeito às relações entre os nacionalistas revolucionários e o movimento socialista nos países atrasados e nas colônias. Havia a necessidade de se trabalhar em conjunto com os movimentos nacionais e negar isso seria o posicionamento de marxistas doutrinários. Maring acreditava que o estágio capitalista poderia ser ultrapassado nas colônias e utilizava para isso a alusão feita por Karl Radek de que se o desenvolvimento capitalista do Japão fora diferente do desenvolvimento capitalista europeu, então o desenvolvimento das colônias também poderia ser diferente.¹¹⁶

Fernando Claudín explica que apesar de as teses de M. N. Roy terem sido acolhidas em conjunto com as de Lênin quanto à questão nacional e colonial, o eurocentrismo ainda predominaria na direção da IC e dos partidos comunistas europeus. No terceiro, quarto e quinto Congressos da IC, as críticas a respeito de como o Oriente era pouco abordado nas considerações de Zinoviev foram chamativas. Nguyen Ai-Quoc (Ho Chi-Min) acusava os partidos comunistas europeus de não dar a merecida atenção ao papel das colônias para a revolução mundial, dirigindo-se especialmente aos camaradas franceses e ingleses.¹¹⁷

Sobre o não avanço da discussão sobre a questão nacional e colonial no Terceiro Congresso da IC, realizado em 1921, Claudín sustenta que o pacto da IC com Mustafá Kemal, da Turquia, ajuda a explica-lo. O acordo aconteceu mesmo após o assassinato de 15 comunistas turcos, entre eles o introdutor do marxismo na Turquia, Mustafá Subdji. Os kemalistas representavam os nacionalistas turcos e foram responsáveis pela repressão aos comunistas. A aliança com Kemal consistia na intenção dos dirigentes soviéticos em proteger suas fronteiras sulistas, o petróleo caucasiano e a navegação no Mar Negro. Por isso não houve a discussão da questão nacional e colonial no Terceiro Congresso. Claudín chama a atenção para o fato de que houve uma moção de protesto contra a repressão aos comunistas alemães ocorrida em março de 1921, mas não houve referência à chacina dos comunistas turcos.¹¹⁸

Outro fato explica o Terceiro Congresso da IC não ter dado importância à questão nacional e colonial. Claudín alega que ao mesmo tempo em que subscrevia o acordo com Kemal, o governo soviético assinara um tratado comercial com os ingleses, comprometendo-se a refrear toda a propaganda contrária aos interesses britânicos na Ásia. Além disso, os dois países firmavam cessar toda a propaganda mútua hostil.¹¹⁹

¹¹⁶Ibidem.

¹¹⁷CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985, p. 220.

¹¹⁸Ibidem, p. 221-222.

¹¹⁹Ibidem, p. 222.

Para Claudín, três fatores contribuíram para reduzir a avaliação positiva sobre a questão da libertação colonial adotada no Segundo Congresso da IC. O primeiro deles foi o eurocentrismo dos comunistas ocidentais, incluindo-se nisso os russos. O segundo foi a subordinação da política da Internacional às necessidades da política externa soviética. E o terceiro foi a redução do “direito de autodeterminação nacional” a uma fórmula burocrática.¹²⁰

No IV Congresso da IC, realizado em 1922, entre 5 de novembro e 5 de dezembro, a questão colonial voltou a ser abordada. Nas teses desenvolvidas no Congresso, especificamente no item “Condições de luta”, falava-se que as massas dos países coloniais só poderiam ser levadas à vitória por um movimento que rompesse completamente os laços com aqueles que estivessem aliados com os interesses do imperialismo. A ligação da burguesia indígena com os elementos feudais-reacionários permitia ao imperialismo a exploração da anarquia feudal, a rivalidade entre os diferentes líderes, raças e tribos, o antagonismo entre cidade e campo, e a luta entre castas e seitas religiosas nacionais para desorganizar o movimento de massas.¹²¹

No item “A Questão Agrária”, dizia-se que o movimento revolucionário no Oriente só teria sucesso se se baseasse na atividade das massas camponesas. Por isso que os partidos revolucionários nos países orientais necessitavam da formulação de um programa agrário claro que incluísse a derrubada do feudalismo e de suas instituições. Para levar as massas camponesas a uma luta ativa para a libertação nacional, os revolucionários deveriam advogar uma mudança radical na base da propriedade da terra e na medida do possível forçar os partidos nacional-burgueses a adotar este programa agrário revolucionário.¹²²

Sobre as “Tarefas Gerais dos Partidos Comunistas no Oriente”, as teses do Congresso colocavam duas questões enfrentadas pelos partidos dos países coloniais e semicoloniais. De um lado, eles estavam lutando por uma resposta mais radical às demandas da revolução democrático-burguesa, direcionada para a vitória da independência política nacional. De outro, estavam organizando as massas de trabalhadores e camponeses para lutar pelos seus próprios interesses de classe, fazendo bom uso de todas as contradições no campo burguês democrático nacionalista.¹²³

¹²⁰ Ibidem, p. 227-228.

¹²¹ FOURTH CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Theses on the Eastern Question. 5 december 1922, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/4th-congress/eastern-question.htm>, último acesso em 09/09/2017.

¹²² Ibidem.

¹²³ Ibidem.

Além disso, falava-se sobre a necessidade de uma “Frente Unida Anti-imperialista”. Segundo as teses do Congresso, a revolução colonial só triunfaria se acompanhada de uma revolução proletária nos países avançados.¹²⁴

As teses do Quarto Congresso da IC trazem uma questão similar à colocada por John Reed no Segundo Congresso com o tema “As Tarefas do Proletariado no Pacífico”, pois este item tratava do problema do recrutamento de trabalhadores servís chineses e indianos para as plantações de açúcar do Pacífico Sul. Tal fato estava levando trabalhadores dos países imperialistas a pressionar pela introdução de leis para a proibição do trabalho imigrante e do “trabalho de cor”¹²⁵, tanto na Austrália como nos Estados Unidos. Tais leis restritivas aprofundariam o antagonismo entre os trabalhadores brancos e os “trabalhadores de cor”¹²⁶, o que enfraqueceria a unidade de todo o movimento dos trabalhadores.¹²⁷

Os Partidos Comunistas dos Estados Unidos, do Canadá e da Austrália deveriam conduzir uma campanha vigorosa contra as leis restritivas de imigração e explicar às massas proletárias desses países que essas leis, por inflamar o ódio racial, rebateriam neles mesmos ao longo prazo.¹²⁸

Segundo Claudín, no IV Congresso se chegou à conclusão de que os objetivos da revolução agrária ultrapassavam os limites da democracia burguesa. O que levava à consideração de que as classes dirigentes não liderariam a luta contra o imperialismo posto que essa se transformaria em um movimento revolucionário das massas. Assim, o “jovem proletariado das colônias” precisava encabeçar a extensão e intensificação da luta contra o imperialismo. Além disso, a “amplitude revolucionária” da luta contra o imperialismo só poderia ocorrer através da organização econômica e política e da educação política da classe operária e dos “elementos semiproletários”.¹²⁹

O que Claudín considerava a inconsistência principal das teses do IV Congresso era atribuir tarefas imensas a um proletariado que, na sociedade colonial, era ínfimo. E em alguns momentos, esta classe operária tinha uma situação melhor do que a grande massa mais pobre da população, por isso sua vulnerabilidade à aceitação de correntes reformistas e corporativistas nos sindicatos.¹³⁰

¹²⁴ Ibidem.

¹²⁵ Era utilizado o termo *coloured labour*.

¹²⁶ *Coloured workers*.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ CLAUDÍN, Fernando. Op. cit., p. 233-234.

¹³⁰ Ibidem, p. 233-234.

Outro erro importante do IV Congresso da IC era permanecer em um plano demasiado abstrato quando lidava com as realidades coloniais do Oriente, fornecendo explicações homogeneizadoras para situações muito diversas. M. N. Roy fazia esta crítica. E tal atitude por parte do congresso acontecia mesmo com as experiências tão próximas temporalmente como as revoluções turca e persa e os movimentos da Índia e do Egito.¹³¹

Um detalhe importante se constitui no fato de que no IV Congresso da IC o PCB foi reconhecido apenas como simpatizante da Internacional e não como seção brasileira. O enviado do PCB ao Congresso foi Antônio Bernardo Canellas, que fora aceito como representante do PCB para a reunião por sugestão de Astrojildo Pereira. O motivo era que Canellas já se encontrava na Europa no período anterior à realização do Congresso. Uma comissão da IC composta por Gramsci, Katayama, Varga, Stirner, Sierra, Gonzales, Souvarine, e alguns delegados uruguaio e argentinos chegou à conclusão de que o PCB não poderia ainda ser integrado como seção à IC por aparentemente apresentar elementos maçons e resquícios do anarquismo. Foram as conclusões tiradas após as intervenções de Canellas durante o IV Congresso.¹³²

O PCB só conseguiu resolver esse impasse em janeiro de 1924, com a viagem de Astrojildo Pereira a Moscou após uma grande campanha de repreensão a Canellas. Foi neste momento que a IC reconheceu o PCB como sua seção brasileira. Canellas fora expulso do PCB como traidor. Canellas teria sido apontado como grande desconhecedor da teoria marxista, causador de confusão em relação a militantes do Partido Comunista Francês e mais preocupado em resolver questões pessoais do que em se atentar às proposições e decisões do IV Congresso.¹³³

Após sua expulsão do PCB, Canellas escreveria um *Relatório* a respeito de sua atuação no Congresso. Um trecho em especial de sua fala traz algo revelador do que talvez se tornasse o dilema dos partidos comunistas em suas relações com a Internacional Comunista, isto é, o de ter independência ou não quanto àquele órgão:

Para ser comunista não necessito da assistencia nem do beneplacito de instituição alguma. Sou-o por minha espontânea vontade e continuarei a sel-o contra a vontade de quem quer que seja. Lastimo o mal que possa porventura este dissídio causar á propaganda

¹³¹ Ibidem, p. 235.

¹³² LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*: [memórias de militância]. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 54.

¹³³ Ibidem, p. 53-54.

comunista no Brasil; reputo-o, todavia, infinitadamente menor que o que resultaria de uma capitulação incondicional que nos reduzisse á mercê de instituições no estrangeiro, as quaes, por motivos que não acho opportuno citar, não denotam interesse algum em nos facilitar a ação.¹³⁴

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, no V Congresso, realizado em 1924, M. N. Roy alegava, quando da discussão sobre a questão colonial, que havia uma aproximação cada vez maior entre os interesses dos imperialistas e das burguesias nacionais nas colônias mais avançadas, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. As colônias estavam se transformando em mercados de bens de produção e a industrialização se encontrava estimulada diante do reforço dos controles alfandegários. Os interesses dos capitalistas dos países avançados e dos países subdesenvolvidos já não se encontravam em contradição. O desenvolvimento capitalista das colônias não era mais impedido pelos obstáculos antes impostos pelas potências. Havia uma trilha livre para aliança entre o capitalista europeu e capitalista nativo. Dessa forma, M. N. Roy se posicionaria contrariamente à obrigação de resolução do V Congresso forçando os comunistas a apoiarem os movimentos nacionalistas. Para ele, era necessária uma abordagem específica para cada um dos movimentos nacionais em lugar de se criar uma homogeneização de todas as especificidades em um único fenômeno.¹³⁵

Mas M. N. Roy foi posição vencida no V Congresso. Stalin buscava alianças com os movimentos nacionalistas burgueses a leste, enquanto ao oeste procurava apoio nas *trade-unions*. O alvo era o imperialismo anglo-francês. Stalin era cético em relação à capacidade revolucionária dos partidos coloniais.¹³⁶

Dessa forma, M. N. Roy parecia representar o contraponto na questão colonial no âmbito da IC. Seu posicionamento no II Congresso já indicava uma reflexão para se pensar nas especificidades das realidades nacionais de cada país, tentando fugir às generalizações do grupo ligado à liderança do Estado Soviético.

O exemplo do representante indiano serve para ilustrar um problema que seria patente para as explicações pecebistas nos anos 20: como formular uma teoria revolucionária de acordo

¹³⁴ **Relatório Canellas.** In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 62.

¹³⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 61-62.

¹³⁶ CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985, p. 236-237.

com as especificidades nacionais do meio brasileiro? No centro desse problema têm importância as ideias de Octávio Brandão, teórico e militante do Partido Comunista do Brasil, autor do livro “*Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brasil*”, tentativa pioneira de se refletir sobre a realidade brasileira sob um ponto de vista marxista. As ideias de Brandão teriam grande importância para a formulação a respeito da ideia de revolução democrático-burguesa do PCB nos anos 20.

1.2 As ideias de Octávio Brandão

Nascido em Viçosa (AL) no ano de 1896, Octávio Brandão teve uma infância difícil, perdendo a mãe, Maria Loureiro Brandão Rego, aos três anos¹³⁷ e vivendo apenas até os doze anos com seu pai, Manoel Correia de Melo Rego. Como este não tinha condições para criá-lo, Brandão foi entregue aos cuidados de seu tio materno, Alfredo Brandão.¹³⁸ Viveu em Alagoas até 1919, ano de sua primeira prisão e posterior soltura.¹³⁹

Octávio Brandão aspirava ter tempo para se dedicar ao estudo das ciências e da literatura, além de desejar um conhecimento mais amplo sobre a Revolução Russa, os pensamentos de Marx e Lênin, e o marxismo. Por isso se dirigiu ao Rio de Janeiro. Antes disso, ainda em Alagoas, havia colaborado com poesias e artigos em jornais como *Jornal de Alagoas* e *Diário do Povo*.¹⁴⁰ Já no Rio de Janeiro, conseguiu publicar seu livro *Canais e Lagoas*, que chegou a ser referido por escritores como Monteiro Lobato e Lima Barreto. Apesar de considera-lo um livro de pouca repercussão, Brandão menciona ter sido esta obra citada em jornais como *A Notícia*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *Spártacus*.¹⁴¹

Quanto aos movimentos operários e populares da época, Brandão diz ter tomado parte quanto à organização sindical e defesa das greves operárias. Além disso, participou do combate à reação política e a repressão da polícia.¹⁴²

Em relação à orientação política, Brandão declarava ter sido adepto do anarquismo no período entre 1919 e 1921. Lia as obras de Bakúnin, Kropótkin, Eliseu Reclus e Sebastião Faure. Apesar de sua curiosidade a respeito de Marx, Engels e Lênin, ainda não conhecia as

¹³⁷ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 44.

¹³⁸ Ibidem, p. 60.

¹³⁹ Ibidem, p. 133.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 83.

¹⁴¹ Ibidem, p. 142-145.

¹⁴² Ibidem, p. 170.

obras destes três neste período. Naquela época, Brandão conheceu outros militantes libertários, tais como os operários João da Costa Pimenta, Domingos Passos, Câncio de Souza e Manoel Campos e os intelectuais Astrojildo Pereira, José Oiticica, Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Everardo Dias, Fábio Luz e Adelino de Pinho. A respeito destes contatos e da própria visão de mundo que ele também compartilhava, Brandão declarava: “Todos, homens dedicados. Mas a ideologia, errônea. Uns se tornaram comunistas, posteriormente. Mas a maioria deles parou no anarquismo e afundou no passado morto”.¹⁴³

Octávio Brandão não aderiu ao PCB no momento de sua fundação em março de 1922. Só o fez em outubro daquele ano porque desejava conhecer antes as obras do marxismo, de modo que entrasse no partido já como militante e não como um simples membro da base. Acreditava que dessa forma poderia combater de forma mais contundente os anarquistas, seus companheiros de luta até então. Foi através das visitas de Astrojildo Pereira à farmácia onde trabalhava na rua General Câmara, 307, no Rio de Janeiro, que Brandão teve contato com as obras de Marx, Engels e Lênin, segundo o relato do próprio autor.¹⁴⁴

A publicação de *Agrarismo e Industrialismo* se deu em 1926. Neste livro, Octávio Brandão utilizou o pseudônimo “Fritz Mayer” e Buenos Aires como local de publicação para despistar a repressão do governo Artur Bernardes.

Há controvérsias a respeito da importância de Octávio Brandão e de seu pioneirismo doutrinário, como relatado por Roberto Mansilla Amaral. Este autor cita a não menção a Brandão na introdução de Nelson Werneck Sodré ao livro *Ano Vermelho* de Moniz Bandeira. Além disso, Amaral alega que Leandro Konder relega Brandão a um segundo plano em um texto chamado “Octávio Brandão: o Lenin que não deu certo”.¹⁴⁵

Sobre o pioneirismo em si, Amaral põe lado a lado duas visões divergentes: a de Dulce Pandolfi e a de João Quartim de Moraes. Segundo Amaral, Pandolfi, em seu livro *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB* chega a reconhecer que a “inspiração maior” para a visão predominante sobre a revolução brasileira no II Congresso do PCB, realizado em 1925, tenha sido o livro *Agrarismo e Industrialismo*, de Brandão. Porém não considera que o PCB tenha produzido alguma obra de relevância teórica a respeito da realidade brasileira em seus primeiros anos.

¹⁴³ Ibidem, Ibidem.

¹⁴⁴ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 232.

¹⁴⁵ AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada. Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão: (1917-1980)*. Niterói: [s.n.]. 2003. 351f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p. 13-14.

Já Moraes, segundo Amaral, em um texto intitulado “A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro”, presente na coleção *História do Marxismo no Brasil*, valoriza a obra de Brandão como fruto de um pioneirismo doutrinário. Para ele as observações de Brandão concernentes ao papel do imperialismo e a subordinação dos interesses agrários ao capital financeiro inglês são justas.¹⁴⁶

Em outro texto, Amaral elucida que o cerne do raciocínio de Octávio Brandão em *Agrarismo e Industrialismo* era a sustentação de que a dicotomia caracterizadora da sociedade brasileira desde a República era o conflito entre o “capitalismo agrário feudal” e o “capitalismo industrial moderno”. Segundo Amaral, era essa orientação que o PCB seguiria por quatro décadas sem revisão até a publicação de *A Revolução Brasileira*, de Caio Prado Júnior, em 1966.¹⁴⁷

João Quartim de Moraes indica que Octávio Brandão iniciou a redação de *Agrarismo e Industrialismo* no dia 28 de julho de 1924. Menos de um mês depois, concluiu a parte fundamental do livro. Essa versão ainda inconclusa foi veiculada em cópias datilografadas, que acabaram servindo de base para as teses do II Congresso do PCB.¹⁴⁸

Quanto às ideias do livro em si e sobre o conflito entre agrarismo e industrialismo, torna-se revelador o trecho onde Brandão comparava os desenvolvimentos industriais de Brasil, Estados Unidos e Alemanha. No Brasil, segundo o autor, existiam 13 mil estabelecimentos industriais, enquanto nos Estados Unidos havia 290 mil. Enquanto em todo o Brasil havia 275 mil trabalhadores fabris, nos Estados Unidos apenas a International General Electric Company Inc. possuía mais de 80 mil e a United States Steel Company tinha mais de 215 mil. Ao todo, os EUA tinham 13 milhões de trabalhadores fabris, enquanto a Alemanha 15 milhões. O Brasil tinha 14 mil metalúrgicos, enquanto nos EUA somente as usinas da The Baldwin Locomotive Works possuíam mais de 21 mil.¹⁴⁹

Brandão realizava um raciocínio a respeito da desproporção entre as grandes e pequenas propriedades rurais. Segundo o autor, havia 648 mil estabelecimentos rurais no Brasil, mas os que pesavam mesmo eram os 461 estabelecimentos com média de 59 mil hectares e os 1207 estabelecimentos com uma média de 15 mil. A maioria era dominada pela minoria.¹⁵⁰

¹⁴⁶Ibidem, p. 93.

¹⁴⁷AMARAL, Roberto Mansilla. **Astrojildo Pereira e Octávio Brandão**: os precursores do comunismo nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 263-264.

¹⁴⁸MORAES, João Quartim de. **Octávio Brandão**. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 17.

¹⁴⁹FRITZ MAYER. *Agrarismo e Industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil. Buenos Aires: s/d, 1926, p. 7.

¹⁵⁰Ibidem, p. 8.

A consequência desse agrarismo econômico era o agrarismo político. Os grandes proprietários de São Paulo e Minas eram os detentores do domínio político. São Paulo e Minas ocupavam respectivamente o primeiro e o terceiro lugar no valor dos estabelecimentos rurais.¹⁵¹ Quanto ao número de estabelecimentos rurais, São Paulo era o segundo e Minas o terceiro colocado.¹⁵² “Estados agrários, Estados feudais...”¹⁵³

Octávio Brandão comparava o agrarismo brasileiro ao feudalismo. Ele dizia que tanto o fazendeiro de café do “Sul” quanto o senhor de engenho do “Norte” são senhores feudais. Os servos eram os colonos das fazendas de café e os trabalhadores de enxada. “A organização social proveniente dahi é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média”.¹⁵⁴ Brandão apresentava um raciocínio sobre a situação psicológica das classes. O pequeno-burguês estaria imbuído do sentimentalismo, do patriotismo e do desejo de conciliação das classes. O grande burguês apresentava a sede de renovação técnica, o espírito progressista, o desprezo pelo pequeno-burguês e o desdém pelo operário. O proletariado industrial carregava “[...] o espírito de classe, a revólta, o internacionalismo revolucionário”.¹⁵⁵ O fazendeiro demonstrava a mentalidade reacionária e o apego a sua propriedade, enquanto o trabalhador rural carregava a humildade e a resignação.¹⁵⁶

Para Brandão, havia choques de classes, começando entre a burguesia industrial norte-americana e burguesia financeira inglesa. Na realidade brasileira, havia o fazendeiro de café contra a união entre [...] o grande burguez manufactureiro, grande burguez commercial, o uzineiro, o pequeno burguez rural, commercial e industrial, o operario, o campones [...]”.¹⁵⁷

Explorando as particularidades nas relações entre as classes, o autor realizava um histórico de lutas da pequena burguesia e sua relação com o movimento operário. Entre 1919 e 1920, esta teria apoiado o fazendeiro de café contra o proletariado. Desde 1917, o movimento proletário vivia em ebulição devido à insuficiência dos salários e à influência dos acontecimentos na Rússia. Nesse período de embates, Octávio Brandão alega que as prisões e deportações foram aprovadas pela imprensa “pequeno-burguesa”, como nos jornais *A Noite* e *Correio da Manhã*.¹⁵⁸

¹⁵¹ O segundo lugar ficava com o Rio Grande do Sul, segundo Brandão.

¹⁵² Neste caso, o Rio Grande do Sul era o primeiro colocado.

¹⁵³ FRITZ MAYER. *Agrarismo e Industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil. Buenos Aires: s/d, 1926, p. 9.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 9.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 14.

¹⁵⁶ Ibidem, Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 17.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 21.

Mas a “pequena burguesia” perceberia seu erro, segundo Brandão. O campo teria ficado livre ao fazendeiro de café após o esmagamento do movimento operário. Foi então que tiveram lugar as “grandes bandalheiras de 1920-1922”. A “pequena burguesia” teria acordado da ilusão em 22, posto que cada vez mais proletarizada. Assim, entrou em luta com o fazendeiro, mas este a esmagou facilmente. Em 1924, levantara-se de novo e teve nova derrota, ainda que parcial. A compreensão de seu erro em relação ao proletariado nos anos 1919-1920 vinha à tona. Porém, o proletariado se encontrava com esforços minguantes de luta. Seria necessário um grande esforço para a sua reativação.

A pequena burguesia pagou e pagará com sangue seu erro de 1919-1920. O fazendeiro de café só será derrotado pela frente unica momentanea do proletariado com a pequena burguesia e a grande burguesia industrial. Portanto, todas as vezes que a pequena burguesia auxilia a reacção contra o proletariado, está forjando cadeias contra ella propria.¹⁵⁹

Brandão já percebia a mudança da “pequena burguesia” no momento em que redigia o livro em questão. O autor declarava que se entre 1918 e 1920 os pequenos burgueses condenavam a aliança do proletariado brasileiro com os trabalhadores estrangeiros contra a burguesia nacional e internacional, além de terem aplaudido as 150 deportações realizadas por Epitácio Pessoa, naquele momento (1924), juntavam-se aos próprios estrangeiros para lutar contra os grandes agrários nacionais.¹⁶⁰

Octávio Brandão delineava a tarefa de liderança para o proletariado em relação às outras classes. Era necessário fazer do proletariado industrial, sob a direção do Partido Comunista, a vanguarda das classes envolvidas na revolução: operários agrícolas, meeiros, rendeiros, pequenos funcionários, mulheres trabalhadoras, “pequena burguesia” rural e urbana. O proletariado deveria ser o dirigente de todos os oprimidos na luta contra o feudalismo nacional.¹⁶¹

Ainda dentro da tarefa política, Brandão apontava a necessidade do apoio à “pequena burguesia” na luta contra o fazendeiro de café. O autor alegava que, segundo Marx, era preciso auxiliar os pequenos burgueses quando estes resistissem às forças reacionárias. Era preciso seguir o conselho de Lênin e sustenta-los “[...] como a corda sustenta o enforcado”.¹⁶²

¹⁵⁹Ibidem, p. 22.

¹⁶⁰Ibidem, p. 26.

¹⁶¹Ibidem, p. 58.

¹⁶²Ibidem, ibidem.

Brandão falava também da necessidade de incluir o elemento rural em todos os planos e cálculos para a revolução. Segundo o autor, o Brasil era um país agrário, como a Rússia. Dessa forma, cita diversas categorias de trabalhadores que deveriam ser levadas em conta pelos comunistas, como os vaqueiros, os lavradores pobres, os caboclos dos engenhos e das usinas, os seringueiros, os ervateiros, os colonos-servos, os rendeiros, os meeiros e até “[...] os pequenos proprietários que não vivam do suor alheio”.¹⁶³

Porém, ainda sobre a “pequena burguesia”, Brandão pedia cautela em relação à influência de suas ideias no movimento operário. Era preciso não dar o mínimo espaço para a política e a ideologia pequeno-burguesas em relação ao proletariado. Fazia-se necessária a exigência de reivindicações econômicas e políticas importantes de sua parte.¹⁶⁴

Octávio Brandão problematizava a influência da “pequena-burguesia” no movimento operário de 1918-1920. Para ele, a ideologia anarquista, o individualismo, a desorganização política e o terrorismo individual dominavam. E os líderes, após se aburguesarem, renegaram a classe operária.¹⁶⁵

Brandão investia contra a tendência anarquista no movimento proletário. Criticava os pequenos burgueses anarquistas por não terem conseguido organizar e conservar os trabalhadores das fábricas de tecidos, grande indústria que concentrava o melhor material para o movimento revolucionário, segundo o autor. “Compreende-se: anarchismo é synonymo de artesanato e de agrarismo pequeno burguez e antonymo de industrialismo”.¹⁶⁶

O autor saudava a aurora do jornal *A Classe Operária* e dizia que à altura do 1º de maio de 1925 a situação havia mudado, pois a partir de então o proletariado comandava a “pequena burguesia” mais valiosa, que se encontrava proletarizada econômica, política, social, moral e intelectualmente. Não havia mais espaço para os “líderes aburguesados” nem para os “dilettantes” ou “água morna”. Brandão vislumbrava que “[...] a base da acção actual é o proletariado da grande industria; inicia-se a penetração real e methodica no seio dos trabalhadores dos campos; funde-se, em um só, o movimento dos operarios brasileiros e internacionais; a luta adquire uma grande amplidão theorica e estrategica...”¹⁶⁷

As ideias do livro de Brandão tiveram influência marcante no Segundo Congresso do PCB, realizado entre os dias 16 e 18 de maio de 1925, época em que Brandão ainda não havia terminado a obra como um todo. Astrojildo Pereira atestava que a ideia do embate entre um

¹⁶³ Ibidem, ibidem.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 59.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 50-51.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 51.

¹⁶⁷ Ibidem, ibidem.

“capitalismo agrário feudal” e um “capitalismo industrial moderno” como a contradição fundamental da sociedade brasileira dominava o congresso.¹⁶⁸

O primeiro relatório do congresso tratava das “Características da situação política nacional” e como primeiro tópico já trazia a dualidade agrarismo/industrialismo, em que se tratava do raciocínio mencionado por Astrojildo Pereira logo acima.¹⁶⁹

Como segundo tópico, tratava-se da “Revolta de 5 de julho”, na qual se fazia referência à luta do exército como representante do industrialismo contra o agrarismo. São mencionados os posicionamentos de luta dos militares em apoio a Floriano Peixoto (1893), a Hermes da Fonseca (1910-1914) e em oposição a Epitacio Pessoa (1922) e a Artur Bernardes (1924). O exército era caracterizado como “[...] democrata, liberal, pequeno-burguez por sua composição social [...]”.¹⁷⁰

Quanto às revoltas de 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924, sustentava-se a ideia de que tiveram apoio dos Estados Unidos (a favor dos industrialistas), enquanto os legalistas tiveram o auxílio da Inglaterra (a favor do agrarismo).¹⁷¹

Nas conclusões deste relatório, argumentava-se que o PCB deveria “[...] conduzir a pequena burguezia e não ser conduzido por ella”.¹⁷² Era preciso no mínimo neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em confronto com a burguesia agrária ou industrial ou, se possível, conquista-los. Premia-se evitar cair nas ilusões democráticas da pequena burguesia.¹⁷³

Quanto aos camponeses, no quarto quesito das conclusões sobre o relatório da situação nacional se dizia que era necessário retirar-los da influência da reação e do obscurantismo. A questão campesina se constituía em “[...] pedra de toque do movimento comunista mundial. Ella sobe de vulto em países principalmente agrícolas, como é o caso do Brazil”.¹⁷⁴ Reconhecia-se que este problema era o principal a ser resolvido pelos comunistas e que ainda havia muito por se fazer nas relações do PCB com as massas de lavradores pobres e operários agrícolas.¹⁷⁵

¹⁶⁸ PEREIRA, Astrojildo. **A Formação do PCB**. In: *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. 92.

¹⁶⁹ II CONGRESSO DO P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). *Theses e Resoluções*. Rio de Janeiro: 1925, p. 4.

¹⁷⁰ *Ibidem*, p. 4.

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 5.

¹⁷² *Ibidem*, p. 6

¹⁷³ *Ibidem*, *ibidem*.

¹⁷⁴ *Ibidem*, *ibidem*.

¹⁷⁵ *Ibidem*, *ibidem*.

Dessa forma, as ideias vigentes pareciam sofrer uma intensa influência do livro de Octávio Brandão, como já foi dito por Astrojildo Pereira, ao tratarem da dualidade agrarismo/industrialismo, da “pequena burguesia” e da questão camponesa.

Interessa observar um pouco mais a relação entre Octávio Brandão e Astrojildo Pereira. Pois este também demonstraria um pensamento similar ao de Brandão. Exemplo disso pode ser visto em artigo onde criticava a visão de Oliveira Vianna a respeito da história do Brasil. Segundo Astrojildo, Vianna tentava apagar o conceito de luta de classes. Para Astrojildo, o conflito entre “rural” e “urbano” era fulcral no desenvolvimento das vicissitudes históricas deste país, o que poderia ser visto na disputa entre o poder central e os “caudilhos rurais” na época da exploração das minas de ouro e diamantes.¹⁷⁶

Outra aparição desta similaridade entre Brandão e Astrojildo se dava na crítica deste à solução para o problema dos latifúndios apresentado pelo *Manifesto da Legião Revolucionária de São Paulo*, de autoria de Plínio Salgado, onde este propunha a indenização para os fazendeiros em caso de realização da reforma agrária. Para Astrojildo, a aceitação de tal solução para a questão agrária seria uma imitação da Reforma de 1861 na Rússia, onde a burguesia apenas teria sido beneficiada com a libertação dos servos.¹⁷⁷ Portanto, a colocação do problema do agrarismo se fazia presente no pensamento de Astrojildo Pereira também.

No entanto, cabe destacar que Octávio Brandão e Astrojildo Pereira apresentariam uma cisão. Esta se daria no ano de 1930. Segundo Brandão, Astrojildo teria capitulado facilmente no momento da imposição do modelo de revolução soviética pela Internacional ao PCB no período que depois foi conhecido como o da “stalinização” do movimento comunista. Segundo Brandão, Astrojildo seria o principal responsável pela extinção do Bloco Operário Camponês (BOC) e eliminação da direção partidária a partir da campanha da proletarização. Brandão também destaca a “carta vergonhosa” escrita por Astrojildo ao Bureau Sul-Americano da IC onde tentava se eximir de tarefas práticas. Na ocasião, Astrojildo precisava falar a operários nos próprios locais de trabalho em Niterói. Brandão alega que Astrojildo silencia sobre esses fatos em seu livro *A Formação do PCB*.¹⁷⁸

João Quartim de Moraes alega que a influência de *Agrarismo e Industrialismo* nos anos seguintes ultrapassou o âmbito comunista, atingindo inclusive positivistas de esquerda que o leriam e o discutiriam. A aliança com a pequena burguesia democrática figurava no interior

¹⁷⁶PEREIRA, Astrojildo. **Sociologia ou apologética?** In: *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p.

167.

¹⁷⁷_____. **Manifesto da contra-revolução**. In: *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p.

180.

¹⁷⁸BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 229.

dessa influência, tendo o tenentismo como sua expressão mais vivaz. No entanto, tal aliança era entendida a partir da ótica dos objetivos da classe operária. A articulação do Bloco Operário para as eleições de janeiro de 1927 se incluía no bojo dessa perspectiva, tendo depois sido ampliado para ser o Bloco Operário e Camponês (BOC) com vistas às eleições de 1928. Nesta eleição o BOC lançaria Octávio Brandão e Minervino de Oliveira como candidatos a intendentess.¹⁷⁹

Um outro ponto destacado por Moraes na leitura da obra de Brandão é o de que este salientou a necessidade de mobilização das massas trabalhadoras rurais, sem as quais a Coluna Prestes não obteria êxito em sua ofensiva revolucionária, apesar de Moraes sublinhar que Brandão falhou em não citar a Guerra de Canudos e a Guerra do Contestado como movimentos rurais importantes.¹⁸⁰

O ponto observado por Moraes se encontrava no apêndice “Em marcha para o futuro”, datado de 9 de março de 1926. Brandão dizia que Prestes cairia facilmente se não se apoiasse no proletariado rural.¹⁸¹

Essa questão da necessidade de se alcançar o apoio dos trabalhadores rurais, no que se inclui a ampliação do Bloco Operário para Bloco Operário e Camponês, em 1928, fazia parte da questão democrática que se colocava à classe operária, segundo Antonio Carlos Mazzeo. Era um problema a ser enfrentado a partir do prisma da classe, o que se constituía em um ponto de diferenciação em relação à democracia formal-burguesa.¹⁸²

Em 1928, no escrito já mencionado na primeira parte deste trabalho, *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa*, Amaral aponta o raciocínio de Brandão para a necessidade de um “levante das massas camponesas”.¹⁸³

Porém, sobressai no texto de Brandão de 1928 o aspecto da aliança do proletariado com a “pequena burguesia”, daí a utilização da expressão “revolução democrático pequeno-burguesa”. A ênfase nesta união daria o tom de parte dos artigos do jornal *A Classe Operaria* enquanto não acontecesse a influência das diretrizes stalinistas na organização dos partidos

¹⁷⁹ MORAES, João Quartim de. **Octávio Brandão**. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 19.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 21.

¹⁸¹ FRITZ MAYER. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brasil*. Buenos Aires: s/d, 1926, p. 84.

¹⁸² MAZZEO, Antonio Carlos. **Astrojildo Pereira**. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 56.

¹⁸³ AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada. Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão: (1917-1980)*. Niterói: [s.n.], 2003. 351f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, p. 124-125.

comunistas. É desse curto período (1928-1929) e da viragem stalinista de que se tratará o próximo capítulo.

Antes disso, faz-se importante apontar o alcance que a teoria pecebista teve no debate sobre a questão econômico-social no Brasil, no que concerne à aceitação ou não da presença do feudalismo no Brasil.

1.3 O alcance da teoria pecebista

As formulações de Octávio Brandão em *Agrarismo e Industrialismo* teriam influência sobre autores importantes. Segundo Ângelo José Silva, uma dessas reverberações ocorreu sobre o livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, com primeira edição em 1959. Segundo o autor, Furtado retoma o raciocínio de Brandão a respeito da oposição entre urbano e rural naquela obra, no sentido de explicar que o “movimento revolucionário de 30”, formado por uma burocracia militar e civil com o apoio de industriais de base urbana, foi uma reação ao domínio do grupo cafeeiro sobre o governo federal. No entanto, em face da luta armada de 1932, o Governo Provisório acabou auxiliando os grupos de cafeicultores inclusive com o abatimento de metade de suas dívidas bancárias.¹⁸⁴ Portanto, existe aqui um peso do fator rural. Outros autores dariam mais peso à questão do feudalismo.

Em *Formação Histórica do Brasil*, com primeira edição de 1962, Nelson Werneck Sodré sustentava que o feudalismo teria surgido, no contexto brasileiro, de dentro da escravidão. Isso teria se dado a partir da desagregação do latifúndio e da introdução de trabalhadores livres no lugar dos escravos. Porém, estes trabalhadores livres, ainda que não fossem escravos, eram obrigados a pagar taxas aos donos das terras, pois passavam a ser considerados como envolvidos em um vínculo com aquelas.¹⁸⁵

Como fundamento para sua visão, Sodré explicava que o processo de feudalização da Europa teve pelo menos duas bases. Uma delas foi a deterioração do escravismo romano. E a outra, não menos importante, foi o desmonte do regime gentílico dos germânicos, que presenciaram a formação do regime de colonato em lugar do escravismo. Os trabalhadores livres, colonos, assistiram a ocorrência do processo de individualização da propriedade da terra

¹⁸⁴SILVA, Ângelo José. *Agrarismo e industrialismo*: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, n. 8, 2007, p. 52-53.

¹⁸⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, p. 7.

tomar o lugar da propriedade coletiva. A distribuição das terras pelos senhores teve espaço ao mesmo tempo em que houve a conversão dos trabalhadores em servos da gleba.¹⁸⁶

Com edição de 1963, a obra *Quatro Séculos de Latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães, também foi outro exemplar de trabalho que considerava a presença do feudalismo no Brasil. Portugal não teria trazido ao Brasil o sistema capitalista na visão de Passos Guimarães, mas instituições políticas e jurídicas mais retardatárias e opressivas ainda existentes na metrópole.¹⁸⁷ A denominação “homens de qualidades”, utilizada para aqueles que recebiam as terras no Novo Mundo, era uma demonstração desta transferência de costumes retrógrados.¹⁸⁸

Segundo Carlos Nelson Coutinho, essa explicação da realidade brasileira baseada em uma “visão terceiro-internacionalista” predominaria até a década de 60. Visto o Brasil como uma formação social “atrasada”, semicolonial e semifeudal, haveria a necessidade de uma revolução “democrático-burguesa” ou “libertadora nacional”. Isso influenciaria não apenas a visão do PCB nos anos 30, mas também a interpretação que os grupos armados dos anos 60 adotaram sobre o caráter “atrasado” do Brasil. Segundo Coutinho, não eram muitos os intelectuais brasileiros que enxergavam o fato de que o Brasil, nos anos 60, havia alcançado um nível de desenvolvimento capitalista pleno.¹⁸⁹

Baseado no pensamento de Gramsci, Carlos Nelson Coutinho argumenta que o Brasil sofria um processo de “ocidentalização” já nos anos 20, com o crescimento dos sindicatos operários, a ocorrência das greves econômicas e políticas e a exigência das classes médias por uma maior participação política. No entanto, a ocorrência da “Revolução de 30”, com sua “solução pelo alto”, freou parcialmente as tendências “ocidentalizantes” que se desenvolviam no Brasil, mas nem mesmo a ditadura do Estado Novo de Vargas teria destruído as condições objetivas de uma sociedade civil autônoma, ainda que o processo repressivo tenha prejudicado a “ocidentalização”.¹⁹⁰

Ainda que houvesse esse referido predomínio da vertente “terceiro-internacionalista” na visão de Coutinho, uma divergência seria representada por meio da voz de Caio Prado Júnior. Em seu livro de 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, por exemplo, o autor discordava da interpretação postulante da existência do feudalismo no Brasil, pois sustentava que este país, em sua formação colonial, encontrava-se na verdade dentro do processo da expansão marítima

¹⁸⁶ Ibidem, p. 7-8.

¹⁸⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 22.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 24.

¹⁸⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 196.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 214.

europeia. O descobrimento e a colonização da América constituiriam um capítulo dentro da história do comércio europeu.¹⁹¹

Com a publicação de *A Revolução Brasileira*, tendo sua primeira edição em 1966, Caio Prado Júnior clarificaria sua crítica à teoria da revolução inspirada no modelo pecebista. Segundo ele, não houve feudalismo no Brasil, por isso não era sustentável dizer que havia resquícios feudais neste país. A meação e a terça, formas de trabalho com remuneração *in natura*, nas quais se pagava o trabalho com parte do bem produzido, estão relacionadas à parceria, forma capitalista de relações de trabalho.¹⁹²

Para o autor, não era do feudalismo que derivavam as formas extorsivas do trabalho no Brasil, mas da escravidão.¹⁹³

Sobre a teoria da revolução agrária, antifeudal e antiimperialista em si, diria em seu livro de 1966 que foi formulada na época em que quase nada se sabia a respeito da realidade brasileira. Além disso, faltava experiência política e o nível de consciência revolucionária das massas trabalhadoras era extremamente baixo.¹⁹⁴

Segundo Caio Prado Júnior, admitira-se um esquema *a priori* em que a humanidade teria necessariamente de passar pelos mesmos estágios antes do socialismo, a dizer, o feudalismo e o capitalismo.¹⁹⁵ Presumiu-se que os países “coloniais”, “semicoloniais” ou “dependentes”, sendo o Brasil enquadrado nesta categoria, encontravam-se em fase de transição entre o feudalismo e o capitalismo, em processo de revolução “democrático burguesa”, ideia inspirada no modelo leninista aplicado à Rússia czarista, que também se encontrava em caminho de transição entre o feudalismo e o capitalismo.¹⁹⁶

A teoria revolucionária “agrária e anti-imperialista” gerou generalizações sobre a América Latina que prejudicaram a análise da realidade brasileira, segundo o autor. Um exemplo disso seria o documento *Por um viraje decisivo em el trabajo campesino*, publicado em 1933 pelo Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista. Nele, segundo o autor, colocava-se a borracha e o arroz como produtos expressivos na economia brasileira daquele momento.¹⁹⁷

¹⁹¹ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-20.

¹⁹² _____. *A Revolução Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 29.

¹⁹³ Ibidem, p. 32.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 20.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 22.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 26.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 27.

Segundo Luiz Bernardo Pericás, o esquema caiopradiano de revolução não enxergava uma solução dos problemas brasileiros dentro do regime burguês aliado ao imperialismo e ao atraso dos grandes senhores rurais. A revolução seria uma fase transitória rumo ao socialismo, sob a liderança dos trabalhadores. Portanto, não seria uma revolução “democrático-burguesa”, pois a etapa democrática seria condicionada ao “caráter global socialista”. Além disso, a revolução brasileira deveria ser vista como um processo *permanente, ininterrupto e dinâmico*. Não deveria ser vista como um sistema acabado.¹⁹⁸ Por isso, Caio Prado discordava do esquema de revolução baseado no modelo “terceiro-internacionalista”.

A crítica iniciada por Caio Prado à teoria pecebista seria continuada depois por estudiosos como Ronald Chilcote, Edgard Carone e Antonio Carlos Mazzeo.

Para Chilcote, não houve um semifeudalismo no Brasil. O que teve lugar foi uma geração de recursos para o meio urbano a partir do desenvolvimento da agricultura. Portanto, havia uma relação comercial. Ao mesmo tempo, houve uma deterioração da relação fazendeiro-camponês.¹⁹⁹

Edgard Carone, por sua vez, não enxerga uma separação entre burguesia agrária e burguesia industrial. Não havia uma ligação da elite brasileira com a terra, pois seu espírito era mercantilista. Se fosse necessária a venda das terras para que pudesse realizar novos negócios, sejam eles no setor do comércio ou da indústria, ela o faria. Não havia vínculo tradicional da elite com a terra, diferentemente do que poderia acontecer à nobreza europeia ou japonesa.²⁰⁰ Em 1933, Caio Prado Júnior já dissertava sobre esta diferença no texto chamado “Problemas de Povoamento e a Divisão de Propriedade Rural”. Quem tinha a ligação com a terra era o agricultor e não o fazendeiro típico. Pois para o agricultor a terra era o centro único de suas atenções, preparando até mesmo sucessores para seu trato, diferentemente do fazendeiro, que via a fazenda apenas como um negócio, podendo mudar de fazenda ou até mesmo de ocupação quando a terra não fosse mais algo rentável.²⁰¹

Já Antonio Carlos Mazzeo sustenta que mesmo dentro da Internacional Comunista, onde principalmente a partir do VI Congresso (1928) se teria passado a um fortalecimento da ideia de que havia feudalismo no Brasil, havia uma divergência representada por Jules Humbert-Droz, que mesmo reconhecendo de forma similar a Octávio Brandão uma suposta subordinação

¹⁹⁸ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 235.

¹⁹⁹ CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Tradução de Celso Mauro Pasiornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 230-231.

²⁰⁰ CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989, p. 19.

²⁰¹ PRADO JÚNIOR, Caio. **Problemas de Povoamento e a Divisão de Propriedade Rural**. In: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 216.

das burguesias latino-americanas aos imperialismo inglês e americano, não utilizava o conceito de feudalismo para se referir às realidades rurais do subcontinente em questão. Humbert-Droz preferia a utilização de termos como “semicolônia” e “regime colonial capitalista”.²⁰²

No entanto, a importante crítica à utilização do conceito de feudalismo iniciada por Caio Prado Júnior não impediu o surgimento de novas aplicações da ideia.

Marcos Del Roio, por exemplo, defende a ideia de que, devido às condições feudais existentes no Brasil, os camponeses foram relegados a um segundo plano no momento da “revolução burguesa” em curso principalmente nos anos 30.²⁰³

Lígia Osório Silva, por seu turno, no artigo “Feudalismo, capital mercantil, colonização” lança uma pergunta: seria a escravidão introduzida na América colonial uma consequência do desenvolvimento capitalista da época ou o resultado do fenômeno europeu conhecido como “reação feudal”?²⁰⁴

Páginas adiante, a autora chega à consideração de que os Estados modernos não eram escravistas, mas sim “Estados feudais modificados”, muito mais complexos que os Estados antigos que se utilizavam da escravidão.²⁰⁵

Desta forma, a utilização do conceito de feudalismo por Octávio Brandão na explicação de sua teoria da revolução gerou um debate ainda não finalizado sobre as condições econômico-sociais do Brasil, com passagem por conceitos como escravidão, colonização, industrialização e formação dos Estados modernos.

²⁰²MAZZEO, Antonio Carlos. **O Partido Comunista na raiz da teoria da Via Colonial do desenvolvimento do capitalismo**. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 158.

²⁰³DEL ROIO, Marcos. **Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 -1940)**. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V. 5. Campinas: Unicamp, 2007, p. 37.

²⁰⁴SILVA, Lígia Osório. **Feudalismo, capital mercantil, colonização**. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. V. 4. Campinas: Unicamp, 2007, p. 17.

²⁰⁵Ibidem, p. 61.

2 A MUDANÇA NA IDEIA DE ALIANÇA DE CLASSES NO JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA* (1928-1931)

Neste capítulo, pretende-se trabalhar a ideia de alianças de classes no jornal *A Classe Operária* no período entre 1928 e 1930, quando ainda prevalecia no periódico a ideia de aliança de classes do proletariado com a “pequena burguesia”. Será exposta a forma como aparecia no órgão central tal ideia de aliança. E depois, como tal ideia passou a ser modificada, processo esse visível a partir de 1930, quando se passou a preconizar a aliança entre operariado e campesinato, com a inclusão de elementos como os soldados, marinheiros, negros, indígenas e mulheres.

Para elucidar a mudança ocorrida no período descrito, haverá o amparo na bibliografia específica sobre a recepção das diretrizes do SSA-IC (Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista) pelo PCB.

Será de grande utilidade a explicação sobre como a ideia da “proletarização” acabou se convertendo no “obreirismo”, que foi a diretriz responsável pelo afastamento de diversos nomes importantes do PCB, como Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Leôncio Basbaum. Em janeiro de 1931 Heitor Ferreira Lima figurava como secretário-geral do partido.²⁰⁶ Em junho de 1931 foi substituído por Fernando Lacerda e enviado ao Norte e Nordeste como representante do Secretariado Sul-Americano da IC. Fernando Lacerda, sua esposa Cina e Inês Guralski, mulher de August Guralski aprofundariam o “obreirismo”, tendo como mote o combate ao “prestismo” dentro do PCB.²⁰⁷

O jornal *A Classe Operária* refletiria a mudança imprimida pela adoção da ideia de uma aliança da classe operária restrita com o campesinato e o subsequente afastamento de possibilidade de colaboração com a “pequena burguesia”, de forma geral, porém não de forma absoluta.

Neste capítulo será elucidada a forma como essa ideia de combate ao “prestismo” aparecia no jornal na última subseção deste capítulo, onde se demonstrará a posição do jornal a respeito de Luiz Carlos Prestes.

Para esses objetivos serão utilizadas as edições do jornal *A Classe Operária* enquadradas no período entre maio de 1928 e novembro de 1931.²⁰⁸

²⁰⁶LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*: [memórias de militância]. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 140-141.

²⁰⁷PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro* (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 139.

²⁰⁸Serão utilizadas as seguintes edições do jornal: 1 de maio de 1928; 5 de maio de 1928; 12 de maio de 1928; 19 de maio de 1928; 6 de julho de 1929; 20 de julho de 1929; 15 de fevereiro de 1930; 22 de fevereiro de 1930;

2.1 A aliança entre proletariado e “pequena burguesia” no jornal *A Classe Operária*

No artigo “O partido democratico é um instrumento dos senhores feudais” já era possível identificar a presença da ideia de aliança entre proletariado e “pequena burguesia”. Com referências aos tenentes participantes dos movimentos de 1922, 1924 e da Coluna Prestes, “Antonio Correa”,²⁰⁹ dizia que o proletariado urbano e rural acompanhava com entusiasmo o ganho de influência da “pequena burguesia revolucionária”.

Para frear os intentos da “pequena burguesia”, a grande burguesia teria criado o Partido Democrático (PD), segundo Antonio Correa. Ainda segundo este: “Era necessario attractar, (tapear diremos nós), a pequena burguesia descontente, confusionista, vacilante e isolar a outra parte realmente revolucionaria, bem como o proletariado.”²¹⁰

Dessa forma, na análise de Correa, o PD serviria para atrair a parte mais maleável da “pequena burguesia”. E a evidência do não cumprimento do programa “mais ou menos liberal” do Partido Democrático se baseava em seu consentimento a respeito da lei celerada.²¹¹

Fundado em 1926, o Partido Democrático era uma agremiação criada como oposição ao domínio do Partido Republicano Paulista na política de São Paulo e do país. Teve como líderes inicialmente Antônio Prado, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho e Marrey Junior. Fez sua primeira participação eleitoral no pleito de 1928, mas foi derrotado pelo PRP.²¹²

17 de abril de 1930; 3 de julho de 1930; 19 de julho de 1930; 28 de julho de 1930; 27 de agosto de 1930; 5 de março de 1931; 10 de novembro de 1931.

²⁰⁹ Pseudônimo de Octávio Brandão baseado no nome de seu avô paterno Antônio Correia de Melo Rego. Ver: BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 39.

²¹⁰ ANTONIO CORREA. O partido democratico é um instrumento dos senhores feudais. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 19 de maio de 1928.

²¹¹ *Ibidem*, p. 2, c. 2.

²¹² Em 1930, após ingressar na Aliança Liberal liderada por Getúlio Vargas, parte do Partido Democrático aceitou a derrota do político gaúcho para Júlio Prestes, parte não. Esta fração, encabeçada por Francisco Morato, apoiou as movimentações para a tomada do poder em outubro de 1930. Após a “Revolução de 30”, aconteceu um desentendimento entre os políticos do Partido Democrático e Vargas quando este nomeou João Alberto como interventor para o estado de São Paulo, uma vez que os paulistas desejavam Francisco Morato como interventor. O conflito levaria ao rompimento do Partido Democrático com Vargas em fevereiro de 1932, ainda que a nomeação de Laudo de Camargo tenha satisfeito parcialmente os intentos de alas do partido. Com a formação da FUP (Frente Única Paulista) ainda em 1932, uma junção do Partido Democrático com o Partido Republicano Paulista, Vargas se sente pressionado e nomeia Pedro de Toledo como interventor de São Paulo. Mas tal ato não foi suficiente para conter os ânimos dos membros da FUP, que em julho de 1932 iniciaram a Revolução Constitucionalista. Após a derrota desta, os líderes do Partido Democrático se exilaram do Brasil. Os membros que permaneceram no país fizeram parte da Chapa Única por São Paulo para a disputa de vagas nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O fato da maioria dos membros da chapa ser composta por membros do Partido Republicano Paulista e o fato de Armando de Sales Oliveira, político do Partido Democrático com boa aceitação entre as forças políticas do estado, ter sido nomeado como interventor, amainou a tensão política dos paulistas em relação ao governo Vargas. Em fevereiro de 1934, o Partido Democrático seria extinto, após ingressar no recém-criado Partido Constitucional. In: “Partido Democrático de São Paulo (PD)”. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/PartidoDemocraticoSP>, acesso em

O raciocínio de que havia uma parte revolucionária na “pequena burguesia” tinha sustentação no “movimento tenentista”. De certa forma, a ideia de que o alvo do PD era também a “pequena burguesia” vacilante se confirmou com o movimento de 30, no qual parte dos “tenentes” foi incorporada na tomada do poder pela Frente Liberal.²¹³

Um raciocínio mais extenso envolvendo o movimento tenentista estaria presente no artigo “A Verdadeira Significação da Data Revolucionária de Hontem”, publicado no dia 6 de julho de 1929. Neste artigo, falava-se sobre a importância da data de 5 de julho, pois em 1922 e em 1924 as revoltas tenentistas eclodiram justamente nestes dia e mês. No artigo, criticava-se a fraseologia dos jornais burgueses, que na referida data, portanto no dia anterior à publicação deste número do jornal *A Classe Operária*, teriam enfatizado apenas a questão superficial de “Representação e Justiça” como reivindicações do movimento tenentista. Porém, segundo o artigo, a verdadeira causa para os movimentos de 22 e 24 era a da industrialização desenvolvida no Brasil devido à Primeira Guerra Mundial. Esta industrialização teria levado a uma proletarização das camadas mais vulneráveis da “pequena burguesia”.²¹⁴

Ao mesmo tempo, a repressão política acompanhava o desenvolvimento da organização das lutas proletárias nos movimentos de 1917, 1918 e 1919, segundo o artigo. A falência da tentativa de tomada do poder pelos libertários do Rio de Janeiro em 18 de novembro de 1918 teria marcado a derrocada do método anarquista de luta, ainda segundo os redatores do *A Classe Operária*.²¹⁵

Para o jornal, com o fim da Primeira Guerra Mundial e a reentrada das mercadorias estrangeiras no Brasil, uma grave crise teria se abatido sobre o setor industrial ainda em desenvolvimento no país, o que levou a um aumento dos gêneros de primeira necessidade e à consequente elevação do custo de vida. A “pequena burguesia” perdia espaço no mercado interno. Somava-se a isso a não garantia de proteção da “burguesia feudal” para a burguesia industrial contra a concorrência estrangeira. Os pequenos produtores, pequenos comerciantes e técnicos foram atingidos pela crise. Começaram os atos de rebeldia dos militares e estes foram punidos pelo governo. Mas em 1922 e 1924 as revoltas foram desencadeadas. E assim, com a Coluna Prestes, os tenentes se colocavam em contato com as massas agrárias, pois compreendiam que estas seriam uma das grandes forças motrizes da “revolução democrático-

²¹³PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16.

²¹⁴A VERDADEIRA Significação da Data Revolucionária de Hontem. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2, 6 de julho de 1929.

²¹⁵Ibidem, p. 1, c. 4.

popular”. E o proletariado das cidades seria aquele que impulsionaria o movimento dessas massas. E com a radicalização das massas de trabalhadores, a fração da burguesia que se intitulava como democrática se aliaria à burguesia mais reacionária. Segundo o artigo, a classe média sabia que a divisão dos latifúndios era uma das pedras angulares da questão social no Brasil. E lutar contra os magnatas opressores era lutar contra o imperialismo estrangeiro. O terceiro “5 de julho”, segundo o artigo, viria da união do proletariado com a classe média.²¹⁶

Desse modo, o artigo defendia uma posição de aliança da “pequena burguesia” com o proletariado. Havia o raciocínio de que os tenentes se punham em contato com as massas rurais a partir da Coluna Prestes e de que somente o proletariado poderia impulsionar aquelas rumo à radicalização. Predomina no artigo a ideia da união entre o proletariado e a “pequena burguesia”, apesar de se mencionar o papel do campesinato como uma das forças motrizes da revolução, e o problema da divisão dos latifúndios como um dos pilares da questão social no Brasil. E aquela união representaria o “terceiro 5 de julho”.

A edição do dia 20 de julho de 1929 traria a reprodução de um discurso de Octávio Brandão proferido na Câmara dos Intendentes no dia 5 de julho. O título era “Protestando Contra as Perseguições Policiais” e tinha como subtítulo “O Bloco Operario e Camponez Está no Cerebro dos Trabalhadores e Não nas Quatro Paredes da Séde”. Nele, Brandão falava sobre a Constituição, o BOC e seu programa, o imperialismo e a composição do proletariado, da “pequena burguesia” e da grande burguesia. Para os propósitos deste trabalho, interessa a constituição das classes retratada por Brandão. Sobre o proletariado, para ele constituído por um vasto e diferenciado grupo de trabalhadores, ele argumentava:

Constituem o proletariado: os operarios da fabricas, usinas e officinas; os trabalhadores em transportes; os operarios do Estado, abarcando naturalmente os da Prefeitura; os trabalhadores a domicilio, que não são donos dos meios de produção; os menores e as mulheres trabalhadoras, inclusive as domesticas; os proletarios do sub-solo como os mineiros; os empregados no commercio e na industria; os soldados e os marinheiros; os inferiores do Exercito e da Marinha; os assalariados agricolas; os rendeiros ou arrendatarios, os meeiros, que trabalham de meia, e os terceiros; e todos os elementos correlativos: os seringueiros, os balateiros ou trabalhadores da balata na Amazônia, os

²¹⁶Ibidem, p. 3, c. 4.

maníobeiros, os tangerinos, os almocreves, os carreiros, os tiradores de madeira, os cortadores de piri-piri, etc.²¹⁷

Sobre a classe média ou pequena burguesia ele argumentava que:

A classe média ou intermediária é a classe que nós chamamos a pequena burguesia, expressão técnica, científica. Constituem-na: os artesãos, isto é, os que trabalham a domicílio com seus próprios meios de produção: os pequenos comerciantes e industriais; os funcionários médios; os técnicos; uma grande parte dos estudantes e intelectuais; os tenentes e os capitães; os que vivem das profissões liberais; os pequenos lavradores proprietários, que são os camponeses típicos; os pequenos proprietários em geral.²¹⁸

Aqui os “camponeses típicos” são enquadrados na definição de classe média ou “pequena burguesia”, como pequenos lavradores proprietários. Portanto, havia um raciocínio que diferenciava os camponeses, pertencentes à classe média, dos trabalhadores rurais, que eram os assalariados agrícolas, rendeiros, arrendatários, meeiros e terceiros.

Brandão ainda falava sobre a grande burguesia, que seria formada pelos ricos, pelos capitalistas, pelos milionários, pelos proprietários das grandes fábricas, usinas, estradas de ferro e oficinas, construindo assim um quadro geral das diferentes classes que compunham a sociedade brasileira e seus respectivos lugares e condições no processo produtivo.²¹⁹

No discurso ainda havia um trecho que aludia à situação que colocava proletariado e “pequena burguesia” em uma situação parecida:

Mas, a **grande** burguesia não explora apenas o proletariado. Explora, igualmente, a **pequena** burguesia. No meio de 1.000 pequenos burgueses, um poderá ficar capitalista. Novecentos e noventa e nove têm de vegetar, a vida toda, na miséria, têm de lutar a vida toda e morrer no mesmo regime de penúria e de fome lenta. Estão ahi as estatísticas fornecidas pelo proprio governo. Se existem trinta e tantos milhões de proletarios e pequenos burgueses no Brasil, e apenas 40.000 capitalistas, que provam estes numeros fornecidos pelo proprio governo? Provam que, em cada **mil pequenos**

²¹⁷PROTESTANDO contra as perseguições policiaes. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 6, 20 de julho de 1929.

²¹⁸Ibidem, p. 4, c. 6-7.

²¹⁹Ibidem, p. 4, c. 7.

burgueses, um poderá ficar capitalista, mas **novecentos e noventa e nove** terão de passar a vida toda no trabalho, na luta, no sofrimento, sem sair daquela situação de miséria.²²⁰

Um problema destes dados apontados por Brandão era a falta de referências às possíveis fontes consultadas. De qualquer forma, Brandão apontava como único caminho para a “pequena burguesia” poder lutar contra o “inimigo commum”, o “opressor em commum”, isto é, contra a grande burguesia, a aliança com o proletariado.²²¹

Aqui cabe uma questão: esse raciocínio de Octávio Brandão sobre a “pequena burguesia” tinha algo a ver com sua origem? Pelo que o próprio Brandão narra em suas memórias, seu pai, Néco Felix, era dono de uma farmácia e antes de ser entregue aos cuidados de seu tio, o jovem teve que trabalhar até os doze anos no estabelecimento paterno.²²² O que poderia caracterizar Brandão como filho de um pequeno comerciante.

Uma chave de entendimento para essa questão pode ser o raciocínio de Michael Löwy sobre a proximidade da classe “pequena burguesa” com a categoria dos intelectuais. Estes, segundo Löwy, são produtores diretos da esfera ideológica. São os escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, jornalistas, professores e estudantes. Os intelectuais, caracterizam-se por ser o setor mais distante da produção econômica.²²³

Para Hobsbawm, o intelectual é alguém que exerce uma função cuja qualificação não exigiu nenhum trabalho específico. O que dá ao intelectual certas características políticas não seria o simples fato de pensar, mas a situação social particular circundante ao seu ato de pensar.²²⁴

Mas quais seriam as causas que levariam especificamente a “pequena burguesia” à radicalização? E os intelectuais?

Em primeiro lugar, sobre a radicalização da “pequena burguesia”, Löwy aponta três fatores. O primeiro seria o caráter “pré-capitalista” do trabalho na “pequena burguesia”, o que incide no fato de que não há separação entre o produtor e o produto de seu trabalho no caso do artesão, do camponês parceiro, o profissional liberal e o intelectual tradicional, o que faz com que o desenvolvimento do capitalismo seja encarado como hostil ao modo de vida da “pequena

²²⁰ Ibidem, p. 4, c. 7.

²²¹ Ibidem, p. 4, c. 7.

²²² BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 48.

²²³ LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 1-2.

²²⁴ HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 245.

burguesia”, pois esta não vê com bons olhos a ideia de dissociação entre produtor e produto do trabalho trazida pelo capitalismo. O segundo fator seria a proletarização da “pequena burguesia”, que se vê reduzida à condição do trabalho assalariado. E o terceiro fator seria ao nível político, com o confronto entre o jacobinismo da ala esquerda da “pequena burguesia” e o individualismo da grande burguesia, o que depende da situação histórica específica de cada país, pois se esse foi o caso na Prússia e na Rússia do século XIX, não foi a situação da França revolucionária do século XVIII, quando “pequena burguesia” e intelectuais circularam em torno da burguesia revolucionária.²²⁵

Quanto à radicalização dos intelectuais, são dois fatores especificamente citados por Löwy. O primeiro deles é o conflito entre os valores qualitativos representados pelos intelectuais e os valores quantitativos representados pelo capitalismo. À grosso modo, os intelectuais defendem uma visão que prima pela cultura ética ou estética enquanto o capitalismo defende a visão do dinheiro. E o segundo fator é a ligação dos intelectuais com as ideologias e os valores do humanismo, do Renascimento, do Iluminismo e do Idealismo clássico alemão. Uma vez que no poder a burguesia teve que renegar esses valores, cabe aos intelectuais defendê-los. E em qual classe eventualmente os intelectuais podem encontrar o potencial de verdadeira realização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade? No proletariado.²²⁶

Isto porque o proletariado se vê obrigado por sua situação histórica a abolir suas condições inumanas, por isso é uma classe revolucionária, segundo Hobsbawm apoiado em Marx. Diferentemente dos intelectuais, que só são revolucionários na medida em que são levados a acreditar nisso.²²⁷

E o que levaria homens e mulheres a se tornarem revolucionários, segundo Hobsbawm? Seria um desejo subjetivo, que se contrapõe ao status quo vigente. Para realizar esse desejo, acreditam que uma transformação fundamental da sociedade é necessária.²²⁸

Portanto, talvez essa seja a explicação para que Octávio Brandão enfatizasse a importância da “pequena burguesia” para a aliança de classes, inclusive a aproximando do proletariado.

Porém, pesava significativamente a situação social na qual a “pequena burguesia” se encontrava, o que também pode explicar a insistência de Octávio Brandão em seu papel.

²²⁵LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 4-5.

²²⁶Ibidem, p. 6-7.

²²⁷HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 246-247.

²²⁸Ibidem, p. 247.

Exemplo disso pode ser visto na mesma edição do dia 20 de julho de 1929, em que aparecia um texto de 10 de julho do mesmo ano. Nele, havia uma relação direta entre imperialismo e exploração do trabalho do proletariado e da “pequena burguesia”.

Annualmente, rolam para o Brasil, para os cofres dos imperialistas, 2 **milhões** de contos de réis - quantia fabulosa.

O povo brasileiro debate-se contra a miséria. E os imperialistas engordam à nossa custa!

Trinta e tantos milhões de brasileiros, membros do proletariado e da classe média, trabalham, na realidade, para os imperialistas estrangeiros.²²⁹²³⁰

Ao mesmo tempo em que havia essa associação direta, também havia a tentativa de ênfase em explicar que a situação do Brasil era análoga a outras situações de domínio inglês pelo mundo. Eram todos apresentados como povos “irmãos” do povo brasileiro na exploração sofrida.

Sacrificando, explorando, saqueando o povo brasileiro, os imperialistas nos arrancam todos os anos 2 milhões de contos.

Esse rio de ouro vae servir para embrulhar a opinião publica e pagar as tropas reaccionarias que bombardearam e assassinaram os filhos rebeldes de Damasco, Nankym e Cantão, os egypcios e os indu's, os insurrectos da Nicaragua e todos os povos que aspiram à independência, povos irmãos do povo brasileiro na luta contra o inimigo commum.²³¹

No final do artigo, além da data de 10 de julho de 1929, apareciam os nomes de Octavio Brandão e Minervino de Oliveira, intendentess do BOC que junto com Mauricio de Lacerda, foram os únicos que se colocaram contra a remessa de 8.795 contos de réis aos banqueiros de Nova York, como referido no primeiro parágrafo do artigo e no subtítulo:

²²⁹Trechos em negrito no original.

²³⁰NEM Um Real para os Agiotas Estrangeiros! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 4-5, 20 de julho de 1929.

²³¹Ibidem, p. 4, c. 5.

Nem um real para os agiotendentes. Mas, na hora grave em que o Conselho teve de decidir se a quantia de 8.795 contos deveria ser enviada aos banqueiros de Nova York, sacrificando os operários e pequenos funcionários, só 2 intendentess protestaram: os 2 do Bloco Operário e Camponês e Mauricio de Lacerda.²³²

Dainis Karepovs cita que entre os projetos de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira como intendentess do Rio de Janeiro, um se concentrava em reivindicar que os recursos destinados à remodelação da cidade fossem realocados para o pagamento dos salários atrasados do funcionalismo público. A causa para o atraso dos pagamentos era a prioridade do Executivo em pagar os juros de uma dívida proveniente de dois empréstimos realizados pelo governo municipal.²³³

No artigo “O partido “democratico” do Rio é um partido de grandes exploradores!!!”, os primeiros parágrafos falavam sobre como o Partido Democrático subjugava a “pequena burguesia”, ao mesmo tempo tentando dominá-la. Mas observava-se também que havia elementos “pequeno-burgueses” que se aliavam à grande burguesia. Eram chamados de “pequeno-burgueses” reacionários.

O partido ‘democratico’ do Rio de Janeiro, como o de S. Paulo e o nacional, representa os interesses da grande burguesia ‘liberal’ – tapeadora.

Trata-se de um partido dos grandes exploradores que procuram rebocar e embrulhar a pequena burguesia. A grande burguesia procura cavalgar e esporear a pequena burguesia...

É um partido de capitalistas, de milionários que se servem dele para defender seus interesses de classe opressora. Os “intelectuaes” desse partido ou pertencem à grande burguesia ou são pequenos burgueses reaccionários que, como a remora do tubarão, vivem das migalhas que escorregam da mesa dos graúdos. Mendigos sociaes...²³⁴

Dessa forma, o Partido Democrático era encarado como um inimigo da aliança entre proletariado e “pequena burguesia”, pois esta fazia parte dos planos daquele partido segundo a

²³² Ibidem, p. 4, c. 4.

²³³ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 110.

²³⁴ O PARTIDO “democratico” do Rio é um partido de grandes exploradores!!! A Classe Operária, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 5 de maio de 1928.

visão do jornal *A Classe Operária*. Assim como o imperialismo mais atrás era apontado como um adversário dessa aliança. E por trás tanto do imperialismo quanto do Partido Democrático estaria a “grande burguesia”.

Ainda sobre o Partido Democrático, um artigo publicado no dia 19 de maio de 1928 demonstrava mais uma vez como *A Classe Operária* encarava aquela agremiação. Em “Lloyd George e o Partido “Democrático” do Rio”, “Fackel” falava sobre a presença de Lloyd George no Brasil. O Primeiro-Ministro inglês teria o objetivo de fazer o Brasil voltar à Liga das Nações, pois o país havia abandonado esta organização ainda no governo de Arthur Bernardes, devido à influência americana. Fackel citava um artigo saído no “O Jornal” de 10 de janeiro, dirigido por Paulo Castro Maya, onde este defendia que o Brasil retornasse à Liga das Nações. Mas na verdade, segundo Fackel, o jornal falava em nome dos interesses do capital estrangeiro. E este jornal era a expressão do Partido Democrático. Assim, perto do final do artigo, Fackel exortava:

Operarios, empregados, lavradores pobres e pequenos funcionários, e o Bloco Operario e Campones combate o imperialismo! Dáe-lhe o vosso apoio unanime! Ide hoje mesmo à Praça da Republica 40, 1º andar, esquina da rua da Constituição, entre as 14 e as 19 horas, alistar-vos ou inscrever-vos em nossas listas de eleitores conscientes!²³⁵

Aqui, percebe-se mais uma vez a ênfase na aliança entre proletariado e “pequena burguesia”, porém com a inclusão dos trabalhadores do campo, como visto no uso do termo “lavradores pobres”.

Mas o que prevalecia neste período entre 1928 e 1929 era a ideia de aliança entre proletariado e “pequena burguesia”. Mais à frente será trabalhada a sustentação dessa ideia de aliança. Antes, cabe destacar o papel do raciocínio sobre o imperialismo no jornal neste pequeno período.

Na edição do dia 12 de maio de 1928, havia dois artigos que demonstravam a visão que o jornal *A Classe Operária* tinha sobre o tema do imperialismo. O primeiro deles e maior se chamava “A Invasão Fordista: como o Brazil rola para a escravidão”. Aqui havia vários trechos interessantes para esta pesquisa, pois se tratam de vários aspectos da teoria pecebista sobre aquilo que se denominava como situação colonial do Brasil, remetendo à exposição realizada no primeiro capítulo sobre a questão colonial.

²³⁵ FACKEL. Lloyd George e o Partido “Democrático” do Rio. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, 19 de maio de 1928.

Demonstrava-se a insatisfação da burguesia industrial com a penetração imperialista no Brasil, quando se citava o jornal “O Globo”:

Agora os protestos começam a partir dos próprios jornaes da grande burguezia industrial como “O Globo” que, em seu numero de 30 de abril, diz: “virtualmente yankee uma vasta área do território nacional na Amazonia!”²³⁶

O interessante de se notar neste trecho era sua diferença em relação ao raciocínio da teoria esboçada em *Agrarismo e Industrialismo*, de que a burguesia industrial seria aliada do capital americano, enquanto a burguesia agrária seria associada ao capital inglês, pois aqui justamente a burguesia industrial reclamava do imperialismo americano.

Mais adiante, destacava-se o papel colonial do Brasil nas relações com os Estados Unidos:

Ford não vem industrializar a Amazonia. ‘Vem, della, arrancar por processos aperfeiçoados, a maior quantidade possível de materias primas!’ Essas materias primas ‘continuarão’ a ser manufacturadas nos Estados Unidos, continuando o Brasil a não ter industria própria, a não passar de um paiz colonial – fornecedor de materias primas e nada mais...²³⁷

Aqui, o artigo seguia o raciocínio da questão nacional e colonial, que colocava o Brasil como um país que ainda não havia conseguido atingir um patamar industrial, permanecendo como um simples fornecedor de matérias primas.

O artigo trazia a equiparação do Brasil a outras “colônias” do imperialismo e uma comparação com a China:

Compreende-se: Ford não iria crear com as proprias mãos, um concorrente de suas fabricas norte-americanas. Ford pretende realizar aqui o que os ingleses realizaram em Bornéo, Malaca e Singapura. O imperialismo luta para que as colonias persistam como colonias – fornecedoras de materias primas – e só em ultimo caso é que eles, ‘determinados’ por certas condições

²³⁶A INVASÃO Fordista: como o Brazil rola para a escravidão. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1, 12 de maio de 1928.

²³⁷Ibidem, p. 3, c. 1.

economicas, políticas e sociais, se dispõem, como na China, a industrializar as colônias.²³⁸

Neste trecho, o Brasil era nivelado com outras realidades coloniais, como Bornéu, Malásia e Cingapura, as quais tinham como única função o fornecimento de matérias primas. E se diferenciava esta situação em relação à condição chinesa, onde havia uma industrialização da colônia levada a cabo pelo próprio imperialismo. Portanto, a China se encontrava supostamente em um degrau superior de desenvolvimento econômico em comparação com o Brasil devido à industrialização, segundo o artigo.

Mais à frente, o artigo trazia mais uma alusão ao papel da China, dessa vez com exemplos de como o imperialismo havia conseguido arrancar porções do território e de como isso poderia ser o destino do Brasil:

Esse contracto é positivamente um documento vergonhoso: o governo paraense vende a Ford a independencia economica, politica e social do povo do Pará. Será facilimo Ford provocar em sua senzala uma ‘revolta’ e, logo, virem os canhões e navios norte-americanos para ‘garantir a santa propriedade dos cidadãos yankees’, como na China, isto é, na realidade, bombardear Belém como bombardearam Cantão e Nankim, apossar-se da cidade, crear uma ‘republica independente’ como fizeram no Panamá, separar a Amazonia do resto do Brasil.²³⁹

Então aqui a China aparecia de novo, mas dessa vez como o exemplo do que poderia acontecer se caso o imperialismo avançasse sobre a Amazônia.

No artigo “Combatamos o imperialismo”, falava-se sobre a invasão do Egito pelo capital britânico e se alertava para que o mesmo não acontecesse ao Brasil. Assim, encontrava-se no segundo parágrafo o seguinte:

Que o povo brasileiro – o proletariado e a pequena burguezia – acompanhe a luta dos egypcios, chinezes e nicaraguaenses. O inimigo é o mesmo: o imperialismo. Hoje, a Inglaterra procede assim no Egypto. Amanhã, quererá fazer o mesmo no Brazil...²⁴⁰

²³⁸Ibidem, p. 3, c. 1.

²³⁹Ibidem, p. 3, c. 1-2.

²⁴⁰COMBATAMOS o imperialismo. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 1, 12 de maio de 1928.

Este trecho já havia sido citado no primeiro capítulo desta dissertação, mas aqui o objetivo é a ênfase na questão do imperialismo e da questão colonial, pois naquela oportunidade a intenção era questionar o que era o povo brasileiro para o jornal *A Classe Operária*.

Mais à frente, ampliava-se o leque de referências aos trabalhadores:

Abri os olhos, operários, empregados, lavradores pobres, pequenos funcionários, mulheres e jovens trabalhadores do Brasil! Combatei o imperialismo! A luta dos povos do Egipto, da China e da Nicarágua é a vossa própria luta!²⁴¹

Além de se referenciar mais tipos de trabalhadores também se equiparava sua luta a dos trabalhadores de outros povos subjugados pelo imperialismo.

2.2 As teses do III Congresso do PCB em confronto com o jornal *A Classe Operária*

O jornal *A Classe Operária* refletia diretamente as diretrizes expressas pelo PCB nesta fase de 1928 e 1929?

Faz-se necessário entender em que ponto se encontravam os entendimentos do PCB sobre a aliança de classes e a revolução naquele período. E nisso havia uma influência do VI Congresso da IC, realizado entre julho e agosto de 1928.

Como explicado por Marcos Del Roio, na época de realização do VI Congresso da Internacional, a “oposição de esquerda” representada por Trotsky já estava completamente desarticulada. Porém, uma rivalidade entre Stalin e Bukharin ganhava corpo e o motivo era o estabelecimento de uma política em relação à burguesia agrária refratária ao poder estatal soviético. Quanto ao congresso em si, foram debatidos alguns temas como o desenvolvimento do capitalismo, a rivalidade interimperialista entre Estados Unidos e Inglaterra, o fascismo e uma sistematização sobre a revolução nos países dominados pelo imperialismo. Neste último aspecto, foram observados os casos de Índia, Indonésia, África do Norte e América Latina. Mas como salienta Marcos Del Roio, a diversidade sociocultural destes imensos territórios foi praticamente ignorada, pois a explicação que surgiu daí tomava como um bloco as realidades diversas. Para a análise da América Latina havia inspiração no México. O subcontinente era tratado como um campo de disputa entre os imperialismos de Estados Unidos e Inglaterra. A

²⁴¹ Ibidem, p. 1, c. 1.

“pequena burguesia” era vista como a classe capaz de liderar a resistência anti-imperialista, dada a fraqueza das burguesias nacionais. Apesar do dever colocado para os comunistas de que agitassem a palavra de ordem de “governo operário-camponês”, necessitariam participar de governos guiados pela “pequena burguesia”, com o objetivo de derrotar o latifúndio e os imperialistas.²⁴²

Em junho de 1928, ainda durante o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios para o congresso, as reclamações de Paulo Lacerda, delegado do PCB ao evento que tomou a palavra pelos representantes de países como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Equador, Colômbia, Venezuela e México, levaram a Internacional a reconhecer a necessidade de reorganizar o Secretariado Sul-Americano da IC. Sua composição seria de dois argentinos, um uruguaio, um chileno e um brasileiro e a sede permaneceria sendo a cidade de Buenos Aires.²⁴³

Com as reuniões no VI Congresso da IC, houve mudanças no entendimento do que seria a revolução e a aliança necessária para tal objetivo. Passou-se a entender a revolução como “democrático-burguesa” e não mais como “democrática pequeno-burguesa”, que era a forma defendida por Octávio Brandão. E a aliança deveria se dar entre proletariado, campesinato e “pequena burguesia”. Mas o maior problema, segundo Del Roio, era o deslocamento do “inimigo principal imediato” para o imperialismo em lugar do regime político liberal-oligárquico.²⁴⁴

O Terceiro Congresso do PCB foi realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929. Tratou de diversos temas importantes para o partido como o trabalho nos sindicatos operários, a questão camponesa, o Socorro Vermelho, a luta contra o fascismo, a imigração e a organização do partido, entre outros. Mas para os propósitos deste capítulo interessam as ideias expressas nos temas “A luta contra o imperialismo e os perigos da guerra”, “A situação política nacional e a posição do PC” e “Sobre o Bloco Operario e Camponez”. Todos esses temas eram tratados no documento “Theses e Resoluções Adoptadas Pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil”.

No tema “A luta contra o imperialismo e os perigos da guerra”, mencionava-se a ideia de que o imperialismo, em contato com uma realidade como a do Brasil, país “semi-colonial”, apoiava-se nas formas de explorações “feudais” e semiescravagistas para se manter. E que se

²⁴²DEL ROIO, Marcos. **O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil**. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 82-83.

²⁴³Ibidem, p. 83.

²⁴⁴Ibidem, p. 84.

inicialmente o “capital agrário” refratava o capital industrial, naquele momento os dois “tipos” de capitais se interpenetravam.²⁴⁵

Para lutar contra o imperialismo, propunha-se a união orgânica e ideológica de várias camadas da população brasileira: soldados, marinheiros, trabalhadores das fábricas, oficinas e transportes; operários agrícolas ou lavradores sem-terra, “camponeses típicos”, empregados, pequenos funcionários, estudantes e pequena burguesia urbana. E ainda se dizia:

Tudo isto dentro do Bloco Operario e Camponez e da Liga Anti-Imperialista, filiada à Liga Anti-Imperialista das Americas, com sede no Mexico, conservando nós a direção do trabalho organico e ideológico.²⁴⁶

Como o imperialismo se configurava como responsável pelo perigo de guerra, segundo as teses do III Congresso do PCB, não se poderia ignorar o papel das forças armadas. Conseqüentemente, seria necessária a caracterização do Exército brasileiro. Este, apesar de sua composição “pequeno-burguesa” e proletária, constituía-se em aparelho do “Estado burguês” e conseqüentemente instrumento da dominação de classe, segundo as teses. Porém, sua própria sustentação na “pequena-burguesia” e no proletariado não gerava segurança para a burguesia. Esta, desta forma, precisava da polícia, espécie de “guarda pretoriana” para a defesa de seus interesses. Assim, o objetivo do PCB seria desagregar o corpo do exército, conseguindo a passagem da “pequena burguesia” e do proletariado

[...] para o campo da revolução. Este trabalho consistirá na mobilização dos soldados e marinheiros pelas reivindicações imediatas, ligando-as com as palavras de ordem politicas do Partido.²⁴⁷

²⁴⁵ PARTIDO COMMUNISTA DO BRASIL. Theses e Resoluções Adoptadas Pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil. [S. l: s.n], p. 9.

²⁴⁶ Ibidem, p. 10.

²⁴⁷ Ibidem, ibidem.

Mais à frente, argumentava-se sobre a necessidade de luta contra forças “extra-legais” formadas pelos proprietários agrícolas, como capangas, cangaceiros²⁴⁸, jagunços, agrupamentos fascistas e patrióticos.²⁴⁹

Chama a atenção ainda a forma como o cangaço era encarado neste momento, considerado uma força “extra-legal” a serviço dos grandes proprietários de terra. No período próximo ao movimento de 1935 tal interpretação mudará.

Quanto à ênfase no combate ao imperialismo, pode-se dizer que era uma preocupação visível nas páginas do jornal, como visto no subtítulo anterior.

Sobre o tema “A situação política nacional e a posição do PC”, logo de início se afirmava o embate entre as forças da aliança contrarrevolucionária da burguesia agrária e rural e as massas laboriosas em geral englobando a “pequena burguesia” em suas frações mais pobres. Além disso, declarava-se que na “ponta extrema do combate” se encontrava “[...] uma pequena mas firme vanguarda revolucionária do proletariado, sob a influencia do Partido Comunista.”²⁵⁰

Adiante, mencionava-se o imperialismo mais uma vez. Segundo as teses, o imperialismo gerava o germe contrário à sua dominação. Pois a dominação imperialista precisava suscitar o desenvolvimento industrial, agrícola e comercial de seus domínios. Assim, além de realizar um aperfeiçoamento técnico em prol de seus desígnios, o imperialismo criava as condições para a geração de um “capitalismo indígena”, como visto na revolta de 24, que lutava contra os agrários ligados ao imperialismo. E nas cidades industriais, formavam-se massas proletárias que lutavam contra o capitalismo. Porém tinham seu combate confundido com a luta contra o imperialismo. Acabavam por isso se tornando a única força capaz de encabeçar a luta contra o imperialismo.²⁵¹

A menção à revolta tenentista de 24 e à formação das massas proletárias nas cidades remetia mais uma vez à ideia de aliança entre proletariado e “pequena burguesia”, representada esta pelos tenentes.

248 Nesta época o PCB ainda não preconizava os cangaceiros como parte da aliança para a revolução. Luiz Bernardo Pericás, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, alega que o Secretariado Sul-Americano da IC só passou a se interessar pelos cangaceiros a partir de 1931. Porém, a campanha para mobilizar os cangaceiros não teve sucesso, pois apenas um cangaceiro ingressou no PCB. Ver a entrevista na íntegra em: GAMA, Aldo. O cangaço desmistificado. Brasil de Fato, 02.05.2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6182/>, último acesso em 06.10.2018.

249 PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Theses e Resoluções Adoptadas Pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil. [S. l: s.n], p. 10.

250 Ibidem, p. 4.

251 Ibidem, p. 5.

E para disputar as forças operárias e da “pequena burguesia” com o Partido Comunista se deu o surgimento do Partido Democrático, segundo as teses do III Congresso. Tal agremiação se basearia em ideias “democráticas” e “liberais”, sendo uma delas o voto secreto, considerado pelo PCB uma solução pacifista. O Partido Democrático seria a “mão esquerda” da burguesia, enquanto a mão direita seria o setor conservador já em posse do governo.²⁵²

Dessa forma, segundo as teses do congresso, havia uma polarização entre a “solução pacífica”, representada pelo Partido Democrático, que significaria a rendição da burguesia nacional ao imperialismo e a “solução revolucionária”, defendida pelo Partido Comunista, o que por sua vez significaria a

[...] luta contra o imperialismo, luta contra o capitalismo nacional, luta pela libertação de milhões de explorados e oprimidos, luta pela libertação do governo operário e camponez.²⁵³

Interessa observar aqui a menção à ideia de “governo operário e camponez”, o que não era explorado nas páginas do jornal *A Classe Operária* no período entre 1928 e 1929.

Algumas linhas adiante, as teses discorriam sobre as duas alianças que o Partido Comunista teria que dirigir para alcançar a hegemonia do movimento revolucionário. Na primeira, o partido teria que dirigir a aliança entre os operários urbanos e rurais e a massa dos pequenos lavradores. Na segunda etapa, deveria ser estabelecida uma aliança entre o Partido Comunista, representante da vanguarda revolucionária do proletariado e a Coluna Prestes, representante da vanguarda revolucionária da “pequena burguesia”.²⁵⁴ Era essa a diretriz que prevalecia nos artigos do jornal *A Classe Operária* no período de 28 a 29.

Nesta aliança entre proletariado e “pequena burguesia”, importa destacar a leitura de Dainis Karepovs. No III Congresso do PCB, falava-se sobre três etapas no desenvolvimento da luta de classes a partir das lutas tenentistas. Em 1922 e 1924 a burguesia industrial e liberal e a pequena burguesia se aliaram contra a “burguesia agrária e conservadora”. Na terceira etapa, as duas burguesias teriam se aliado e a radicalização em um sentido cada vez mais popular levaria a uma aproximação entre “pequena burguesia” e massa trabalhadora, daí a justificativa para a aproximação do PCB com a Coluna Prestes.²⁵⁵

²⁵² Ibidem, p. 6.

²⁵³ Ibidem, p. 6-7.

²⁵⁴ Ibidem, p. 7.

²⁵⁵ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 124.

No subtítulo chamado “Tarefas concretas para o próximo período” se tratava de diversos aspectos como a organização e a atividade interna do partido, o trabalho nos sindicatos, mas o que chama atenção para os propósitos desta dissertação é a ênfase que se dava ao trabalho com as massas rurais. Falava-se de estudar esta questão de um ponto de vista leninista, segundo as condições do próprio Brasil. A partir daí a organização deste trabalho deveria abarcar os operários agrícolas e colonos das fazendas de café, de açúcar, de algodão, os pequenos arrendatários, meeiros, terceiros, “semi-proletários” e as cooperativas de produção, venda e crédito.²⁵⁶

Também desperta interesse a explicação sobre a tarefa em relação ao Bloco Operário e Camponês (BOC), braço eleitoral do PCB. Considerava-se a possibilidade de que o BOC se tornasse uma grande organização política “[...] das mais vastas massas operárias e camponesas”.²⁵⁷ Porém, o Partido Comunista precisava manter a atenção para que não se confundisse com o próprio BOC, visto que este aparecia frequentemente como o próprio partido do proletariado, segundo o documento do III Congresso. Como formava o núcleo central do BOC, o PCB deveria se fundir a ele, mas sem perder sua própria fisionomia política, mantendo sua propaganda ilegal entre as massas e caminhando rumo à consolidação em conformidade com o próprio trabalho realizado pelo BOC.²⁵⁸ O PCB deveria lidar com sua situação de ilegalidade, porém tentando ter influências pelos meios legais.

Apesar desta confiança que as tarefas do III Congresso depositavam no BOC, este não estava isento de críticas, como pode ser visto no tema “Bloco Operário e Camponês”. Neste, criticava-se a aliança do BOC de São Paulo com o Partido Democrático realizada em fevereiro de 1928. Segundo o documento do III Congresso, teriam ocorrido “desvios oportunistas” em Ribeirão Preto, o que mostraria a debilidade ideológica e orgânica do PCB para frear aqueles desvios.²⁵⁹

Um pouco à frente, discorria-se sobre a necessidade de que o BOC organizasse uma rede de Comitês e Centros Políticos filiados a ele. Sendo assim, o bloco precisava

[...] estudar as formas orgânicas e concretas de sua ligação com todos os organismos de operários e lavradores pobres, à luz da experiência. Nos Estados, e, principalmente, onde já existe um começo de organização, estas

²⁵⁶PARTIDO COMMUNISTA DO BRASIL. Theses e Resoluções Adoptadas Pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil. [S.l: s.n.], p. 8.

²⁵⁷Ibidem, p. 8.

²⁵⁸Ibidem, ibidem.

²⁵⁹Ibidem, p. 15

tarefas devem ser adaptadas às condições locais e realizadas com habilidade, firmeza e tenacidade. A penetração nos campos deve ser uma das tarefas essenciais.²⁶⁰

Mais uma vez se enfatizava a questão da importância do trabalho nos campos. O que fica claro aqui é a divergência entre aquilo que se colocava como tarefa no III Congresso do PCB e aquilo que se expressava através do órgão de imprensa do partido, o jornal *A Classe Operária*, que se concentrava na questão da aliança entre o proletariado e a pequena burguesia e na ideia do combate ao imperialismo, deixando de lado a diretriz de se trabalhar com o campo.

A seguir será feita uma abordagem a respeito das novas diretrizes que o partido passaria a seguir a partir de meados de 1929 em diante e como isso posteriormente afetaria a linha de aliança expressa através de seu órgão de imprensa, o jornal *A Classe Operária*.

2.3 A mudança de diretrizes na aliança de classes a partir de 1929

Em 1928, aconteceria um processo na Rússia soviética que influenciaria os rumos futuros do PCB. Enquanto acontecia uma crise dos cereais que levava ao confisco dos alimentos pelo governo soviético, levando a uma situação catastrófica no campo, no meio urbano os técnicos eram acusados de sabotagem por Stalin, que acreditava na ação de forças externas. A partir daí houve a caçada aos técnicos, sustentada por Stalin na base da ideia de “classe contra classe”. Como Stalin era avesso às ideias de “paz civil” e de equilíbrio nas relações entre campo e cidade características do pensamento bukhariniano, aproveitou a ofensiva contra os técnicos para atacar essas concepções presentes na NEP (Nova Política Econômica). Stalin manobrou dentro do *Politburo* (Bureau político da URSS) para fazer com que a base da “direita”, grupo de Bukharin, traísse seu líder. Conseguiu isso através de concessões. Dessa forma, conseguiu que essa ala política direcionasse o peso da industrialização para o campesinato, contrariando a concepção de Bukharin pregadora do equilíbrio. Sem apoio, Bukharin feriu a disciplina do partido ao buscar apoio no grupo de Kamenev e Zinoviev, pertencentes à esquerda.²⁶¹

Bukharin também seria atacado na esfera da Internacional Comunista. Stalin passou a atacar a ideia de frente única, posto que esta presumia a aliança com a socialdemocracia. No dia 30 de setembro de 1928, Bukharin publicou o artigo “As Observações de um Economista”,

²⁶⁰ Ibidem, p. 16.

²⁶¹ LIMA, Heitor Ferreira. **Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique**. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 124-125

no *Pravda*²⁶², como reação a Stalin e ao que ele chamava de “industrialistas arrebatados”. Em uma contraofensiva, Stalin passou a defender mais ainda a industrialização ao mesmo tempo em que desferiu uma campanha vigorosa contra o artigo de Bukharin. No dia 8 de outubro de 1928, o texto de Bukharin sofreu condenação do *Politburo*, que considerava uma infração Bukharin ter publicado o texto sem permissão. Com o afastamento de Bukharin da IC, os órgãos de publicidade até então sob seu controle passam ao comando de Stalin.²⁶³

Todo esse processo foi visto de perto por Heitor Ferreira Lima, comunista brasileiro enviado pelo PCB para estudar na Escola Leninista de Moscou. Apoiador de Bukharin, Heitor Ferreira Lima explica que a proscrição acompanharia o resto da vida do bolchevique.²⁶⁴

Com a vitória de Stalin e a subsequente perseguição a qualquer tipo de aliança com os socialdemocratas, a aliança com a “pequena burguesia” seria condenada, ainda que no mesmo ano de 1928 o VI Congresso da IC tivesse firmado a ideia de “revolução democrático-burguesa”, em que o operariado lideraria as ações do campesinato e da “pequena burguesia”.²⁶⁵ A campanha contra a “pequena burguesia” também se contrapunha às decisões do III Congresso do PCB, posto que este tomava a experiência da Coluna Prestes para sustentar a necessidade de aliança entre o operariado e a “pequena burguesia” representada pelos tenentes.²⁶⁶

Foi no ano de 1929 que a diretriz de ataque à colaboração com a socialdemocracia passou a dominar a ideia de alianças do PCUS e da IC, no X Pleno do CEIC (Comitê Executivo da Internacional Comunista) ocorrido entre 3 e 9 de julho daquele ano. A socialdemocracia foi chamada de “social-fascismo”, os “perigos de direita” foram assinalados e foi também atacada a tendência de diminuição dos partidos comunistas por aqueles que relativizavam o combate à socialdemocracia.²⁶⁷

Esses aspectos apontados no X Pleno do CEIC apareceram na carta aberta enviada pelo SSA-IC (Secretariado Sul-americano da IC) em setembro de 1929 aos partidos comunistas do subcontinente. Eram temas da carta a supervalorização da burguesia e da “pequena burguesia” em seus supostos papéis revolucionários, a ausência de um papel independente dos partidos

²⁶² Órgão de imprensa do PCUS (Partido Comunista da União Soviética)

²⁶³ LIMA, Heitor Ferreira. **Bukharin – Teórico e Revolucionário Bolchevique**. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 125.

²⁶⁴ *Ibidem*, p. 101-102.

²⁶⁵ DEL ROIO, Marcos. O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 84.

²⁶⁶ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 124.

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 122.

comunistas e a não compreensão sobre os caracteres “semifeudais” vigentes nos países da América Latina. Tais apontamentos atingiam a base de ação almejada pelo PCB, que procurava a aliança com os “tenentes”, representantes da “pequena burguesia”.²⁶⁸

Faz-se interessante observar a formulação do posicionamento do SSA-IC sobre a questão brasileira neste período. Nota-se que em reunião do dia 12 de junho de 1929, portanto anteriormente ao X Pleno do CEIC, realizado entre os dias 3 e 9 de julho de 1929, já havia uma discussão a respeito do papel da pequena burguesia e de Prestes. Em reunião com Victorio Codovilla, líder do SSA-IC, os delegados brasileiros “Costa” e “Gubinelli” expunham seu ponto de vista sobre a questão das eleições presidenciais a serem realizadas em 1930. Os outros delegados eram “Luis”, “Rossi” e “Pierre”, que no documento eram separados de “Costa” e “Gubinelli” por um ponto e vírgula no cabeçalho.

“Costa” propunha que a tática do partido não podia se prender apenas às eleições presidenciais, pois era necessária “[...] una táctica más izquierdista que la sola intervención en las luchas electorales”.²⁶⁹ Também levava em conta o importante papel que a “pequena burguesia” poderia ter em casos de movimentos revolucionários. Além disso, propunha que se contatasse Prestes para ser o candidato do PCB.²⁷⁰

Já “Luis” defendia a independência do partido em relação à “pequena burguesia”. Não se deveria esperar a decisão de Prestes, segundo ele. Era preciso a ligação entre um programa imediato e um programa de reivindicações fundamentais: terra para os camponeses e governo operário e camponês.²⁷¹

Codovilla também discordava de “Costa” e concordava com “Luis”. Codovilla sustenta uma aversão à dependência do partido em relação à “pequena burguesia”. Parecia-lhe que o PCB desejava deixar a direção do movimento insurrecional à “pequena burguesia”.²⁷²

Por sua vez, “Pierre” argumentava a respeito da polarização das forças e uma desagregação da “pequena burguesia”, em que parte desta se juntava à grande burguesia e a outra parte ingressava na revolução. Um grande problema apontado era a vacilação de Prestes, que não se decidia em relação ao Partido Democrático. Ainda quanto a Prestes, seria preciso que o partido lhe impusesse um programa próprio, segundo Pierre. Assim, o Partido e o Bloco Operário e Camponês apresentariam uma candidatura única e Prestes não apresentaria uma

²⁶⁸ Ibidem, p. 136.

²⁶⁹ SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Conversacion con los delegados del Brasil sobre el problema de tactica. [S.l.]: Junio 12 de 1929, p. 1.

²⁷⁰ Ibidem, ibidem.

²⁷¹ Ibidem, ibidem.

²⁷² Ibidem, p. 1-2.

candidatura própria, o que faria do Partido e do Bloco as únicas forças revolucionárias. Pierre alegava que em conversações no Partido se chegou à conclusão de que Prestes seria absorvido pelo Partido Democrático. Se isso acontecesse, o partido deveria encontrar uma maneira de romper com Prestes e demonstrar ao proletariado que não seria Prestes aquele quem poderia resolver a situação daquele momento.²⁷³

Em resposta a Pierre, Costa afirmava que o Partido não queria procurar Prestes para ser guiado por sua opinião, mas sim para apresentar-lhe um programa próprio e bem definido. Se aceitasse este programa, haveria grande agitação entre as massas. Se não, o Partido se proporia a demonstrar o “revolucionarismo” de Prestes em uma campanha eleitoral com candidatos próprios.²⁷⁴

“Rossi” também concordava que o Partido apresentava vacilações quanto a Prestes. Mas argumentava que o Partido deveria aproveitar essa situação para aumentar sua base de apoio. Concordava em que se manobrasse com a tática de frente única, mas que o Partido apresentasse uma política independente e um programa próprio de um Partido Comunista.²⁷⁵

“Gubinelli” deixava claro que concordava com a análise de que o Partido vacilava em relação a Prestes. Ainda assim, assinalava os méritos do Partido, com base em informes de um *meeting* realizado recentemente onde os trabalhadores se mostraram firmes mesmo com as ameaças dos policiais. Também acreditava que os trabalhadores poderiam conquistar o apoio dos marinheiros, mas deixando claro que o Partido deveria levar a cabo uma política independente.²⁷⁶

Por fim, Victorio Codovilla concluía que todos estavam de acordo com a tática a ser seguida e que esta seria clarificada na carta a ser enviada ao Partido Comunista do Brasil.²⁷⁷

No dia 15 de junho de 1929, as discussões a respeito do Brasil continuaram. Desta vez a delegação brasileira estava representada por “Casini”, “Leôncio”,²⁷⁸ e “Gubinelli”. Participavam também “Rossi”, “Pierre” e Victorio Codovilla.²⁷⁹

Victorio Codovilla, nascido na Itália em 1894, emigrou para a Argentina em nome do Partido Socialista Italiano (PSI) em 1912. Em solo argentino, filiou-se à ala maximalista do socialismo daquele país. Em 1924, recebeu cidadania argentina. Desde 1927 era membro dos

²⁷³Ibidem, p. 2.

²⁷⁴Ibidem, ibidem.

²⁷⁵Ibidem, p. 3.

²⁷⁶Ibidem, ibidem.

²⁷⁷Ibidem, ibidem.

²⁷⁸Leôncio Basbaum.

²⁷⁹SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Reunion del día 15 de junio de 1929. [S.l.]: Junio 15 de 1929, p. 1.

secretariados latino-americano e anglo-americano do Congresso Extraordinário da Internacional Comunista. Em 1929, encarregou-se de auxiliar na organização da Primeira Conferência Comunista Latinoamericana, realizada em Montevideu, Uruguai.²⁸⁰

Leôncio Basbaum apresentava a ideia de que Prestes fosse o candidato em conjunto do PCB com o BOC, o que gerou a discordância de “Pierre”, que defendia a ideia de que o partido podia ter uma tática independente, com candidatos e proposta próprios. Se Prestes aceitasse o programa do partido, isso seria conhecido durante o desenvolvimento da campanha eleitoral.²⁸¹ Codovilla se manifestava a favor de Pierre e pedia que este e Leôncio fossem os encarregados de redigir o programa a ser apresentado a Prestes. Pierre acreditava que a aceitação da candidatura de Prestes serviria para desagregar as fileiras da “pequena burguesia”. Também alegava não concordar com uma candidatura de Mauricio de Lacerda caso Prestes não aceitasse a proposta, opinião esta que teria o apoio de Codovilla e “Gubinelli” e a oposição de “Casini”.²⁸²

São desta época as reuniões entre Leôncio Basbaum e Prestes em Buenos Aires, a partir do direcionamento dado por esta reunião do dia 15 de junho de 1929. Basbaum relatava que nestes encontros Prestes estava acompanhado por Siqueira Campos e Juarez Távora. Basbaum explicava ter apresentado um programa a Prestes e que este lhe apresentou uma contraproposta. O plano apresentado com vistas às eleições a Prestes tinha os seguintes pontos: nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas; abolição das dívidas externas; liberdade de organização e de imprensa; direito de greve; legalidade para o PCB; jornada de 8 horas, lei de férias e aumento de salários.²⁸³

A contraproposta de Prestes indicava: voto secreto; alfabetização; justiça; liberdade de imprensa e organização; e melhorias para os operários.²⁸⁴

Naquele momento, Prestes não aceitava o programa comunista por considerá-lo “extremista”. Além disso, não pensava ser conveniente se tornar candidato. Juarez Távora era mais radical ainda, ao ponto de nem mesmo querer dialogar com o PCB. E Siqueira Campos não tinha interesse nas eleições²⁸⁵. Entretanto, Prestes aceitava manter contato com os comunistas e inclusive materiais para se aprofundar no comunismo e no marxismo. Dessa

²⁸⁰ Para mais informações sobre Victorio Codovilla, ver: <https://www.marxists.org/espanol/codovilla/index.htm>, último acesso em 07/12/2018.

²⁸¹ SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Reunion del dia 15 de junio de 1929. [S.l.]: Junio 15 de 1929, p. 2.

²⁸² Ibidem, ibidem.

²⁸³ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 70.

²⁸⁴ Ibidem, ibidem.

²⁸⁵ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. V. 2. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, 274-275.

forma, Basbaum entregou a Prestes materiais escolhidos por Victorio Codovilla, como livros de Lênin e de Marx, as resoluções do VI Congresso da IC e textos do Partido Comunista argentino.²⁸⁶

Alguns meses depois, a situação do Brasil ainda era assunto no Secretariado Sul-Americano da IC. Na reunião do dia 26 de setembro estavam presentes Pierre, Ghitor, Rossi, Romo, Codovilla e Rodolfo Ghioldi.

Rodolfo Ghioldi (1897-1985), era membro do CEIC desde o VI Congresso da IC, realizado em 1928. Em 1921, havia sido o único membro do Partido Internacionalista argentino no III Congresso da IC. Foi secretário-geral do Partido Comunista Argentino entre 1928 e 1934. Participou da insurreição de 1935.²⁸⁷

Porém, desta reunião só há registro das falas de Pierre e Codovilla. Pierre discorreu em primeiro lugar sobre a configuração da geografia política do Brasil. Elencava a divisão do Partido Democrático na fração de São Paulo, apoiadora de Getúlio Vargas, e na fração do Rio de Janeiro, que se declara neutra, mas que segundo Pierre apoiava Júlio Prestes. Depois falou sobre os republicanos, que se encontravam no poder e apoiavam Júlio Prestes. E por fim, a Aliança Liberal, apoiadora de Getúlio Vargas, assim como o PD de São Paulo. Júlio Prestes seria representante do imperialismo inglês, enquanto Vargas, do ianque. Júlio Prestes era identificado com uma posição reacionária, exemplificada pelo seu rechaço a qualquer legislação operária.

Além disso, enxergava debilidade na aproximação entre Octávio Brandão e Maurício de Lacerda²⁸⁸. Pierre apoiava o combate à posição de Maurício de Lacerda. Identificava que Brandão tem uma posição vacilante em relação a Lacerda. Inclusive dirigia ataques à teoria de Brandão sobre a “geografia política brasileira”.

Por fim, Pierre recomendava que o Secretariado indicasse diretivas ao PCB quanto à situação política, às eleições e à ordem interna. Uma das questões tinha a ver com a desproporção entre o crescimento do BOC e as forças políticas do partido. Outra questão tinha

²⁸⁶ _____, *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 71.

²⁸⁷ Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 313. Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ghioldi-rodolfo>, último acesso em 08.12.2018.

²⁸⁸ Maurício Paiva de Lacerda (1888-1959) era a esta altura vereador pelo Rio de Janeiro. Sempre envolvido com organizações operárias, foi expulso do Partido Republicano Fluminense (PRF) em 1921. Envolveu-se na deflagração dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 e neste ano acabou preso. Em 1930, apoiaria a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Era irmão de Fernando de Lacerda e Paulo de Lacerda, dirigentes do PCB na primeira metade da década de 30. Para mais informações sobre Maurício de Lacerda, ver:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/mauricio_lacerda, último acesso em: 08.12.2018.

relação com os desvios “legalistas” que tendiam a ocultar o partido por medo da reação e sobrestimar a pequena burguesia como força determinante no contexto histórico do Brasil.²⁸⁹

Codovilla concordava com as ponderações de Pierre e afirmava que a carta encaminhada ao Partido deveria conter críticas à “teoria política” de Brandão, a qual denominava como “desvio oportunista”.

Também tecia críticas à atuação do Bloco Operário e Camponês em relação a Mauricio de Lacerda. Comparava essa atitude à tomada pelo Partido em relação a Azevedo Lima na época do jornal “A Nação”.²⁹⁰

Pierre, por seu turno, reconhecia que apesar de haver justeza na linha do BOC em termos gerais pelo fato de a aproximação com Lacerda poder causar divisões no PD, erros vinham sendo cometidos.²⁹¹

Codovilla concluía dizendo que se fizesse um reforço do conteúdo proferido na última carta (a carta aberta enviada pelo Secretariado Sul-Americano a todos os partidos comunistas da América Latina) para que se pusesse em relevo a necessidade de que o Partido e o Bloco implementassem uma política independente de todas as forças da “pequena burguesia”.²⁹²

Portanto, o que se percebia no Secretariado Sul-Americano era um movimento de discussão sobre a validade de aproximação com a “pequena burguesia” já nas reuniões de junho de 1929, concluindo-se com um recrudescimento da ideia de liderança do Partido e uma diminuição da importância da “pequena burguesia” na ideia de aliança.

Para Jorge Ferreira, este movimento significava a imposição do modelo russo aos comunistas de forma geral. A socialdemocracia e as facções internas alinhadas à direita deveriam ser combatidas. Segundo Ferreira, o leninismo teve sua institucionalização posta, contribuindo para o centralismo e o monolitismo. As divergências internas seriam resolvidas através dos expurgos.²⁹³

O que tinha lugar neste momento era a stalinização do movimento comunista. Tal processo seria visto como o motivo para a perseguição aos intelectuais nas direções dos partidos comunistas, segundo Moisés Vinhas. Com a ideia de “proletarização” das direções partidárias, os intelectuais passaram a perder até mesmo o direito de voto dentro das agremiações.²⁹⁴

²⁸⁹ SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Reunion del Secretariado Sudamericano realizada el 26 de setiembre de 1929. [S.l.]: Setiembre 26 de 1929, p. 2.

²⁹⁰ Ibidem, ibidem.

²⁹¹ Ibidem, p. 2-3.

²⁹² Ibidem, p. 3.

²⁹³ FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, p. 80-81.

²⁹⁴ VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 17.

Este processo de stalinização teria consequências graves sobre os militantes do PCB. Leôncio Basbaum e Paulo Lacerda, por exemplo, foram afastados do Bureau Político do Partido e em seus lugares foram postos um ferroviário e um metalúrgico, considerados os “verdadeiros proletários”. Isso se deu após o retorno de Astrojildo Pereira das reuniões da IC em Moscou e depois das discussões sobre a necessidade da “proletarização”.²⁹⁵

Octávio Brandão sentiu o peso da “proletarização” quando foi obrigado a viajar para a Conferência de Buenos Aires, realizada em abril de 1930. Brandão relata ter sofrido humilhações de discursos que feriam até mesmo sua honra pessoal, em nome da “[...] absurda Revolução Soviética imediata para o Brasil da época [...]”.²⁹⁶

Octávio Brandão se ressentia da falta de combatividade de Astrojildo Pereira, também presente na Conferência de Buenos Aires. Quando retornaram da Argentina, Astrojildo propôs a dissolução da Comissão Central Executiva do PCB da qual Brandão fazia parte. Além disso, o BOC foi desativado.²⁹⁷

Após sua demissão da Comissão Central Executiva, Brandão ainda relatava ter participado de mais de 50 reuniões em diversos locais do próprio Rio de Janeiro para fazer autocríticas.²⁹⁸ Brandão acabaria preso no ano de 1931 e deportado para a França no mesmo ano. Depois ele e Henrique Schechter foram para a União Soviética com a ajuda do Socorro Vermelho Internacional.²⁹⁹

Após protagonizar diversos conflitos com Fernando Lacerda dentro do PCB e passar um período preso na Ilha Grande, Leôncio Basbaum acabaria partindo para o nordeste com sua família em 1932.³⁰⁰

E até mesmo Astrojildo Pereira seria afastado do Partido, mesmo tendo sido o informante da “proletarização”. O primeiro motivo foi ter sido considerado o responsável pela hesitação do Partido perante a chegada de Vargas ao poder em 1930, o que lhe valeu em primeiro lugar o afastamento da direção do PCB³⁰¹. E o segundo motivo viria de uma acusação de “oportunismo” após a repercussão negativa de sua carta enviada ao Bureau Sul-Americano, na qual pedia para realizar apenas tarefas intelectuais no partido e não tarefas práticas, já

²⁹⁵ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 76.

²⁹⁶ BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 379.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 379-380.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 381.

²⁹⁹ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 99-100.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 147.

³⁰¹ LIMA, Heitor Ferreira. “Apresentação”. In: PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979, p. XXIX.

mencionada no primeiro capítulo desta dissertação.³⁰² Tal evento lhe custou a expulsão definitiva do partido.³⁰³

A “proletarização” era uma consequência da nova política da Internacional Comunista. Como a linha da “classe contra classe” exigia uma rigidez na aliança do proletariado com o campesinato e um rechaço da aliança com a “pequena burguesia”, isso teria consequências sobre o órgão de imprensa do PCB, o jornal *A Classe Operária*. O que será visto na próxima seção é o modo pelo qual essa mudança na ideia de aliança de classes apareceu nas linhas do jornal.

No entanto, é importante pontuar a discussão sobre a questão agrária no meio comunista neste período, pois ela teria influência sobre os movimentos dos países latino-americanos, inclusive no movimento brasileiro. No início de junho de 1929, na Primeira Conferência Comunista Latino Americana, houve apontamentos sobre a questão camponesa que influenciariam uma nova política para os partidos comunistas.

Na Décima Terceira Sessão da Conferência, realizada no dia 7 de junho de 1929, o delegado Suárez, do México, falava sobre as sobrevivências do feudalismo no campo de alguns países da América Latina, como Peru e Bolívia. Como pagamento pelo trabalho não havia salários, mas a distribuição de vales para a troca nas tendas das próprias fazendas. Além disso, havia a prática do direito de pernada, que era o costume de a mulher recém-casada passar a noite de núpcias com o dono da fazenda.³⁰⁴

Romo, delegado argentino, explicava que na pecuária de seu país os trabalhadores tinham uma jornada de mais de doze horas diárias. Como habitação, os donos das fazendas lhes forneciam os galpões onde se guardavam os grãos e as ferramentas de trabalho. Em geral, não havia camas.³⁰⁵ Para resumir, Romo explicava que o feudalismo era predominante no ramo do açúcar e da produção de ervas e se espalhava em outros setores. A enorme massa de operários agrícolas presente nestes setores deveria ser o foco da atenção do movimento revolucionário.³⁰⁶

Na Décima Quarta Sessão, também realizada no dia 7 de junho de 1929, Padilla, delegado do Equador, explicava brevemente as condições de algumas categorias dentre os trabalhadores rurais. Sobre os arrendatários, por exemplo, Padilla dizia que conseguiam algum pagamento do patrão, em dinheiro ou espécie. O *sembrador* recebia 30 centavos-ouro por cada

³⁰²No segundo parágrafo da página 53.

³⁰³BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 229.

³⁰⁴SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. *El Movimiento Revolucionario Latino Americano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana*. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, Junio de 1929, p. 233-234.

³⁰⁵Ibidem, p. 244.

³⁰⁶Ibidem, p. 250.

muda de café que plantasse. E o pequeno produtor estava em condições piores do que o assalariado, pois além de não ter estabilidade alguma, suportava o maior peso quanto aos impostos.³⁰⁷

Na mesma sessão, Zamora, delegado do Peru, reclamava a falta de um partido de trabalhadores em seu país, o que levava os operários de todo tipo a votarem nos candidatos assinalados pelos donos das fazendas. De qualquer forma, Zamora argumentava que os trabalhadores rurais seguiam a esteira de reivindicações dos trabalhadores urbanos. Como amostra disso, Zamora citava que os últimos reivindicavam a implementação da jornada de oito horas, conseguida por estes em 1920, um ano depois da consecução deste direito pelos trabalhadores urbanos. Estes, segundo Zamora, estavam auxiliando na organização dos trabalhadores rurais.

Zamora alegava que a Federação Camponesa do Peru vinha sofrendo devido à crise instalada nas indústrias açucareira e algodoeira do país. Entretanto, o delegado peruano indicava o contato com os camponeses como o caminho para que os comunistas alcançassem os trabalhadores rurais, posta a proximidade entre ambos.³⁰⁸

Estes problemas envolvendo o meio rural latino-americano foram analisados por José Carlos Mariátegui, na sua obra clássica, o livro *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, em 1928. Segundo este autor, o empreendimento espanhol na América foi responsável pela criação de uma economia feudal.³⁰⁹ Para Mariátegui, no Peru especificamente, a iniciativa espanhola se caracterizou mais por seu caráter militar e eclesiástico do que por uma marca política e econômica. Não havia uma verdadeira força de colonização no Peru, devido ao baixo número de *pioneers*. Estes, além disso, não demonstravam capacidade para a criação de núcleos de trabalho. Acontecia mais o extermínio dos indígenas do que sua utilização como força de trabalho. Os colonizadores não tinham força numérica própria para sustentar uma economia sólida e orgânica. Sem o cimento demográfico a economia colonial fracassava em seus fundamentos. O que se formou foi um conjunto de características de sociedade escravista, pois os espanhóis e os mestiços eram pouco numerosos para a exploração em larga escala das riquezas do território peruano, o que os levou à importação de escravos negros para o trabalho nas fazendas da costa.³¹⁰

³⁰⁷ Ibidem, p. 251.

³⁰⁸ Ibidem, p. 257.

³⁰⁹ MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 34.

³¹⁰ Ibidem, p. 34-35.

O que houve também no Peru foi a formação de uma classe capitalista misturada com valores tradicionais. Como resultado dos lucros do guano e do salitre, criou-se no Peru o primeiro conjunto de elementos sólidos de capital comercial e bancário, aliado ao caráter aristocrático e feudal da propriedade. A riqueza da classe capitalista surgia dos lucros diretos e indiretos das riquezas do litoral. Esta classe capitalista se fundiria com a aristocracia proveniente dos encomenderos e latifundiários da colônia, estes já acostumados com os princípios econômicos e políticos do liberalismo. Dessa fusão surgiu a burguesia peruana.³¹¹

O papel a que os latifundiários se submeteram no Peru foi o de intermediários do capital estrangeiro na produção de algodão e açúcar. O que resultaria em um grande entrave para o desenvolvimento do país: uma organização semifeudal na agricultura.³¹²

Este aspecto feudal se traduzia, segundo Mariátegui, na languidez e na pobreza da vida urbana da costa peruana. A quantidade de vilas e cidades na costa era ínfima. E o agro feudalizado dominava os prados, que mal tinha a presença de aldeias.³¹³

No entanto, estas aldeias referidas por Mariátegui não eram as mesmas que as europeias. Estas descenderam dos feudos dissolvidos, enquanto no Peru elas praticamente não existiam porque os feudos ainda não haviam desaparecido. A agrupação rural típica ainda continuava sendo a fazenda com sua casa razoavelmente clássica, posta a precariedade dos ranchos e demais instalações como os depósitos.³¹⁴

Além disso, Mariátegui argumentava que havia muito mais fatores de vida nos burgos do feudalismo europeu do que no semifeudalismo criollo. Havia uma necessidade de produtos e serviços do burgo pelo campo europeu. Já na situação peruana, cessada a necessidade de exportação do algodão e da cana, não havia o menor interesse de contato com os circundantes. O cultivo de frutos, quando existente, só existia para o abastecimento da fazenda, enquanto as vilas padeciam na miséria, sem nada receber dos campos, sobrevivendo de algum ofício urbano. Uma comunidade laboriosa sem traços da tradição senhorial era algo raro.³¹⁵

Portanto, o tema do trabalho no campo estava presente entre os comunistas e socialistas da América Latina.

O jornal *A Classe Operária* refletiria sobre o tema camponês e a nova postura em relação à aliança de classes entre os anos de 1930 e 1931. Pesou para isso também a intervenção da

³¹¹ Ibidem, p. 40-41.

³¹² Ibidem, p. 47.

³¹³ Ibidem, ibidem.

³¹⁴ Ibidem, p. 48.

³¹⁵ Ibidem, p. 48-49.

Internacional Comunista no PCB como visto nesta seção. A forma pela qual isso apareceu no órgão de imprensa do PCB será vista a seguir.

2.4 O Jornal A Classe Operária entre os anos de 1930 e 1931

2.4.1 Os trabalhadores rurais.

Na edição do dia 15 de fevereiro de 1930 do jornal *A Classe Operária*, percebe-se uma diferença significativa em relação às edições dos anos de 1928 e 1929, no que tange à ideia de aliança de classes, pois havia um maior destaque para a questão agrária, o que poderia ser visto no artigo “O Congresso dos Colonos e Assalariados Agrícolas”.

No primeiro parágrafo do artigo, deixava-se claro que os objetivos da realização do Congresso eram a discussão da situação econômica e política e também a organização dos trabalhadores agrícolas em sindicatos revolucionários.

Esclarecia-se que o Congresso foi realizado pela Comissão Executiva (C.E.) da Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.). O encontro foi organizado ilegalmente, pois a organização previa que o governo de São Paulo agiria de forma a impedir a realização oficial do Congresso dos Colonos e Assalariados Agrícolas. Além das questões de organização do movimento, seria discutida qual a atitude a ser tomada pelos colonos face a resolução dos fazendeiros em diminuir seus salários.

O Congresso foi realizado no salão da União Geral dos Trabalhadores de Ribeirão Preto. Relatava-se que passados menos de cinco minutos da sessão de encerramento do congresso, vinte agentes da polícia e quinze soldados da Força Pública invadiram o local, prenderam todos os componentes da Mesa, todo o material do Congresso e todo o arquivo da sede da União Geral dos Trabalhadores.³¹⁶

No artigo, havia críticas a setores da “pequena-burguesia”. A primeira delas era endereçada aos “reacionários prestistas”:

Os reaccionarios prestistas que vivem a namorar o proletariado para conquistarlhe as sympathias com promessas ilusórias e que vivem a dizer que se interessam pela sorte do proletariado, deram o grito de alarme contra o congresso dizendo que era obra dos communistas e por isso era preciso que a

³¹⁶O CONGRESSO dos Colonos e Assalariados Agrícolas. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 5, 15 de fevereiro de 1930.

policia tomasse energicas providencias contra esses elementos ‘perniciosos’ para a sociedade (burgueza).³¹⁷

A segunda crítica era direcionada aos aliancistas:

Os reaccionarios aliancistas que todos os dias ‘choram’ a triste sorte do proletariado agricola e das cidades, logo que estes tentaram a realização de um congresso para tratar de seus interesses, denunciaram isso como uma obra dos communistas e por isso era preciso que o governo tomasse as necessarias medidas para impedir o alastramento das ideias “utopicas”.³¹⁸

Assim, os dois setores da “pequena burguesia” derramavam apenas “lágrimas de crocodilo” em relação ao proletariado, pois uma vez que este se movimentasse em prol de seus próprios objetivos, prestistas e aliancistas se declaravam contra a presença comunista no movimento. Mas na verdade eles eram contra o próprio proletariado, segundo o artigo.

Havia resultados políticos consideráveis no Congresso.

A C.G.T. alargou sua esfera de influencia enormemente, o proletariado agricola compreendeu que só através de suas próprias organizações poderá defender os seus interesses e que só a sua resistência organizada poderá impedir a execução do plano dos fazendeiros de reduzir os seus salários.³¹⁹

Assim, havia um claro sentido de estimular a autonomia das organizações de luta do proletariado agrícola. No final, havia um agradecimento endereçado à Confederação Sindical Latino-Americana, que segundo o artigo, apoiou a realização do Congresso.

Em suma, a leitura do artigo indica uma mudança brusca em relação à ideia de aliança do proletariado com a classe média. A partir daqui se percebe uma orientação de apoio mais intenso aos trabalhadores rurais, daí as críticas aos prestistas e aliancistas e a ênfase na organização autônoma dos trabalhadores rurais.

Entretanto, na mesma edição do dia 15 de fevereiro de 1930 um dado lançava luz sobre uma dificuldade na aparente nova linha de aliança seguida pelo partido. Pois havia uma lista dos candidatos que o partido lançaria nas eleições daquele ano e chama a atenção o fato de que

³¹⁷ Ibidem, p. 2, c. 2.

³¹⁸ Ibidem, p. 2, c. 2-3.

³¹⁹ Ibidem, p. 2, c. 3.

não houvesse um candidato sequer oriundo do campo, ainda que os candidatos estivessem representando o “Bloco Operário e Camponês”. A seguir os cargos pretendidos, os nomes e as profissões dos candidatos:

Presidente da República – Minervino de Oliveira, marmorista;
 Vice-Presidente – Gastão Valentim Antunes, ferroviário;
 Senador Federal (Distrito Federal) - Fenelon José Ribeiro, operário estivador;
 Deputado pelo 1º distrito (DF) – Paulo Paiva de Lacerda, jornalista proletário;
 Deputado pelo 2º distrito (DF) – Mario Grazini, operário gráfico;
 Senador Federal (RJ) - José Francisco da Silva, empregado no comércio;
 Deputado pelo 1º distrito (RJ) – Domingos Braz, operário tecelão;
 Deputado pelo 2º distrito (RJ) – Duvitiliano Ramos, operário gráfico;
 Senador Federal (SP)– Everardo Dias, operário gráfico;
 Deputado pelo 1º distrito (SP) – Aristides da Silveira Lobo, empregado no comércio;
 Deputado pelo 1º distrito (RS) – Plinio Mello, jornalista;
 Deputado pelo 3º distrito (RS) – Adalgiso Py, operário gráfico;
 Deputado pelo 1º distrito (PE)– Lourenço Justino, operário pintor;
 Deputado pelo 2º distrito (PE) – Cicero Marques, metalúrgico;
 Deputado pelo 3º distrito (PE) – Miguel-Archanjo, padeiro.³²⁰

O que se demonstrava era que mesmo com a aparente nova diretriz de se trabalhar com o campo, ainda não se via esse posicionamento traduzido na questão eleitoral. Dainis Karepovs explica que o censo de 1920 indicava que de uma população total de 30.635.605 habitantes, somente 2.190.539 tinham o direito ao voto, o que compunha o percentual de 7,15% da população. Várias restrições resultavam neste cenário: mulheres (regra não escrita), estrangeiros, menores de 21 anos, mendigos, praças de pré, religiosos e analfabetos não podiam votar. Além disso, aqueles 2.190.539 restantes ainda precisavam passar pelo alistamento (não obrigatório), acompanhado das provas de que se sabia ler e escrever, de residir no município por mais de dois meses, por atestado judiciário, policial ou de três cidadãos proprietários e desde 1916 precisavam comprovar renda. Em São Paulo ainda havia a regra da “contraprova”, que era o ato da confirmação pelo eleitor de que a assinatura em seu recibo de aluguel pertencia

³²⁰EIS a lista completa dos candidatos apresentados pelo Bloco Operario e Camponez. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 15 de fevereiro de 1930.

ao proprietário ou procurador deste. A “prova” era o recibo.³²¹ Desta forma, havia muitos empecilhos no caminho dos trabalhadores do campo até as urnas.

O Congresso dos Colonos e Assalariados Agrícolas voltaria a ser assunto na edição do dia 22 de fevereiro de 1930. Com o título sendo o próprio nome do Congresso, o subtítulo era “Um Manifesto da Meza do Congresso e as Reivindicações Apresentadas”. Como no artigo presente na edição de 15 de fevereiro imediatamente anterior, faz-se referência à ação policial contra o Congresso. Mencionava-se a prisão de Minervino de Oliveira, secretário geral da Confederação Geral do Trabalho do Brasil e candidato do Bloco Operário e Camponês à presidência da República. Mas também se dizia que, apesar da ação policial, o Congresso foi realizado e nele se fundou o “Syndicato dos Trabalhadores e Colonos”, órgão de luta dos trabalhadores do campo contra a opressão dos fazendeiros.³²²

Quanto às reivindicações, eram voltadas aos colonos e trabalhadores agrícolas. Entre elas havia: o pagamento integral e imediato de contratos finalizados em outubro de 1929; casas higiênicas e com luz elétrica; fornecimento de médicos e medicamentos gratuitos; liberdade de comércio para os colonos; contrato direto entre colonos e fazendeiros, com intermediação das organizações de assalariados agrícolas e colonos; livre plantação nos cafezais em prol dos colonos; abolição de todo trabalho gratuito nas fazendas ou fora; direito de associação e livre manifestação do pensamento; jornada de oito horas para os diaristas; seguro desemprego à expensas do Estado e do Patrimônio; lei de férias e acidentes; entre outros pedidos.³²³

Na edição do dia 17 de abril de 1930 a ênfase na questão rural continuava. No artigo “Resolução Sobre a Situação Actual e as Tarefas do Proletariado Agrícola”, iniciava-se com uma exortação sobre a situação que a crise do café criou para o resto da economia, inclusive incidindo na crise industrial. A consequência também era política, com a disputa presidencial. Havia ainda a disputa entre o imperialismo inglês e o americano por trás da luta entre os conservadores e a Aliança Liberal, respectivamente.

Perante essa situação, o artigo elencava algumas resoluções para o proletariado agrícola. Uma delas era empurrá-lo a resistir à política de redução dos salários e de dispensas por parte da burguesia. Outra, era mostrar a ele que só uma aliança com o proletariado de todo o Brasil e com os camponeses pobres (observe-se que há uma diferenciação entre proletariado agrícola e campesinato pobre). Havia também uma resolução que concitava o trabalhador agrícola a se

³²¹KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 15-16.

³²²O CONGRESSO dos Colonos e Assalariados Agrícolas. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 2, 22 de fevereiro de 1930.

³²³Ibidem, p. 2, c. 3-4.

organizar em fortes agremiações e a se ligar com o proletariado das cidades da “futura Federação Syndical Regional de São Paulo e da Confederação Geral do Trabalho do Brasil”. Enfatizava-se a necessidade da estreita ligação entre os “operários do campo com os operários da cidade”.³²⁴

Havia no artigo um subtítulo nomeado “Questões de Organização dos Operários Agrícolas e Colonos”. Nesta parte do texto, falava-se sobre a necessidade de organização dos trabalhadores agrícolas e colonos contra a ofensiva dos fazendeiros. A partir daí o Congresso dos Trabalhadores Agrícolas e Colonos resolveu constituir um “Syndicato dos Trabalhadores Agrícolas e Colonos”, que teria um Comitê Central formado por cinco membros e com os seguintes objetivos: orientar os trabalhadores na defesa de todas as exigências perante os fazendeiros; elaborar planos de reivindicações com os trabalhadores; organizar conselhos de empresa nas fazendas com base em eleições, tendo-se a participação de todos os trabalhadores e realizar a ligação destes com o Sindicato; organizar comitês locais de defesa dos trabalhadores agrícolas e colonos em várias cidades; envolver na luta os sitiantes, pequenos arrendatários e meeiros; fazer propaganda e trabalhar na construção da Federação dos Trabalhadores Agrícolas e Colonos; aderir à Confederação Geral do Trabalho do Brasil, com a eleição de uma delegação para o ingresso em organismo intermediário para tal; organizar a arrecadação de fundos para a agitação e para os aderentes ao Sindicato; ter a luta de classes como princípio educativo para os trabalhadores.³²⁵

Portanto, havia uma linha de continuidade entre a ênfase dada à questão agrária nas outras edições de 1930 e esta edição de 17 de abril do mesmo ano.

Seguindo a linha de apoio às lutas dos trabalhadores rurais, o artigo “A luta dos lavradores pobres contra os impostos do Estado capitalista” abordava o protesto dos plantadores de laranja dos arredores de Niterói contra o aumento de impostos sobre a laranja anunciado pelo governo do Rio de Janeiro. Os lavradores já pagavam um imposto de 1\$000 pela exportação e a imposição do governo era um imposto chamado “viação”, no valor de 3\$000. Em seu protesto, os trabalhadores rurais resolveram suspender suas vendas de laranjas para a cidade do Rio de Janeiro e também para Niterói.

Assim, no artigo se alegava que os operários da cidade apoiavam a causa dos lavradores pobres. Dessa forma, os inimigos em comum dos camponeses e operários eram os proprietários de terra, os capitalistas e o governo. As palavras de ordem exortavam.

³²⁴ RESOLUÇÃO Sobre a Situação Actual e as Tarefas do Proletariado Agrícola. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 2-3, 17 de abril de 1930.

³²⁵ *Ibidem*, p. 2, c. 4-5.

Companheiros! Organizai-vos e armai-vos! Lutai por todos os meios, com todas as armas, em prol dos vossos interesses, na defesa da nossa vida e da vida dos vossos filhos! Lutai com energia e com decisão, expulsando os grandes proprietários e tomando para vós a terra que regais com o suor do vosso rosto!

Os operários da cidade vos apoiarão. E juntos, operários e camponeses, lutaremos pela implantação de um governo operário e camponês!³²⁶

No artigo “Consequências da crise do café”, explicava-se a situação de um trabalhador agrícola fugido das fazendas de São Paulo. O trabalhador teria relatado sua odisseia a um “jornal burguês”. Ele relatava ter passado pelas fazendas dos coronéis Junqueira e Joaquim Pires. Na primeira fazenda, ele teria cortado a mão na serra, o que o deixara inutilizado. Sem receber pagamento, o trabalhador se dirigira à segunda fazenda, onde após um trabalho de seis meses e novamente sem receber pagamento, acabou se dirigindo ao Rio de Janeiro, onde tinha um filho. O trabalhador relatava ter feito a viagem a pé e disse ser algo comum a trabalhadores que se dirigiam a Minas, Mato Grosso e Goiás. Com a crise, os fazendeiros não pagavam mais ninguém, alegava o trabalhador. Ainda assim, havia trabalhadores disponíveis nas fazendas, trabalhando em troca de comida.³²⁷

Propunha-se como solução para esta situação e outras similares, “[...] a união de todos os colonos, trabalhadores agrícolas e lavradores pobres para a luta em defesa dos seus interesses”³²⁸. Assim, propunha-se a formação de comitês de luta em cada fazenda e se pedia que os trabalhadores não tivessem ilusões legalistas, pois só a força poderia resolver a situação. E se dizia ao fim: “E a força de milhões de trabalhadores é e será invencível, si fôr bem organizada”³²⁹.

Este artigo apresentava uma similaridade com outro da mesma página, “A luta dos lavradores pobres contra os impostos do Estado capitalista”, citado anteriormente, pois empregava a ideia de ênfase na luta dos trabalhadores rurais em um exemplo concreto de conflito.

No artigo “Correspondência”, de março de 1931, os trabalhadores do campo eram o alvo mais uma vez. Com os dizeres “Dos Campos das Fabricas das officinas”, com referência a

³²⁶A LUTA dos lavradores pobres contra os impostos do Estado capitalista. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, 3 de julho de 1930.

³²⁷CONSEQUENCIAS das crises do café. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 2, c. 4-5, 3 de julho de 1930.

³²⁸Ibidem, p. 2, c. 5.

³²⁹Ibidem, p. 2, c. 5.

Ribeirão Preto, falava-se da situação dos trabalhadores das fazendas do município. Eram citadas as fazendas Gallileu, Conceição, João Fontes, S. Sebastião, Brasil, Lagôa da Serra e Palestina como locais onde o pagamento se encontrava atrasado. Em outros locais, dizia-se que os trabalhadores estavam “morrendo de fome”, como na fazenda de Balthazar Xavier e da Viuva Garcia.³³⁰

A única fazenda que pagava todos os meses era a Dumont, estrangeira, mas uma quantia tão baixa “[...] que os colonos fogem, para não morrer de fome! Ganham uma miséria: 120\$ por mil pés e a cada homem tocam 3 mil!”³³¹

Ao final do artigo se pedia o envio de jornais a esses colonos para que tivessem suas consciências despertas de modo que entendessem a necessidade da organização.

Interessa notar aqui que o termo *camponês* cedia lugar aos termos “trabalhador agrícola”, “operário agrícola”, “lavrador” e “colono”. Cabe destacar que foi no III Congresso do PCB que se consagrou o uso dos termos *camponês* e *campesinato*, que eram antes disso praticamente desconhecidos da discussão sociológica e política no Brasil. A introdução havia ocorrido com a renomeação, em 1927, do Bloco Operário para Bloco Operário-Camponês.³³²

Segundo Eric Wolf, o que caracteriza um camponês como tal é essencialmente a dedicação ao cultivo da terra e a tomada de decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Esta distinção é importante porque no meio rural existem categorias como artesãos, pescadores e comerciantes ambulantes, mas que não vivem diretamente do cultivo. Desta forma, a categoria de *camponês* cobre arrendatários, meeiros e posseiros, mas não inclui pescadores e trabalhadores sem-terra.³³³

Clifford Welch traz uma explicação geral sobre os termos utilizados como referências para os trabalhadores do campo no Brasil. O autor explica que o termo *camponês* foi utilizado pelo PCB como uma generalidade com vistas a criar uma identidade entre os trabalhadores do campo, do período dos anos 20 aos anos 50. Na língua portuguesa, o termo existe desde 1794, segundo o autor. *Camponês* tem antecedentes em outros idiomas, como *peasants*, do inglês, *paysans*, do francês, e *krestiyanskaya*, do russo. No discurso político, de forma geral, o termo *camponês* foi empregado para referência a todas as categorias de trabalhadores agrícolas, o que incluía, além dos pequenos proprietários de terra, o conjunto dos assalariados, migrantes e

³³⁰ CORRESPONDENCIA. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 3, c. 1, 5 de março de 1931.

³³¹ Ibidem, p. 3, c. 2.

³³² DEL ROIO, Marcos. **A Teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo**. In: MORAES, João Quartim de; DEL ROIO, Marcos. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V. 4. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 82.

³³³ WOLF, Eric. *As guerras camponesas do século XX*. Tradução de Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984, p. 14-15.

trabalhadores contratados. Porém, o PCB só passou a fazer a distinção mais clara entre assalariados e agricultores familiares, o que respectivamente significa a distinção entre trabalhadores agrícolas e agricultores familiares, a partir dos anos 50. Na década seguinte, o termo *camponês* passou a dar lugar ao termo *trabalhador rural*, o que foi incorporado aos sindicatos de trabalhadores rurais que representavam o movimento naquele período. Foi nos anos 80 que o termo *camponês* ganhou força novamente, devido ao conflito dos sem-terra pela reforma agrária.³³⁴

Entretanto, o que se percebia neste momento do jornal *A Classe Operária*, entre 1930 e 1931, era um uso frequente de termos variados para o trabalhador do campo.

Faz-se importante a ponderação de Otávio Velho a respeito do que diferencia um camponês de um proletário rural. Segundo o autor, existem dois polos que ajudam na compreensão das realidades rurais: a “campesinidade” e a “proletarização”. Quanto maior a ligação com a terra e menores a integração ao sistema nacional e a conformação a um status de mão-de-obra, maior o grau de “campesinidade”. Quanto menor a ligação com a terra e maiores a relação com um sistema nacional e com a situação de mão-de-obra, maior o grau de “proletarização”.³³⁵ Portanto, parecia que o jornal *A Classe Operária* tentava se aproximar das realidades dos trabalhadores rurais, por isso talvez a utilização de outros termos em lugar de *camponeses*.

Há um raciocínio desenvolvido por Octávio Ianni que auxilia nesta questão. O camponês por vários momentos pensa a respeito da posse e do uso da terra e não na “reforma agrária”. Esta muitas vezes faz parte dos programas e discursos dos partidos políticos, que em sua grande maioria são de base urbana. O camponês se vê como trabalhador rural.³³⁶

O campesinato coloca em primeiro lugar a defesa de seu modo de vida, destoante em relação àquilo que a revolução burguesa propaga. Os camponeses não se colocam à tarefa da tomada do Estado nem têm um projeto para a organização da sociedade em escala nacional.³³⁷ Porém o PCB almejava integrar estes trabalhadores em seu projeto de aliança.

Interessa apontar uma similaridade destes usos pelo jornal do PCB com aqueles que Vargas fazia. Segundo Clifford Welch, em sua tentativa de incorporação dos camponeses

³³⁴WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 28-29.

³³⁵VELHO, Otávio Guilherme A. C. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro**. In: WELCH, Clifford Andrew [et al.] *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 94.

³³⁶IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. In: WELCH, Clifford Andrew [et al.] *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 136.

³³⁷Ibidem, p. 137.

Vargas evitava o uso deste termo, pois agrupava tanto pequenos agricultores com ou sem terra na denominação de “trabalhadores rurais”. Segundo Welch, Vargas tentava desta forma se afastar do uso atribuído ao PCB.³³⁸ Porém, como se pode perceber pelo jornal *A Classe Operária*, havia mais proximidade com o PCB do que Vargas podia imaginar.

Outro ponto importante é o de que o jornal *A Classe Operária* se posicionava a estimular uma autonomia de organização para os trabalhadores do campo. Uma campanha que se contrapunha ao objetivo do governo Vargas, que pretendia incorporar os trabalhadores rurais por meio da sindicalização. O plano era que o Ministério do Trabalho, liderado por Lindolfo Collor, organizasse os sindicatos de trabalhadores rurais. A regulação do trabalho comercial e agrícola, o registro dos sindicatos, a organização da migração dos trabalhadores e a supervisão da colonização e desenvolvimento das regiões agrícolas ficariam por conta do Ministério do Trabalho. No entanto, de 251 sindicatos reconhecidos pelo ministério até o fim de 1931, somente seis eram agrícolas.³³⁹

2.4.2 Soldados, marinheiros, operários marítimos, pequenos funcionários, mulheres, negros e índios na ideia de aliança.

Nota-se também a inclusão de mais elementos na ideia de aliança. No artigo “Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil”, com assinatura do Bureau Político do PCB, havia palavras de ordem para operários, trabalhadores agrícolas, colonos, pequenos lavradores, soldados, marinheiros, trabalhadores negros, índios e desempregados.³⁴⁰ Portanto, existe aqui uma amplitude maior de elementos sociais abarcados pela ideia de revolução do que nos números anteriores, principalmente no que se refere à inclusão dos desempregados e do reaparecimento dos negros e dos índios.

Com base nesse alargamento da base de aliança pretendido pelo PCB, a primeira página da edição de 27 de agosto de 1930 trazia depoimentos de trabalhadores não enquadrados nas categorias de “operários” ou “camponeses”. O primeiro destes depoimentos era assinado por “OBSERVADOR VERMELHO” e se chamava “Na Marinha de Guerra”. Neste artigo, argumentava-se que os marinheiros eram burlados nos 15 dias de férias anuais, da mesma forma que os operários. E como os vencimentos eram insignificantes, os marinheiros, assim como os

³³⁸ WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 83-84.

³³⁹ *Ibidem*, p. 84.

³⁴⁰ AOS TRABALHADORES das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brasil. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, p. 1, c. 3-4, 19 de julho de 1930.

operários, eram “[...] obrigados a fazer biscates ou a um continuo vae-vem de bordo para terra e vice-versa, afim de almoçar e jantar”.³⁴¹

Reclamava-se que os marinheiros passavam as férias sem água, luz e esgoto enquanto os oficiais, assim como os patrões, “[...] vão gozar a boa vida em Petropolis”.³⁴²

Assim, pedia-se no artigo que os marinheiros aderissem ao Partido Comunista, divulgassem “A Classe Operaria” e “O Triangulo de Ferro”. Que se organizassem comitês de luta e que se protestasse contra as prisões, surras e expulsões dos soldados e marinheiros comunistas. Além disso, pedia-se o combate pelo aumento dos vencimentos, pelo direito de voto, organização e reunião e também a luta contra a disciplina burguesa e os regulamentos. Exortava-se para a continuidade da obra de João Candido.³⁴³

O outro artigo era assinado por “BENEDICTO” e se chamava “Pelos trabalhadores de cor”. Neste artigo, “Benedicto” indica que há no Brasil uma “questão de raça”. Os negros eram encontrados no cais do porto e no interior ocupando trabalhos penosos. “Benedicto” fazia referências às favelas, aos casebres do Leblon e ao morro da Mangueira. Júlio Prestes, “cão de fila dos banqueiros de Londres”, não teria aceitado a presença de “marinheiros de côr” a bordo do navio em sua viagem para os Estados Unidos. Assim, pedia-se que os trabalhadores se juntassem aos sindicatos revolucionários e ao Partido Comunista. “Combatei os imperialistas, vossos perseguidores nos Estados Unidos, na Africa e no Brazil”.³⁴⁴

Na edição do dia 5 de março de 1931 se percebia um recrudescimento da ideia de expansão da aliança pretendida pelo partido. No artigo “Aos militares” se falava que elementos inimigos da classe trabalhadora espalhavam a notícia de que os responsáveis pela revolta de 27 de outubro de 1930 teriam sido os comunistas. No entanto, os verdadeiros responsáveis foram Bandeira de Mello e Carlos, “[...] os mais ferozes perseguidores dos operarios [...]”³⁴⁵, segundo o artigo.

Também se dizia que os oficiais, quando da Marcha da Fome, haviam tentado ludibriar os soldados com a afirmação de que os comunistas os desafiavam e pretendiam matá-los. No artigo, declarava-se:

³⁴¹OBSERVADOR VERMELHO. *Na Marinha de Guerra. A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 1, c. 4, 27 de agosto de 1930.

³⁴²Ibidem, p. 1, c. 5.

³⁴³Ibidem, p. 1, c. 5.

³⁴⁴BENEDICTO. *Pelos trabalhadores de cor. A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 1, c. 5, 27 de agosto de 1930.

³⁴⁵AOS MILITARES. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, 5 de março de 1931.

Não, camaradas! Nós não queremos matar os soldados nem queremos que elles nos matem a nós, operarios. O que nós queremos e propagamos é a UNIÃO DE FERRO dos operarios, camponeses, soldados e marinheiros, para luctarmos contra a burguezia e realizarmos a revolução agraria e anti-imperialista, sob a direção do Partido Communista.³⁴⁶

Quanto aos operários marítimos, havia um artigo de protesto contra as demissões no Lloyd Brasileiro perpetradas por Mario de Almeida, diretor da instituição, “[...] lambe-botas de Getulio Vargas e do imperialismo inglez”.³⁴⁷

Assinado por “Um grupo de operarios do Lloyd”, o texto relatava demissões em massa de trabalhadores, inclusive daqueles com mais de dez anos de serviços prestados. Saudava-se a união dos operários marítimos em luta. Entre as reivindicações destes trabalhadores havia a de refeições igual as dos oficiais, 4 mil réis e um quilo de pão diário para os desempregados ou desembarcados, oficinas higiênicas e acomodações iguais às dos trabalhadores embarcados.³⁴⁸

Seguindo a ideia de defender os interesses dos soldados dentro da aliança entre diversas categorias, o jornal *A Classe Operária* do dia 10 de novembro de 1931 trazia um artigo sobre o levante ocorrido no Recife no mês de outubro daquele mesmo ano. No artigo “As lições do levante do Recife”, relatava-se a revolta dos soldados contra a “[...] a escravidão das cazernas”. Porém estes soldados teriam cometido o erro de confiar o movimento à direção de sargentos e oficiais, que serviam aos “[...] lacaios dos imperialistas americanos”.³⁴⁹ Como resultado, 300 soldados, 50 sargentos e 2 oficiais foram deportados para Fernando de Noronha.

Dentre as lições que se poderia tirar a respeito do malfadado movimento, apesar do heroísmo dos soldados, como reconhecia o artigo, era que não se deveria confiar na liderança de “[...] nenhum galão ou diviza, como chefe”.³⁵⁰ A direção do movimento deveria caber aos comitês de soldados.

E que os operários e camponeses, segundo o artigo, dirigidos por seus próprios comitês, apoiassem o movimento dos soldados e marinheiros. Os marinheiros também não deveriam ser guiados por qualquer “galão ou diviza”, mas lutar ao lado dos seus companheiros.³⁵¹

Por fim, exigia-se a libertação dos soldados, sargentos e oficiais presos. E assim, dizia-se:

³⁴⁶ Ibidem, p. 2, c. 3.

³⁴⁷ NO LLOYD Brasileiro. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 3, c. 3, 5 de março de 1931.

³⁴⁸ Ibidem, p. 3, c. 4.

³⁴⁹ AS LIÇÕES do levante do Recife. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 2, c. 4, 10 de novembro de 1931.

³⁵⁰ Ibidem, p. 3, c. 2.

³⁵¹ Ibidem, p. 3, c. 2.

E que elles, agora mais experientes com a dura lição, venham formar ao lado do proletariado na luta de todos os oprimidos contra todos os fazendeiros, capitalistas, imperialistas e seus lacaios de galão e de cartola.³⁵²

Na edição de 10 de novembro de 1931 havia um artigo que sintetizava a iniciativa da aliança perpetrada pelo partido naquele momento em mais um protesto, dessa vez contra a lei marcial. O contexto era de greves, invasões a cidades e assaltos a fazendas, de modo que os operários buscavam aplacar sua fome. Ao mesmo tempo, ocorriam golpes de quartel por parte dos soldados. Nesse contexto, a burguesia pedia a lei marcial, ou seja, a pena de morte.³⁵³

Dessa forma, exortava-se para a união de determinados segmentos da população:

Companheiros! Operarios, camponezes, soldados, marinheiros, pequenos funcionários, pequenos negociantes, intelectuaes pobres, estudantes! Todos que soffremos com o actual regimen de miseria e de opressão! Formemos, nesse momento, uma frente unica de ferro! Cerremos fileiras em torno do Partido Communista, unico que nos pode guiar na grande lucta que devemos empreender contra essa lei, pela liberdade de organização, de imprensa, pelo augmento de salários, ajuda aos desempregados, supresão de impostos para os camponezes pobres e pequenos comerciantes!³⁵⁴

Portanto aqui apareciam elementos que poderiam ser considerados como pertencentes à “pequena burguesia” ou classe média, caso dos pequenos funcionários e pequenos negociantes, o que demonstrava que o jornal não seguia de forma absoluta a orientação imposta pela IC de não colaboração com esses segmentos.

Na edição do dia 5 de março de 1931, referida mais atrás, havia um texto chamado “Da Fabrica de Triagem”, que seguia a lógica de relatos *in loco* já presentes em outros artigos da mesma edição e também da edição de 27 de agosto de 1930.

Este texto era de autoria de “uma jovem fiandeira”, que relatava as explorações sofridas pelos trabalhadores da referida fábrica. A jovem alegava que os trabalhadores e trabalhadoras operavam das 8 e meia às 5 da manhã, recebendo módicos 4\$000 por noite.

³⁵²Ibidem, p. 3, c. 3.

³⁵³A LEI Marcial è uma lei contra as massas trabalhadoras do Brazil. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 4, c. 1, 10 de novembro de 1931.

³⁵⁴Ibidem, p. 4, c. 1.

O único descanso ocorria à uma e meia da manhã, quando havia meia-hora “[...] para tomar uma canequinha de café com um pão de 100 réis”.

Não havia médico e o salário só era pago dez dias após o vencimento da quinzena, situação da qual o gerente se aproveitava para ganhar juros com empréstimos aos empregados, que pagavam 12\$000 por 10\$000 emprestados.

Eram mais de 200 operários só no período da noite, com maioria de mulheres jovens.³⁵⁵ Como soluções para se sair dessa situação, a jovem apontava o ingresso na União dos Operários em Fábricas de Tecidos, a organização de um comitê de fábrica, o envio de um delegado à Conferência Regional Sindical do Rio de Janeiro (que aconteceu no dia 1 de março), o prestígio à Confederação Geral do Trabalho e o comparecimento às manifestações de rua que seriam realizadas a 8 de março, “[...] o dia da Jornada Internacional das Mulheres Trabalhadoras!”³⁵⁶

Além disso, havia um artigo dedicado à causa feminina também nesta edição de 5 de março de 1931. No texto “8 de Março”, falava-se da importância da data, mas principalmente sobre as discrepâncias existentes entre o tratamento dado a homens e mulheres no trabalho. Dizia-se, por exemplo, que as mulheres faziam o mesmo trabalho que os homens, mas ganhavam muito menos do que eles.

Os capitalistas utilizam a desorganização das mulheres e o seu atraso, para explorar-as melhor (como com os menores) contrapondo-as aos trabalhadores homens, substituindo-os pouco a pouco, porque as mulheres são pagas mais barato e mais fáceis de explorar.³⁵⁷

Aqui havia um uso da palavra “atraso” que não estava claro. Além disso havia a ideia de que as mulheres eram “mais fáceis de explorar”, porém não se explicava essa afirmação.

Segundo o artigo, só havia um país no mundo onde as mulheres tinham os mesmos direitos e obrigações que os homens: a União Soviética. Lá, as mulheres faziam parte do governo e ocupavam os mesmos cargos que os homens, sem diferenças de salário, com a proteção das leis sociais:

³⁵⁵UMA JOVEM FIANDEIRA. *Da Fabrica de Triagem*. A Classe Operaria. Rio de Janeiro, p. 3, c. 5, 5 de março de 1931.

³⁵⁶Ibidem, p. 4, c. 1-2.

³⁵⁷8 DE Março. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 5 de março de 1931.

[...] recebe, além de todas as conquistas proletárias (férias anuais, 7 horas de trabalho, seguros sociais, jubilações por conta do Estado) 2 meses de repouso antes e 2 meses depois do parto, ajuda para os filhos, casas para as mães, jardins, etc., tudo gratuito.³⁵⁸

Para que a situação das mulheres trabalhadoras do Brasil melhorasse, elas deveriam unir forças com os homens, realizando o contrário da divisão perpetrada pelos capitalistas, segundo o artigo. E isso seria feito através do ingresso nos sindicatos da Confederação Geral do Trabalho.³⁵⁹

De forma geral, o discurso do jornal *A Classe Operária*, como órgão de imprensa de um partido comunista, propunha em relação às mulheres algo que ia além do que o pensamento socialista pregava, por exemplo. Segundo Geof Eley, os socialistas em geral, reconheciam lutas legítimas para as mulheres, como a jornada de oito horas e a igualdade de salários. No entanto, os socialistas consideravam que as mulheres teriam como lugar preferencial a casa, e não o trabalho. Além disso, a mulher socialista ideal era considerada a arquiteta do “lar socialista”, sendo aquela que criaria filhos socialistas e compreenderia as aspirações do marido socialista.³⁶⁰

A questão sobre o lugar da mulher vinha de longa data, mas foi no século XIX que a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços chegou ao paroxismo, segundo Michelle Perrot. O lugar da mulher para o racionalismo daquele século era o conjunto formado pela maternidade e pela casa, sendo o trabalho assalariado apenas uma condição temporária.³⁶¹ Pode-se perceber que o peso de tal tema se fazia sentir sobre o pensamento da esquerda.

Outro exemplo disso era a reduzida participação das mulheres na vida sindical. Perrot indica que mais do que a falta de organização, entre o sindicalismo e as mulheres existia uma divergência a respeito das formas de intervenção e expressão, pois ainda no começo do século XX os homens eram vistos como mais “políticos”, enquanto as mulheres eram vistas como “folclóricas”, classificadas como “irresponsáveis” em suas atitudes de subversão.³⁶²

Como se pode perceber, essa vinculação restrita da mulher ao lar não era algo que pertencia à fala do órgão de imprensa do PCB. Portanto, neste sentido, a postura do jornal *A*

³⁵⁸ Ibidem, p. 2, c. 1.

³⁵⁹ Ibidem, p. 2, c. 2.

³⁶⁰ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. Tradução de Paulo César Castanheira. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2005, p. 133.

³⁶¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 186-187.

³⁶² Ibidem, p. 211-212.

Classe Operária em relação às mulheres significava um avanço em relação ao pensamento da própria esquerda das primeiras décadas do século XX.

Em relação às práticas da época, Paola Cappellin Giuliani esclarece que majoritariamente as péssimas condições de trabalho colocadas às mulheres eram ocultadas pela figura do *homem trabalhador*, levando as mulheres inclusive a não serem reconhecidas como parte da população economicamente ativa.³⁶³ Pode-se ver que o jornal *A Classe Operária* procurava escancarar essas condições.

No entanto, em comparação com as aparições dos outros atores para a aliança almejada pelo jornal, pode-se considerar reduzida a luz jogada sobre a questão feminina. Tema abordado por Maria Elena Bernardes, que expõe a invisibilidade a que até mesmo as mulheres dos militantes mais importantes do partido foram jogadas. Ela cita o caso de Rosa de Bittencourt, primeira mulher brasileira a se filiar ao PCB, em 1922, não mencionada por Astrojildo Pereira em seu livro sobre *A Formação do PCB*. Maria Elena Bernardes alega ter conseguido esta informação através de documentação reunida por Eloiza Felizardo Prestes, que organizou *dossiers* sobre a participação feminina no partido. Mas o detalhe principal é que o dado sobre Rosa foi fornecido pelo próprio Astrojildo Pereira. E a invisibilidade de Rosa se soma à própria invisibilidade de Laura Brandão, esposa de Octávio Brandão junto com as invisibilidades de outras mulheres, como no caso das esposas de Prestes e do próprio Astrojildo.³⁶⁴

Elena Bernardes argumenta que a questão da igualdade entre homens e mulheres era algo teoricamente “resolvido”, pois antes da fundação do PCB a imprensa anarquista já havia se preocupado com o problema. Portanto, segundo a autora, não seria anacrônico “cobrar” desses militantes o reconhecimento do papel feminino no partido.³⁶⁵

Como exemplo da amplitude de questões já discutidas pelos anarquistas anteriormente temos Maria Lacerda de Moura. Segundo Margareth Rago, além de criticar as relações de poder na vida cotidiana e questionar as desigualdades sociais e as hierarquias de gênero, os anarquistas condenavam também o casamento monogâmico e a imposição da virgindade para as mulheres. Maria Lacerda de Moura, como anarquista, também atacava o confinamento das mulheres à esfera doméstica e o culto da maternidade. Defendia a emancipação feminina, a não

³⁶³ GIULIANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 641.

³⁶⁴ BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade na política*. Campinas, SP: [s.n.], 1995. 211f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, p. 13-14.

³⁶⁵ *Ibidem*, p. 15.

obrigatoriedade da maternidade, o direito ao prazer sexual e o amor livre para as mulheres como valores contrapostos à modernidade burguesa.³⁶⁶

Portanto, apesar de não confinar as mulheres ao lar em seu discurso, com o ato do ocultamento das questões que envolviam a emancipação feminina, que o anarquismo já tinha como pauta, o jornal *A Classe Operária* reforçava de certa forma a invisibilidade das mulheres. O jornal acabava se concentrando nas questões concernentes às desigualdades de gênero no trabalho.

Este problema do ocultamento também aparecia no tipo de atenção dada ao problema dos negros e dos indígenas. Estariam estes dois elementos sendo tratados como os elementos do mundo colonial? Seria isso um resquício da própria forma como a Internacional classificava o Brasil na redação do jornal *A Classe Operária*?

Ao não dar espaço às identidades próprias de negros e indígenas estaria o PCB não dando chance à formulação de um pensamento próprio destes segmentos? Estaria também o jornal *A Classe Operária* silenciando a possibilidade de formulação daquilo que Walter Mignolo classificou como *pensamento de-colonial*? Funcionaria o discurso do PCB como uma explicação oficial da mesma forma que, por exemplo, França e Inglaterra procederam para incentivar as independências das colônias espanholas e portuguesas no século XIX, não deixando claro que talvez pudessem cair em um outro tipo de dominação?³⁶⁷

Teria o PCB incorporado, via Internacional Comunista, o sentimento de superioridade “natural” dos europeus, criado a partir da relação entre o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal?³⁶⁸

Apesar desses problemas, pode-se dizer que houve uma mudança na linha de aliança seguida pela propaganda do jornal *A Classe Operária*, que até 1929 pregava uma união entre trabalhadores e “pequena burguesia”, com uma menor importância para o campesinato, o que contrariava as diretrizes expressas no III Congresso do PCB, que enfatizava um peso maior para a classe camponesa. Pois como se verificou nestas edições de 1930 e 1931, havia uma ênfase inicial na aliança com os trabalhadores rurais e em seguida uma especificação dentro do

³⁶⁶ RAGO, Margareth. *Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 278-279.

³⁶⁷ MIGNOLO, Walter. *A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso*. In: Tabula Rasa, n. 8, Enero-junio 2008, p. 256-257. Disponível em: <http://revistatabularasa.org/numero-8/mignolo1.pdf>, último acesso em 16.11.2018.

³⁶⁸ QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005, p. 231. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>, último acesso em 16.11.2018.

conceito de aliança, que passou a explorar mais a propaganda em relação aos soldados e marinheiros, compreendidos por Brandão mais atrás como pertencentes ao proletariado. Mas a menção aos pequenos funcionários e aos pequenos comerciantes demonstrava que o partido não havia abandonado de todo o recurso à “pequena burguesia” em sua propaganda. Além disso, apareciam também palavras de ordem relacionadas às mulheres, aos índios e aos negros.

2.4.3 A posição em relação a Prestes

Na edição do dia 3 de julho de 1930 havia um texto que posicionava o Partido Comunista do Brasil em relação ao manifesto de Luiz Carlos Prestes publicado em maio daquele ano. O texto de Prestes era direcionado, segundo ele mesmo, ao proletariado das cidades, aos trabalhadores do campo, “à massa miserável do nosso sertão” e aos “revolucionários sinceros”.³⁶⁹

Prestes dizia no manifesto que muitos “sonhadores” haviam sido iludidos pela farsa eleitoral preparada pelos politiquinhos. Mais uma vez os interesses dos trabalhadores foram vilipendiados por uma campanha aparentemente democrática. Prestes afirmava que apesar de toda a “demagogia revolucionária” da Aliança Liberal, dentro desta não houve uma tendência que protestasse contra as perseguições sofridas pelas organizações proletárias durante o pleito eleitoral de março. O programa da Aliança Liberal não seria capaz de realizar a revolução brasileira, segundo Prestes. A troca de homens no poder, o voto secreto e as promessas de liberdade eleitoral não interessavam à maioria da população. E só com esta seria possível se realizar a revolução.³⁷⁰

Para dominar a minoria que governava o país seria necessária uma insurreição geral e consciente das mais amplas populações dos sertões e das cidades. A grande propriedade territorial e o imperialismo anglo-americano seriam as duas “vigas-mestras” contra as quais deveriam ser dirigidos os golpes dos revolucionários. O voto secreto ou o ensino obrigatório não seriam o remédio para solucionar os males advindos dos privilégios dos coronéis e chefes políticos.³⁷¹

Portanto, o verdadeiro governo a ser criado deveria surgir das forças das massas trabalhadoras das cidades e dos sertões, para Prestes. Um governo “[...] baseado nos conselhos

³⁶⁹ BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 197.

³⁷⁰ *Ibidem*, p. 197-198.

³⁷¹ *Ibidem*, p. 198-199.

de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros [...]”.³⁷² Seu texto tinha como local de publicação a cidade de Buenos Aires. No Brasil, o manifesto saiu pelo *Diário da Noite*, em São Paulo, 2ª edição do dia 29 de maio de 1930.

No texto do jornal *A Classe Operária*, “O Partido Comunista perante o manifesto de Luiz Carlos Prestes”, com data de junho de 1930 e assinatura do Presidium do PCB, transparecia uma visão de não espanto com as declarações do manifesto de Prestes. Tanto na denúncia sobre o papel da Aliança Liberal como agente do imperialismo quanto na questão do silêncio da Coluna Prestes a respeito da Aliança e de Mauricio de Lacerda, alegava-se no artigo que o PCB já havia alertado para esses problemas antes.

A posição de Prestes em seu manifesto apenas demonstraria o aprofundamento da marcha para a esquerda, o que poderia levar à revolução das massas urbanas e rurais.³⁷³

Essa marcha para a esquerda estava caracterizada dentro da própria Coluna Prestes, pois enquanto parte dos “pequenos burgueses” abraçava a reação, outra parte percebia que sem o apoio das massas não havia possibilidade de luta.³⁷⁴

Mas o ponto chave de crítica ao manifesto de Prestes tinha a ver com a questão da direção das forças para a revolução agrária e anti-imperialista, pois segundo o Presidium, o manifesto de Prestes não mencionava que aquela deveria se concentrar nas mãos do proletariado. Além disso, não citava que todo o poder devia ficar com o governo dos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros.³⁷⁵ No entanto, este último ponto da crítica parecia equivocado frente à leitura do manifesto de Prestes, que mencionava a ideia dos referidos conselhos.

Assim, o Presidium justificava sua posição de aversão em relação a Prestes, avaliando sua possível volta ao “jogo da Aliança e do imperialismo”, devido às vacilações da Coluna Prestes.

Se, na luta revolucionária das massas, os elementos esquerdistas da Coluna Prestes passarem das palavras aos factos concretos, aceitaremos a aliança com esses elementos, mas continuaremos a criticá-los, explicando às massas o sentido de sua posição, confiando unicamente na luta das massas desconfiando da firmeza política dos chefes pequenos burgueses mesmo dos

³⁷² *Ibidem*, p. 200.

³⁷³ O PARTIDO Comunista perante o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 4, c. 1, 3 de julho de 1930.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 4, c. 2.

³⁷⁵ *Ibidem*, p. 4, c. 2.

mais esquerdistas, lutando por todos os meios pela hegemonia do proletariado na luta.³⁷⁶

Na edição do dia 19 de julho de 1930 a exposição da visão do partido sobre o manifesto de Prestes continuaria. Explicava-se que a qualificação de Prestes como “comunista” pelos jornais burgueses era uma reação do imperialismo yankee contra o manifesto de Prestes.³⁷⁷ Mas o partido não via Prestes como comunista:

Prestes está muito longe do comunismo. Não está ligado ao proletariado nem por suas lutas do passado, nem por sua origem social, nem por sua ideologia, nem por seu programma. Seu programma, não somente não vai além da revolução agrária, como ainda nada diz sobre a questão mais importante: como realizar essa revolução agrária.³⁷⁸

Apesar de reconhecer a necessidade de luta ao lado dos operários e camponeses para a tomada e nacionalização da terra e a organização da luta em conselhos de operários e camponeses, Prestes não reconhecia o fator principal, segundo o artigo: o de que só os operários e camponeses poderiam realizar a revolução. Realizar uma aliança com a luta dos generais revolucionários seria levar a revolução ao caminho dos compromissos e concessões.³⁷⁹

E Prestes não teria rompido realmente com os diversos grupos da Aliança Liberal nem com “[...] os agentes do imperialismo infiltrados na Columna”.³⁸⁰ Compreender o papel reacionário da burguesia e dos proprietários de terra não era o bastante. Também era preciso reconhecer o proletariado como o único dirigente da revolução agrária.

Dessa forma, colocava-se a questão:

Os exemplos do México e do Chile são bastante instructivos: Quem marcha á frente da revolução agrária no Brasil: o proletariado ou a pequena burguesia; o Partido Comunista ou os generaes revolucionarios? Sem uma resposta inequívoca a estas perguntas, todas as declarações ‘esquerdistas’ sobre a revolução agrária não passam de phraseologia revolucionaria.³⁸¹

³⁷⁶ Ibidem, p. 4, c. 4.

³⁷⁷ O PARTIDO Comunista e o manifesto de Luiz Carlos Prestes. *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 1, c. 4-5, 19 de julho de 1930.

³⁷⁸ Ibidem, p. 2, c. 1.

³⁷⁹ Ibidem, p. 2, c. 1.

³⁸⁰ Ibidem, p. 2, c. 2.

³⁸¹ Ibidem, p. 2, c. 2.

Portanto, o órgão de imprensa do PCB mantinha distância em relação a Prestes naquele momento.

A edição do dia 5 de março de 1931 traria mais uma vez a posição do partido quanto ao ex-líder tenentista. No artigo “Novos golpes reaccionarios se preparam!” se dizia o seguinte sobre Prestes:

Luiz Carlos Prestes, por sua vez, que anda fazendo uma obra de desagregação do Partido Communista, dizendo-se communista e lançando manifestos com phraseologia communista, ao lado deste trabalho de sapa, está, também, preparando o seu golpe, afim de enganar as massas operarias e camponezas que se orientam e querem lutar sob a bandeira do Partido Communista.³⁸²

Assim, mostrava-se uma aversão ao papel de Luiz Carlos Prestes, visto aqui como uma figura que defendia o comunismo apenas na aparência.

³⁸²NOVOS golpes reaccionarios se preparam! *A Classe Operaria*. Rio de Janeiro, p. 1, c. 3, 5 de março de 1931.

3 ENTRE INIMIGOS E ALIADOS: O DEBATE SOBRE A FRENTE ÚNICA NO JORNAL *A CLASSE OPERÁRIA*

Neste capítulo, pretende-se mostrar como a ideia de aliança de classes ganhou mais amplitude, com a “inclusão” de novos elementos (soldados, marinheiros, negros, indígenas, imigrantes, entre outros) a partir do momento em que a onda do “obreirismo” dentro do partido se enfraqueceu. Teria lugar aquilo que Heitor Ferreira Lima chamaria de “aventureirismo”. Era uma expressão utilizada como referência a “Miranda” (Antonio Maciel Bonfim), que segundo Heitor Ferreira Lima exercia um poder de domínio claro sobre o Bureau Político entre os anos de 1934 e 1935. “Miranda” era apontado como alguém com a especialidade de manter contato principalmente com militares e intelectuais insatisfeitos, mas sem a preocupação com o reforço do Partido junto à massa operária. Segundo Heitor, “Miranda” apresentava exuberância na fala, mas sem consistência.³⁸³ Foi a época em que também ingressaram na direção do partido elementos como “Martins” (Honório de Freitas Guimarães) e “Bangu” (Lauro Reginaldo da Rocha). “Miranda” já tinha ingressado no partido desde junho de 1932.³⁸⁴ Neste período, o PCB recebeu um significativo ingresso de capitães e tenentes.³⁸⁵

Aqui cabe apresentar pequenas biografias a respeito de “Miranda” e de “Bangú”, posto que os dois teriam papel de destaque no jornal *A Classe Operária* em alguns números.

“Miranda”, nascido em 10 de fevereiro de 1905, em Iará (BA) era filho dos camponeses João Matos de Bonfim e Maria Maciel de Bonfim. Fez seu curso secundário em uma escola de religiosos. Foi professor da Companhia de Petróleo Anglo-Mexicana e secretário da Liga de Ação Revolucionária (LAR) na Bahia, organização liderada por Luiz Carlos Prestes. Preso em 1932 na Bahia, conseguiu fugir da deportação para o Uruguai quando passava pelo Paraná. Neste período tentou aproximação com os comunistas, mas sem sucesso. Preso novamente ainda em 1932, no estado do Paraná, foi encaminhado à Colônia Correccional Dois Rios, no Rio de Janeiro. Lá, conseguiu aos poucos a confiança dos comunistas presos e com eles conseguiu fugir ao final de novembro de 1932. Ao ter uma participação de destaque em curso oferecido pelo Bureau Sul-Americano da IC (BSA-IC) nos primeiros meses de 1933, “Miranda”, já integrado ao PCB, acabou sendo cooptado a fazer parte do Comitê Central (CC) da organização.

³⁸³ LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*: [memórias de militância]. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 173.

³⁸⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *O Brasil republicano*. V. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10).

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 459.

Além do pseudônimo “Miranda”, Antonio Maciel Bonfim também adotou outros nomes, como Adalberto de Andrade Fernandes, Américo de Carvalho, Américo, Queirós e Tavares. Neste período, quando Lauro Reginaldo Rocha, o “Bangú”, eleito secretário geral precisou se afastar por motivos de doença, foi “Miranda” o escolhido como substituto. Na Conferência Nacional do partido em meados de 1934, “Miranda” foi oficializado como secretário-geral. Era o responsável pelo contato do PCB com os militares tenentistas. Teve ligações com a ANL em 1935 e foi um dos principais mentores da tentativa de revolta no Rio de Janeiro em novembro de 1935.³⁸⁶

Lauro Reginaldo da Rocha, o “Bangú”, nascido em Mossoró (RN), no dia 17 de agosto de 1908, era filho de Manuel Joaquim da Rocha e Luísa Perciliana da Rocha. Tinha oito irmãos. Travou contato com o socialismo na Escola Paulo de Albuquerque, onde seu irmão Raimundo era professor. Militava na Liga Operária enquanto trabalhava nas fábricas de cigarros da região, em 1923. Foi preso a primeira vez neste período, acusado de ser um dos organizadores da greve na estrada de ferro em Natal. Tornou-se professor em 1925. Além de exercer a profissão, também colaborou com jornais do Norte e do Sul do país. Também fundou sindicatos, como o dos Operários Salineiros do Rio Grande do Norte, em Mossoró. Em 1930, após rápida passagem por Fortaleza, Lauro se alistou no 29º Batalhão de Caçadores de Natal, quando da eclosão da “Revolução de 30”. Neste momento, foi preso sob a acusação de “comunismo”. Após liberto, pouco tempo depois, tornou-se membro regional do PCB, com a função de secretário de agitação e propaganda. Em 1932, foi deportado para o Rio de Janeiro sob as ordens repressoras de João Café Filho. Após um período preso na Colônia Correccional Dois Rios, acabaria participando e se destacando no curso promovido pelo Bureau Sul-Americano da IC nos primeiros meses de 1933. Logo depois, foi integrado ao Comitê Central do PCB. Eleito secretário-geral do partido, fora substituído por “Miranda” pouco antes da realização da I Conferência Nacional do Partido, em julho de 1934, por motivos de saúde, como dito mais acima. Nesta época utilizava outros nomes, como Lauro Reginaldo Teixeira, Simão e B. Após um período em Moscou, seria nomeado secretário de agitação e propaganda do partido em 1935. No mesmo ano participaria da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Durante os levantes de

³⁸⁶ Além disso, em 1936 fora preso junto com sua companheira Elvira Capelo Coroni (Elza Fernandes ou Garota). Após saber que depois de um período depois de solta, sua companheira Elvira fora assassinada pelos próprios comunistas, sob a acusação de ser informante da polícia, Miranda teria feito declarações comprometedoras sobre seus companheiros. “Miranda” sofrera com torturas na prisão, chegando a perder um rim. Foi solto apenas em 1945. Em Alagoinhas (BA), chegou a fundar um sindicato católico. Morreu no fim dos anos 40. Pesa sobre “Miranda” a acusação de que tenha sido um policial infiltrado, o que nunca foi confirmado.

Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bonfim-antonio-maciel>, último acesso em 24.11.2018.

novembro de 1935, “Bangú” foi encarregado de fazer a ligação entre o Rio de Janeiro e as sublevações de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Com o fracasso dos levantes, “Bangú” escapou da repressão e permaneceu como o mais relevante líder comunista no período em que os outros dirigentes haviam sido presos em sua maioria.³⁸⁷

Até 1933 ainda era possível enxergar o “obreirismo” em ação quando Leôncio Basbaum foi convocado para uma reunião do Comitê Central do PCB, acusado de exercer “influência pequeno-burguesa” sobre o Partido. O ataque a Basbaum foi dirigido por “Mauro”, “Miranda” e “Freitas”, trabalhador gráfico eleito como secretário-geral pela Conferência Nacional de novembro de 1932. Logo depois, Basbaum resolveu se afastar do Partido. Era sua “expulsão”, da qual ele só teve notícias dois anos depois, pois soube que Heitor Ferreira Lima e Mário Grazini também teriam o mesmo destino de ataques pelo Comitê Central.³⁸⁸

Porém, neste período compreendido entre 1932 e 1935, ao mesmo tempo em que ainda havia reflexos do “obreirismo” dentro do partido, havia uma viragem em que Prestes deixava de ser compreendido como elemento representante da aliança não pretendida com a “pequena burguesia” para se tornar o representante da aliança mais ampla encabeçada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora). O jornal *A Classe Operária* foi campo de exposição dessa ideia de aliança maior, que chegará a abarcar até mesmo um discurso voltado para elementos díspares como os cangaceiros, os intelectuais e a “massa juvenil”.

No entanto, Prestes foi reconhecido primeiro pela Internacional Comunista, para depois ser aceito pelo PCB. O abandono da posição isolacionista da IC e a adesão à ideia das “Frentes Populares”, somados ao prestígio de Prestes, levaram a organização comunista a convidar o líder tenentista a uma visita à União Soviética em 1931. Lá se tornou amigo de Manuilsky³⁸⁹, bolchevique membro do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Prestes se tornou membro deste partido a convite de Manuilsky. O PCB só aceitaria Prestes em 1º de agosto de 1934. No entanto, houve resistência ao seu ingresso. Além disso, mesmo com

³⁸⁷ Cabe acrescentar que em 1937, “Bangú”, liderando o partido a partir de Salvador (BA) e Hermínio Sacheta, que dirigia o partido em São Paulo, tiveram um embate sobre a questão presidencial, “Bangú”, que apoiava a eleição de José Américo Almeida, candidato de Vargas, teve a preferência da Internacional, enquanto Sacheta apoiava Armando Sales de Oliveira. Sacheta e o comitê de São Paulo foram expulsos do partido. Em 1940, “Bangú” foi preso, torturado por 12 dias na Casa de Detenção e depois enviado à Ilha Grande, onde permaneceria até 1945. Depois de solto, acabou se afastando das atividades partidárias. Dedicou-se ao maquetismo, chegando a trabalhar com Oscar Niemeyer e Lúcio Costa na construção de Brasília. Morreu em 4 de abril de 1991. Teve quatro filhos com Adata da Câmara Rocha, sua esposa. Ver: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rocha-lauro-reginaldo-da>, último acesso em

25.11.2018.

³⁸⁸ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 143.

³⁸⁹ Dmitri Zajárovich Manuilsky, além de bolchevique desde 1903, era dirigente do Komintern, a Internacional Comunista, integrando-a desde 1924. Ver: <https://www.marxists.org/portugues/manuilsky/index.htm>, último acesso em 23.11.2018.

a condenação do “prestismo” pelo próprio Prestes, esta linha de pensamento ainda seria uma preocupação central para o Partido, pois significava, segundo Fernando Lacerda, a falta de confiança na força do proletariado e das massas camponesas para a luta contra o imperialismo e o “feudalismo”.³⁹⁰

O apoio a uma organização como a ANL, organização criada em março de 1935, seria reflexo da nova diretriz presente na Primeira Conferência Nacional do PCB, realizada entre 8 e 16 de julho de 1934, onde se formulou esta ideia de se alcançar mais tendências políticas.³⁹¹ Tal diretriz seria reforçada com o VII Congresso da IC, realizado em julho de 1935, em Moscou. A ideia era a aproximação dos comunistas com forças que pudessem fazer frente ao fascismo, como os socialistas e os radicais. Era a tática da frente única, formulada pelo dirigente búlgaro Georgi Dimitrov, que pregava a formação de coligações antifascistas.³⁹²

Dessa forma, para se verificar como essas ideias eram debatidas no jornal *A Classe Operária* serão utilizadas as edições do período entre novembro de 1932 e fevereiro de 1936.³⁹³

3.1 O aprofundamento da aliança de classes no Jornal *A Classe Operária*

A aliança de classes pretendida pelo jornal *A Classe Operária* parecia consolidar a ideia de união com os negros e índios, como já ocorria esporadicamente nas edições até o ano de 1931.

Em um texto em que se tinha como tema a crítica à Constituinte que seria realizada no ano de 1933, após a concessão de Vargas com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, afirmava-se que só a direção do proletariado em aliança com a massa camponesa, com os negros e com os índios escravos e semi-escravos poderia atender às reivindicações como: o direito ao pão; ao salário; à liberdade dos presos e perseguidos proletários; direito de reunião; direito de greve; liberdade de imprensa sem coação burguesa,

³⁹⁰PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 158-159.

³⁹¹MANIFESTO da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, á massa camponesa, aos soldados e marinheiros, ás nacionalidades e minorias nacionaes escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 7, c. 4-5, 1 de Agosto de 1934.

³⁹²RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *O Brasil republicano*. V. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 445-446.

³⁹³Edições do jornal: novembro de 1932 (sem dia especificado); 1 de agosto de 1934; 23 de agosto de 1934; 12 de setembro de 1934; 3 de outubro de 1934; 11 de março de 1935; 16 de março de 1935; 23 de março de 1935; 10 de abril de 1935; 1 de maio de 1935; 20 de junho de 1935; Setembro de 1935 (sem dia especificado); 19 de outubro de 1935; Fevereiro de 1936.

policial ou governamental; direito à terra; expulsão dos capitalistas estrangeiros; anulação das dívidas externas e internas; tomada do poder e dos meios de produção.³⁹⁴

Para o grupo redator do jornal, tais reivindicações não seriam “[...] nunca obra da constituinte ou de constituições, leis ou decretos dos feudaes-burguezes no poder ou na oposição [...]”.³⁹⁵

E àqueles que defendiam a “constituinte feudal-burgueza” como melhor do que a ditadura vigente, o proletariado

[...] responde com Lenine: UMA REPUBLICA SOVIETICA OPERARIA E CAMPONEZA, COM AMPLA LIBERDADE E DIREITO DAS MASSAS NEGRAS, INDIGENAS E MINORIAS NACIONAES OPRIMIDAS DE DISPOREM DE SI MESMAS, É SUPERIOR A TODAS AS CONSTITUINTES E CONSTITUIÇÕES FEUDAES-BURGUEZAS E PEQUENO-BURGUEZAS.³⁹⁶³⁹⁷

Em outro artigo da mesma edição se reforçava essa ideia de união com os negros e índios. No texto onde se criticava o envolvimento de Brasil e Argentina na Guerra do Chaco, iniciada em 1932 entre Bolívia e Paraguai³⁹⁸, pedia-se a fraternidade com os operários, camponeses, índios e negros de todos os países. Exortava-se para a luta contra os fazendeiros, estancieiros e capitalistas do Brasil. Que não se fornecesse homens, armas, café, açúcar, carnes, madeira, mate ou frutas aos capitalistas.³⁹⁹

Chama a atenção o subtítulo, que traz o pedido de união entre proletários, camponeses, índios, negros, soldados, marinheiros, pequenos comerciantes e intelectuais.⁴⁰⁰

Na edição de 1 de agosto de 1934, o Manifesto da 1ª Conferência Nacional do PCB trazia uma quantidade maior ainda de categorias abarcadas como público alvo: ferroviários; marítimos; operários da indústria têxtil; “operários das empresas imperialistas de transportes urbanos”; “operários de todo o paiz e de todas as industrias”; assalariados agrícolas; colonos; moradores; foreiros; arrendatários das fazendas de café, das usinas de açúcar, das plantações de

³⁹⁴A CONSTITUINTE dos Fazendeiros, Capitalistas e Chefes Militares será uma Arma a mais para Eternizar a Miséria e a Opressão das Massas e a Preparar a Guerra. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1-2, novembro de 1932.

³⁹⁵Ibidem, p. 3, c. 2.

³⁹⁶Ibidem, ibidem.

³⁹⁷Em letras maiúsculas no original.

³⁹⁸Guerra que se estenderia até 1935.

³⁹⁹LUTEMOS Contra a Guerra Inter-Imperialista e Anti-Sovietica! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 3, novembro de 1932.

⁴⁰⁰Ibidem, p. 1, c. 1.

borracha, de cacau, de mate e de algodão; vaqueiros; cangaceiros e coiteiros; pobres; camponeses; soldados e marinheiros; estudantes e intelectuais pobres; pequenos e médios proprietários e comerciantes urbanos e rurais; funcionários públicos e particulares; desempregados e flagelados.⁴⁰¹ Dessa forma, eram conclamadas à luta diversas categorias, o que ia além do proletariado, contra os proprietários nacionais e estrangeiros, para transformar o sistema vigente.

Conclamavam-se as seguintes categorias para que continuassem suas greves: os ferroviários da Central, da Leopoldina, da São Paulo Railway, da Sorocabana, da Paulista, da Oeste de Minas, da Este Brasileira; os marítimos, os tecelões, chauffeurs; operários da Light do Rio Grande do Sul, da City de Santos e os telegrafistas.⁴⁰²

Protestava-se contra a dupla opressão e exploração dos negros e dos índios. Na visão predominante na Conferência, negros e índios eram escravizados como classe e como “nacionalidades” e as camarilhas dominantes os exploravam baseadas no critério racial, como se observa na citação a seguir:

Todos os direitos politicos, economicos, culturaes e sociaes nos são negados e usurpados. Vossas terras são roubadas. Vos pagam menores salários. Vos impõem toda sorte de salarios. Vos impõem toda sorte de humilhações. Vos negam o direito de dirigir vós mesmos os vossos destinos. Aos nossos irmãos índios, os feudal-burguezes e os imperialistas não dão nem o direito da maioria. São escravizados pelo serviço de “protecção” aos índios e pelas missões religiosas. Suas companheiras e filhas são roubadas para serem prostituídas, como acontece na Fordlandia e outros logares.⁴⁰³

Tal postura por parte do manifesto, no sentido do anti-racismo contrastava em parte com algo assinalado por Marly Vianna existente em algumas declarações de Octávio Brandão, que manifestava preconceitos étnicos. Na análise de Marly Vianna há uma associação entre o preconceito étnico e as limitações teóricas as quais o partido pudesse demonstrar. Segundo Vianna, os informes de Brandão misturavam traços positivistas com “[...] preconceitos

⁴⁰¹ MANIFESTO da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, á massa camponesa, aos soldados e marinheiros, ás nacionalidades e minorias nacionaes escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 1, 1 de agosto de 1934.

⁴⁰² *Ibidem*, p. 2, c. 5.

⁴⁰³ *Ibidem*, p. 7, c. 2.

estranhos a um partido comunista”.⁴⁰⁴ Como por exemplo um trecho onde ele dizia que os mulatos não tinham moral, firmeza nem caráter.⁴⁰⁵ Não obstante as posições de Brandão significarem de fato demonstrações de preconceito racial, não se pode dizer que o partido como um todo não apresentasse outras visões a respeito da questão, como se pode ver no manifesto da Conferência Nacional do PCB exposto no jornal *A Classe Operária*.

No texto do Manifesto, afirmava-se que o proletariado, os camponeses de todas as nacionalidades e o Partido Comunista ajudariam negros e índios na luta pela devolução de suas terras usurpadas, pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais e até mesmo pela constituição de governos próprios separados do governo federal e dos governos estaduais, “[...] caminho pelo qual vós podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios”.⁴⁰⁶

Não havia muita clareza sobre que terras seriam devolvidas aos negros. Este trecho parecia mais uma generalização com tentativa de aglutinar negros e índios como se fossem um todo homogêneo. Não se dava ênfase às especificidades.

Quanto aos trabalhadores nordestinos, também havia o apoio para que pudessem formar sua própria “nacionalidade”, com costumes, língua e autonomia, inclusive com a garantia de que se constituíssem em nação com governo próprio.⁴⁰⁷

Mas de forma similar ao caso de negros e índios, não eram feitas especificações. Como por exemplo a questão da língua. Qual seria a “língua” dos nordestinos? O manifesto não deixava claro.

Mais adiante, o jornal declarava que o Governo Operário e Camponês daria amplo apoio direto para que as massas oprimidas dispusessem de si mesmas, inclusive com o direito de separação. Além disso, o Governo Operário e Camponês garantiria todos os direitos econômicos, políticos e culturais às “minorias nacionais”. Por fim,

[...] o Governo Operario e Camponez lutar  pela mais ampla e consentida união de todas as nacionalidades no Brasil em marcha para a futura União das Republicas Sovieticas de brancos, negros e  ndios.⁴⁰⁸

⁴⁰⁴ VIANNA, Marly de A. G. *Os Primeiros Anos do PCB e a Internacional Comunista*, p. 10. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Marly%20Vianna.pdf, último acesso em 22.11.2018.

⁴⁰⁵ *Ibidem*, p. 11.

⁴⁰⁶ MANIFESTO da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado,   massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionaes escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 7, c. 2, 1 de agosto de 1934.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 7, c. 2-3.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p. 7, c. 4.

Por fim, o texto convocava outras tendências políticas à união. São mencionados os operários evolucionistas, integralistas, anarquistas, socialistas e patrianovistas. Pedia-se a formação de amplos comitês de frente única de luta contra a reação, a guerra imperialista e por melhores condições de vida e de trabalho.⁴⁰⁹ Aqui, fica o questionamento: como o Manifesto poderia sustentar uma ideia de união com os integralistas, se este grupo tinha uma posição contrária aos comunistas? Assim como união com os patrianovistas, que eram um grupo monarquista?

Em 23 de agosto de 1934, o jornal trazia um artigo sobre a posição do PCB frente às eleições que se realizariam no mesmo ano. Falava-se em uma “aliança de ferro”. O PCB exortava o proletariado para que construísse e consolidasse essa aliança com os camponeses, massas populares, soldados, marinheiros, nacionalidades, “gentes de cor” oprimidas, estudantes e intelectuais revolucionários. Depois, seria necessário o estreitamento dos laços da luta proletária com a luta dos trabalhadores do campo através de seu programa de ação. Esses trabalhadores seriam: os assalariados agrícolas “camaradas”, colonos, “camas de vara”, retireiros, posseiros, usineiros, terceiros, arrendatários, moradores, vaqueiros, pequenos e médios agricultores.⁴¹⁰

Era preciso criar comitês de frente única nos próprios locais de trabalho, segundo o jornal. Esses comitês reuniriam a maioria das massas trabalhadoras

[...] sem indagar se sabem ler ou escrever, sem se informar da côr que têm, preto, mulato, caboclo ou branco, sem levar em conta se são estrangeiros ou nacionaes, realizarão a *verdadeira democracia*, em opposição á infame tapeação da nova eleição, que se fará nas costas da grande massa popular, excluída do voto.⁴¹¹

Recrudescendo nessa ideia de frente cada vez mais ampla, o jornal *A Classe Operária* chegou a abordar especificamente a possibilidade de aliança com os cangaceiros. Em um artigo da edição de 12 de setembro de 1934, defendia-se Lampião. Este já teria ocupado diversas cidades, ao mesmo tempo em que os assalariados, semi-assalariados agrícolas e camponeses

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 7, c. 4-5.

⁴¹⁰ A POSIÇÃO do P.C.B. frente às eleições: Intensificar as lutas por pão, terra e liberdade, ligando-as ás lutas pela existencia legal do Partido Comunista e de todas as demais organizações revolucionarias e á luta pelo poder dos operarios e camponezes. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 2-3, 23 de agosto de 1934.

⁴¹¹ Ibidem, p. 3, c. 2.

pobres se manifestavam através da queima de canaviais, da arrancada de trilhos das ferrovias e da apresentação de reivindicações como aumento de salários e a restituição de suas terras roubadas. Como reação, os “feudais”, burgueses e imperialistas caluniavam os cangaceiros e exigiam a intensificação da repressão ao “banditismo”.⁴¹²

O artigo denunciava a fala do deputado Zoroastro Gouveia⁴¹³, “socialisteiro”, como de pleno acordo com as posições dos feudais e burgueses a respeito dos cangaceiros. Isto porque o referido deputado teria afirmado que “Dolfuss era o Lampeão da Áustria”, isto é, Zoroastro classificava Dolfuss⁴¹⁴ como “bandido”, da mesma forma que se fazia com o cangaço.⁴¹⁵

Na visão do artigo, o cangaço era uma forma primitiva de luta, isto é, anárquica. No entanto, apesar de não aprovar tal método de luta, os comunistas reconheciam o caráter do movimento com o objetivo de elevar essa luta ao nível da organização pela “[...] tomada violenta das terras e sua distribuição pelos camponeses laboriosos, bem como pela restituição das terras roubadas aos índios, etc”.⁴¹⁶

Sobre o cangaço, faz-se importante trazer à tona as reflexões de Eric Hobsbawm em seu estudo sobre o banditismo social, que o historiador considera um fenômeno mundial e quase sem mutações, posto que é um protesto específico de cada localidade contra o domínio dos ricos e opressores e contra a miséria. O banditismo, para Hobsbawm, significa uma revanche contra os poderosos. Este fenômeno só se torna epidêmico quando uma sociedade camponesa sofre uma situação de ruptura anormal. Hobsbawm considera que mesmo quando em sua forma mais desenvolvida, entretanto, há pouca eficiência do banditismo social.⁴¹⁷

Ainda segundo Hobsbawm, pelas convenções locais, a ação do bandido social não é considerada criminosa, mas o é pelo Estado ou governantes próximos.⁴¹⁸

A proteção local de que o bandido social goza só pode existir se ele não é considerado culpado pela população local. Daí a naturalidade da proteção que recebe como uma vítima ou um herói.⁴¹⁹

⁴¹²CRESCER as lutas camponesas no Nordeste! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1, 12 de setembro de 1934.

⁴¹³Zoroastro Gouveia a esta altura era membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Notabilizou-se por ser um dos três membros do partido eleitos para a Assembleia Constituinte de 1933 por São Paulo. Antes havia sido membro do Partido Democrático (PD).

⁴¹⁴Engelbert Dolfuss, chanceler austríaco entre os anos de 1932 e 1934.

⁴¹⁵CRESCER as lutas camponesas no Nordeste! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1-2, 12 de setembro de 1934.

⁴¹⁶Ibidem, p. 3, c. 2.

⁴¹⁷HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 15.

⁴¹⁸Ibidem, p. 24.

⁴¹⁹Ibidem, p. 25.

O banditismo, na sua interpretação, ocorre em sociedades rurais, que apesar de conhecerem as divisões entre ricos e pobres e entre governantes e governados, são de estrutura pré-capitalista.⁴²⁰

Hobsbawm não considera o banditismo social como algo revolucionário. Em lugar disso, é um protesto contra a pobreza copiosa. Os bandidos sociais em sua visão não pretendem refundar a sociedade sobre a base da igualdade, mas apenas corrigir algumas injustiças e demonstrar que a opressão não é irreversível.⁴²¹

Luiz Bernardo Pericás concorda com o fato de que há similaridades do cangaço com o banditismo rural no mundo, como a vingança e a proteção a bandidos, porém existem

[...] elementos conjunturais e estruturais que dão ao fenômeno características culturais muito particulares como a indumentária, a linguagem, as táticas de guerrilha, as relações com as mulheres, com os sertanejos, com os fazendeiros e com a polícia, que, mesmo com possíveis semelhanças com casos análogos em outros países, só podem ser entendidas plenamente dentro do próprio processo evolutivo histórico do Sertão e Agreste nordestinos.⁴²²

Pericás enxerga lacunas na teoria do “banditismo social” de Hobsbawm quando se lida com o cangaço. Segundo Pericás, o modelo universalizante de Hobsbawm apresenta pouca base documental para tratar dos cangaceiros. Os exemplos tirados das lendas e do “folclore popular”, que são idealizações dos personagens do cangaço, não são confiáveis para se conhecer a realidade do cangaço, pois carregam fortemente os anseios e preconceitos de seus autores. Por isso a necessidade de se realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre esse fenômeno histórico e suas especificidades.⁴²³

E desta forma é que se pode realizar uma comparação do que se dizia a respeito do cangaço no jornal *A Classe Operária* com a descrição histórica empreendida por Pericás. Em um artigo assinado por Mauro, datado de janeiro de 1935 e tendo como localização Recife, o militante chamava a atenção para a intensa campanha do jornal “A Cidade”, órgão da usina Tiuma, contra a luta dos flagelados, isto é, assalariados, semi assalariados agrícolas e

⁴²⁰ Ibidem, p. 31.

⁴²¹ Ibidem, p. 32-33.

⁴²² PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros*: ensaio de interpretação histórica. São Paulo: Boitempo, 2010, p.

18. ⁴²³ Ibidem, p. 25-26.

camponeses nordestinos. A posição do jornal “A Classe Operaria” a respeito do cangaço era a de que este

[...] é a expressão, embora primitiva, isolada e anárquica, da revolta camponesa contra o banditismo feudal-burguez escravagista dos grandes latifundiários, dos coroneis e das empresas imperialistas a que estão sujeitas as populações do Brasil, sobretudo as populações sertanejas do Norte a Nordeste [...]⁴²⁴.

Quanto mais a crise se agravava, aumentava a fome, a miséria e o desemprego. Havia além disso, a coincidência das secas. Esses fatores combinados despertavam uma simpatia crescente pelas guerrilhas dos cangaceiros entre as camadas camponesas pobres e médias (referidas aqui como os “coiteiros”) e os assalariados agrícolas.⁴²⁵

A essa idealização do jornal *A Classe Operária* a respeito dos cangaceiros é possível se contrapor alguns argumentos. Um deles é o de que os cangaceiros faziam acordos com os líderes políticos. Pericás cita o encontro de Virgulino Ferreira, o Lampião, com o ‘coronel’ João Gonçalves de Sá, em dezembro de 1928. À época, Gonçalves de Sá era deputado estadual, sendo um importante político de Jeremoabo, Bahia. O acordo selado entre os dois previa que Lampião respeitasse as vinte fazendas do ‘coronel’ e intercedesse para ajudar na compra de fazendas que este desejasse em troca da proteção do bandoleiro pelo ‘coronel’.⁴²⁶

Outro exemplo era a amizade entre Virgulino e o ‘coronel’ Petronilo de Alcântara Reis, em Santo Antônio da Glória, também na Bahia. Os dois compraram várias fazendas em regime de sociedade no mesmo ano de 1928.⁴²⁷

E sobre como Lampião encarava a relação com os mais pobres, Pericás cita o massacre de nove peões que construíam uma rodovia entre Juazeiro e Santo Antônio da Glória, em 18 de outubro de 1929, deixando seu ódio pelo governo falar mais alto do que a compaixão pelos trabalhadores pobres. Outro exemplo foi o ataque ao barracão da empresa que continuava a construção da mesma estrada, mas desta vez a alguns quilômetros de Patamuté. Um rapaz que levava alimentos para seus companheiros foi assassinado enquanto o resto dos operários fugira. O intuito provável do ataque era roubar o dinheiro que serviria para pagamento daqueles

⁴²⁴ MAURO. **As heroicas lutas das massas camponesas nordestinas contra a exploração e a opressão de que são vítimas.** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, 11 de março de 1935.

⁴²⁵ Ibidem, ibidem.

⁴²⁶ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica.* São Paulo: Boitempo, 2010, p.

35.
⁴²⁷ Ibidem, ibidem.

trabalhadores. Pericás contrapõe Virgulino a Jesuíno Brilhante, pois este distribuía alimentos aos que mais precisavam.⁴²⁸

Não havia identidade de classe entre os cangaceiros e a população mais pobre, segundo Pericás. Defender os seus próprios interesses era o que mais costumavam fazer os cangaceiros, formavam vínculos com os poderosos e se preciso agrediam os mais pobres. Quando Lampião distribuía dinheiro, era para sua própria publicidade.⁴²⁹

Desta forma, aquilo que o jornal *A Classe Operária* tentava estabelecer sobre os cangaceiros, como guerreiros a serem abarcados pela ideia de aliança de classes, não condizia com as condições e objetivos dos próprios bandoleiros. Os militantes de *A Classe Operária* enxergavam uma potencialidade revolucionária nos cangaceiros, devido ao seu espírito rebelde e a experiência no uso das armas, apesar de não aceitarem inteiramente suas ações. Talvez Paulo Sérgio Ribeiro tenha a explicação para a superestimação dos cangaceiros pelos comunistas: estes reduziam os primeiros ao formalismo de sua tática de combate, isto é, a “guerrilha”. No entanto, segundo Pinheiro, os cangaceiros não apenas roubavam dos ricos para dar aos pobres, mas também poderiam voltar suas armas contra os pobres ao auxiliarem os mais ricos. Os cangaceiros poderiam se tornar contra revolucionários.⁴³⁰

Voltando-se à edição do dia 12 de setembro de 1934, pode-se perceber que um artigo tratava da luta dos índios contra os senhores de terras e o governo no Pará. Mais especificamente, jogava luz sobre o anúncio feito pelo bispo frei Sebastião Thomaz a respeito de um tratado com os índios Tuchanas, em Belém. O acordo previa que os índios não mais agrediriam as povoações e cidades vizinhas e em troca o município lhes forneceria “[...] uma zona de terras, com matas, e rios, seringaes e castanhaes, onde possam ter direito livre de caça, pesca e lavoura”.⁴³¹

O “pacto de não agressão” assinado era o reconhecimento de que os índios formavam uma nação forte, o que forçava a Igreja e o governo “feudal-burguês” a assinarem tratados dessa natureza, segundo o artigo.⁴³²

O jornal considerava este fato como mais uma vitória da linha preconizada pelo Partido Comunista aos oprimidos. “Não é uma ‘caridade’ do bispo ou do governo”. Mas se pedia cautela a esses “índios”, pois só queriam lhes fornecer aquelas terras por dois anos. Era

⁴²⁸ Ibidem, p. 37-38.

⁴²⁹ Ibidem, p. 38-39.

⁴³⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 276.

⁴³¹ O VALENTE despertar dos índios oprimidos! *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 3, 12 de setembro de 1934.

⁴³² Ibidem, ibidem.

necessário que se unissem a outros indígenas, aos trabalhadores oprimidos brancos, negros ou mestiços e retomassem

[...] toda a terra que lhes foi roubada, e nelas formem seus Estados próprios, independentes, separados de quaisquer Estados, com sua língua, seus costumes, sua religião, suas escolhas próprias.⁴³³

Na mesma edição, em um artigo assinado por Miranda, havia uma ideia de como o Partido encarava a ideia do arco da aliança dos trabalhadores naquela altura: “Camaradas camponeses, camaradas índios, camaradas negros, trabalhadores nos campos do Brasil – que geito dar em nossa vida de tanta miséria?”⁴³⁴

Mais à frente, outro trecho revela algo além das alianças: “Em, todos os Estados do Brasil ha camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos nas fazendas e usinas que querem pegar em armas”.⁴³⁵

Portanto, aparecia a ideia de se empreender uma ação armada.

Sobre os cangaceiros, o artigo sustentava que o governo não tinha como enfrentá-los. Ainda afirmava: “[...] nós arrastaremos connosco os cangaceiros, lhes ensinaremos a lutar melhor e a não praticar certos actos de revolta que dão armas ao Governo para envenenar a população contra os cangaceiros”.⁴³⁶

Ainda na mesma coluna, dizia-se que seriam eleitos Sovietes por todos os camponeses, índios, negros, mestiços, brancos, “[...] todos os trabalhadores, saibam ou não lêr”.⁴³⁷

Sobre o Exército e a Marinha do Brasil, Miranda declarava que estes, “[...] fraternizarão connosco. Nos darão armas e munições, não serão os algozes do Povo do Brasil em defeza dos imperialistas estrangeiros e dos senhores de terra”.⁴³⁸ E se soldados e marinheiros tráissem o movimento, ainda assim os trabalhadores apelariam a eles e os que insistissem nesse sentido seriam odiados e repudiados.

Esse discurso voltado aos militares era fruto do período que o PCB vivia. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, a partir de 1934, com a conversão de Prestes ao comunismo, houve

⁴³³ Ibidem, ibidem.

⁴³⁴ MIRANDA. **Lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil.** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 1-4, 11 de março de 1935.

⁴³⁵ Ibidem, ibidem.

⁴³⁶ Ibidem, p. 1, c. 3.

⁴³⁷ Ibidem, ibidem.

⁴³⁸ Ibidem, ibidem.

também uma mudança do PCB em relação aos ex-tenentes.⁴³⁹ Pois de acordo com o autor, se nos anos 20 as origens dos militantes do PCB provinham das camadas intelectuais (principalmente professores e jornalistas) e do profissionalismo liberal (médicos e advogados), em meados dos anos 30, um grande número de militares ingressaria no partido. No entanto, houve grande influência da ideologia comunista sobre tenentes, capitães, sargentos e cabos, mas não sobre os soldados rasos. Rodrigues cita diversos oficiais que ingressaram no partido: Agildo Barata, Agliberto Vieira de Azevedo, os irmãos Silo e Ivo Soares Furtado de Meireles, Moésias Rolim, Roberto Alberto Bomilcar Besouchet, Trifino Correia, Henrique Oest, Carlos da Costa Leite, Ivan Ribeiro, Antônio Carlos Bento Tourinho, Apolônio de Carvalho, Dinarco Reis, Sócrates Gonçalves da Silva, Álvaro de Souza, Lamartine Correia de Oliveira e Francisco Antônio Leivas Otero foram alguns dos nomes. O autor indica que estes militares tinham origens em famílias tradicionais empobrecidas, mais até do que as famílias dos civis ingressantes no partido.⁴⁴⁰

Leôncio Martins Rodrigues explica alguns aspectos que influenciavam a aproximação entre o PCB e os tenentes e capitães. Além da origem social parecida, a das famílias tradicionais em decadência, também havia a questão da origem regional. Segundo o autor, a região Nordeste e o estado do Rio Grande do Sul forneciam o maior número de contingentes para o oficialato, assim como para o PCB.⁴⁴¹

Além disso, Rodrigues também levanta o dado de que a média dos tenentes no oficialato entre 1889 e 1929 foi sempre de 65% do total. Juntos, capitães e tenentes representavam 87% do oficialato em 1929. Em termos de comparação, no ano de 1972 a proporção de tenentes entre os oficiais era de 13% e de capitães, 37%.⁴⁴²

Essa simpatia entre PCB e tenentes pode ser explicada com ajuda do raciocínio de Nelson Werneck Sodré. Os tenentes significavam a representação da renovação e do sentido inconformista contra o latifúndio. O tenentismo significava o combate do aparelho militar contra o poder dominado pelo latifúndio a partir da Coluna Prestes.⁴⁴³

Sodré argumenta que o tenentismo teve três etapas bem definidas. Na primeira delas, seus embates se revestiam tão somente de um aspecto de luta armada, preso basicamente aos quartéis. Na segunda delas, os tenentes passaram a se ligar às oposições regionais ou locais,

⁴³⁹RODRIGUES, Leôncio Martins. **O PCB: os dirigentes e a organização**. In: GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *O Brasil republicano*. V. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 440-441.

⁴⁴⁰Ibidem, p. 468-469.

⁴⁴¹Ibidem, p. 472.

⁴⁴²Ibidem, ibidem.

⁴⁴³SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 270.

vinculando-se a uma diversidade de forças militares e partidárias. E na terceira etapa, houve um vínculo com a oposição federal, com um caráter nacional, o que resultou na “Revolução de 30”.⁴⁴⁴

Paulo Ribeiro da Cunha, na introdução ao livro de Sodré, explica que para este, o Exército teve uma formação democrática, de modo que interviu para defender o progressismo diversas vezes na história brasileira.⁴⁴⁵ E para sustentar este ponto de vista, Cunha ressalta dois motes de Sodré na leitura desta relação entre democracia e militares. Um deles é a composição social do Exército, do qual o próprio Sodré fez parte. Era a “pequena burguesia” que compunha aquela instituição. Dessa forma, os jovens oriundos dessa origem social enxergavam o Exército como a única possibilidade de ascensão.⁴⁴⁶ O outro mote é o que se concentra nos momentos em que a instituição castrense esteve “ao lado do povo” na história, segundo Cunha: a campanha da abolição e a proclamação da República, o movimento tenentista, a campanha “O Petróleo é Nosso”, a posse de João Goulart, entre outros.⁴⁴⁷

Entretanto, talvez este fato da presença relevante dos tenentes no partido tenha criado a ilusão de que a maior parte do Exército e da Marinha pudessem ser conquistadas pelo PCB. Como se vê, os tenentes representavam o oficialato e na campanha do jornal *A Classe Operária* os alvos eram os soldados e os marinheiros, categorias abaixo do oficialato.

Como se pode ver também no artigo de Miranda, este lançava o mesmo apelo aos policiais do interior e das capitais, pois “[...] também passam fome, tem vida difícil e trabalhosa, cujos soldados são filhos em maioria de operários camponeses [...]”.⁴⁴⁸

Aqui talvez a fala de Miranda se inspirasse na repercussão do contexto da tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917, processo em que se contou com a desagregação das Forças Armadas. De acordo com Daniel Aarão Reis, os soldados que patrulhavam as cidades começaram a abandonar o exército, com receio de que fossem transferidos para a frente de guerra. Além disso, o autor cita o abandono das trincheiras pelos *camponeses fardados*, que se interessavam em tomar parte na distribuição igualitária da terra.⁴⁴⁹

Ainda de acordo com Miranda, a luta decisiva contra os “[...] senhores de terra, feudaes e burgueses, e contra os banqueiros imperialistas estrangeiros [...]” como única forma de salvar

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 269-270.

⁴⁴⁵ CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Introdução**. In: SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 9.

⁴⁴⁶ Ibidem, p. 11-12.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 12.

⁴⁴⁸ MIRANDA. **Lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil**. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 3-4, 11 de março de 1935.

⁴⁴⁹ REIS, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 70.

o Brasil deveria ser cada vez mais compreensível aos intelectuais e pequenos burgueses, cada vez mais empobrecidos.⁴⁵⁰

Os índios apareceriam mais uma vez nessa ideia de aliança ampla na edição de 1 de maio de 1935. Falava-se de sua vida miserável e de como eram tratados pela imprensa burguesa. O único caminho para que os indígenas se libertassem de sua condição, segundo o artigo, seria uma Revolução Agrária e Anti-imperialista.⁴⁵¹

Sobre as movimentações no campo, Bangú alegava que era necessária a criação de guerrilhas, em texto de edição de setembro de 1935. Bangú argumentava que, comparadas às greves, agitações nos quartéis e aos movimentos populares em todo o país, as lutas camponesas ainda eram insuficientes. Isso se deveria “[...] ao retardamento do trabalho do Partido Comunista e das organizações operárias e de massa no campo”.⁴⁵²

Assim, não era mais possível esperar pela criação de “frentes amplas” no campo. Daí a necessidade das guerrilhas. Bangú afirmava que essas guerrilhas, unidas às lutas operárias e camponesas, representariam o “fechamento do cerco” contra o governo de Getúlio Vargas.⁴⁵³

Importa neste ponto tentar expor algumas visões dos comunistas a respeito de Vargas até este momento. Octávio Brandão, por exemplo, que nesta época se encontrava na União Soviética, mais tarde em suas memórias diria que em discurso do dia 4 de dezembro de 1929 já denunciava Getúlio Vargas como detentor de uma política anti operária e reacionária no governo do Rio Grande do Sul, citando a proibição dos comícios do Bloco Operário e Camponês naquele estado. Mencionava ainda as demissões dos operários José Alfredo Lucas e Alfredo Fischer, que tentavam organizar seus companheiros na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, empresa estatal, e por isso foram demitidos pelo governo estadual.⁴⁵⁴

Além disso, Brandão lembrava que no mesmo discurso, denunciava Vargas como fascista, citando a própria declaração de Getúlio no *O Jornal* de 13 de agosto de 1929, onde se dizia adepto da organização das classes realizada pelo regime de Mussolini na Itália e aplicava isto ao Rio Grande do Sul. Por isso, Brandão dizia que Vargas não poderia se declarar democrático.⁴⁵⁵

⁴⁵⁰MIRANDA. **Lutando e pegando em armas contra os esfomeadores do Brasil**. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 4, 11 de março de 1935.

⁴⁵¹VIDA Martyrisada dos Índios, no Brasil. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 12, c. 1-4, 1 de maio de 1935.

⁴⁵²BANGÚ. **Como preparar e desencadear as lutas no campo**. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1-4, setembro de 1935.

⁴⁵³Ibidem, ibidem.

⁴⁵⁴BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, p. 370.

⁴⁵⁵Ibidem, p. 371-372.

Quanto ao movimento de outubro de 1930, Brandão afirmava que não houve verdadeira revolução. Houve somente um deslocamento do poder entre grupos da mesma classe social. No entanto, Brandão argumenta que o povo se mobilizou e houve modificações parciais no sistema social, com o desenvolvimento de elementos capitalistas.⁴⁵⁶

Brandão sustentava ainda que Vargas tivera uma linha sistematicamente reacionária no poder, o que levara por exemplo os paulistas a iniciar a Revolução Constitucionalista de 1932. Brandão classifica Vargas como “sanguinário”, pois teria “massacrado” os “democratas” de São Paulo em 1932, assim como massacraria o movimento de 1935.⁴⁵⁷

Já Leôncio Basbaum reconhecia que na ocasião do movimento de outubro de 1930, praticamente todos dentro do partido tinham a visão de que não passava de uma “quartelada”, de caráter pequeno-burguês. Porém, reconheceria depois que o golpe militar havia se transformado em uma “revolução popular” e apenas os comunistas e seus seguidores teriam ficado de fora.⁴⁵⁸

Quanto aos movimentos de 30 e 32, interessa contrapor a visão de Brandão ao modo como um homem até então não ingressante no partido percebera ou vivera tais processos. E este participante foi Irineu Luís de Moraes, cuja história foi captada pelos pesquisadores Cliff Welch e Sebastião Geraldo. Irineu alegava que em 1930, trabalhava com o charque. Na ocasião, Irineu alega ter apoiado o movimento, porém sem saber como participar de algo que considerava muito organizado. Alegava estar trabalhando na charqueada ainda quando ocorreu a Revolução de 1932. Inicialmente, Irineu declara que apoiou os paulistas, mas aos poucos foi percebendo que aquele movimento não correspondia ao que ele desejava. Irineu explicava que os paulistas eram contra Vargas porque este havia estabelecido as leis trabalhistas e o voto feminino. Os fazendeiros reclamavam, segundo Irineu, do fato de que o governo Vargas apresentasse a intenção de conceder os quinze dias de férias para os trabalhadores nas fazendas e de regulamentar as oito horas diárias de trabalho.⁴⁵⁹

Portanto, havia diversas visões sobre o governo Vargas entre os comunistas. Bangú, pelo tom do artigo apresentado, acreditava na ideia de ação direta contra o governo Vargas. Porém, como observado através das opiniões de Leôncio Basbaum e Irineu Luís de Moraes, não parecia ser uma visão com ampla capacidade de aceitação entre os trabalhadores. Ainda assim, Bangú continuaria investindo na ideia das movimentações de guerrilha.

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 387.

⁴⁵⁷ Ibidem, p. 389.

⁴⁵⁸ BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 96-97.

⁴⁵⁹ WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 40-41.

E quem seriam aqueles que participariam dessas movimentações, isto é, os guerrilheiros? “São grupos de camponeses armados, em luta constante contra os senhores feudais, contra as forças reaccionárias do governo e contra o imperialismo”.⁴⁶⁰

Bangú dizia que em todo o país havia condições favoráveis para a luta, mas era preciso mudar a tática de acordo com a região. Os dirigentes das guerrilhas deveriam escolher as zonas com mais difícil acesso às forças reacionárias.⁴⁶¹

Os guerrilheiros deveriam zelar pelos pequenos comerciantes, pelo povo em geral e até pelos camponeses ricos. Porém, arrancar tudo dos grandes fazendeiros e dos grandes comerciantes e dividir tudo com os mais necessitados.⁴⁶²

Interessam neste ponto as ponderações de Marly Vianna sobre o que o PCB considerava como “guerrilha”. A direção nacional do partido acreditava na existência de forte atuação de “guerrilheiros” na Bahia e no Rio Grande do Norte. No entanto, a autora demonstra que o movimento liderado pelo “caboclo” Marcelino, ocorrido em Ilhéus, e que teve envolvimento do Posto Indígena de Paraguaçu, não tinha a ver com a “revolução”, mas com a posse da terra.⁴⁶³ Portanto, nota-se uma confusão naquilo que os pecebistas consideravam como “guerrilha”.

Desta forma, o jornal do PCB assumia gradativamente uma postura defensora da ação armada. Isto teria consequências mais à frente, pois o PCB teria participação nos levantes de 1935.

Entretanto, neste período entre 1932 e 1935, outro aspecto importante visto através do jornal *A Classe Operária* foi a formação de uniões com outros grupos na ideia de aliança ampla. Ao mesmo tempo, o jornal deixaria explícito quais eram os inimigos a serem combatidos. É o que será visto no próximo tópico.

3.2 Os inimigos e os aliados

Um dos primeiros embates do jornal *A Classe Operária* neste período foi o “colaboracionismo de classe”. Em artigo da edição de novembro de 1932, estampava-se a circular do “Brazil Information Service”, com sede em Nova York, como um dos focos para a

⁴⁶⁰BANGÚ. **Como preparar e desencadear as lutas no campo.** *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 2, setembro de 1935.

⁴⁶¹Ibidem, p. 3, c. 3-4.

⁴⁶²Ibidem, p. 3, c. 4.

⁴⁶³VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 280.

compreensão da “desenfreada demagogia social-nacionalista e socialisteira” enredada pelo outubrismo-tenentista e pelos liberais.⁴⁶⁴

Essa demagogia, segundo o artigo, serviria para que os dominadores nacionais e estrangeiros dominassem o ímpeto revolucionário das massas, utilizando-se para isso de um “pretendido ‘socialismo’ do Estado”.⁴⁶⁵ Dessa forma, o surgimento de agremiações como o Partido Republicano Liberal (RS), o Partido Social-Democrático (PE), o Partido Socialista, o Partido Democrático-Socialista⁴⁶⁶ e a Ação Nacionalista Trabalhista (os dois últimos com apoio oficial, segundo o artigo) surgem com a pregação de colaboracionismo de classes, mas defendem os interesses dos fazendeiros, dos capitalistas e do governo.⁴⁶⁷

Assim, pedia-se aos trabalhadores:

Nada de colaboracionismo de classe! Só a luta de classes nos libertará da opressão e da exploração nacional e estrangeira! Nossos direitos, nosso pão, nossa liberdade não podem ser conquistados em colaboração com os nossos opressores e exploradores!⁴⁶⁸

Aqui, lutava-se expressamente contra o colaboracionismo de classes encarnado nos partidos que os militantes comunistas do jornal naquele momento consideravam como portadores de falsas bandeiras nacionalistas, socialistas e anti-imperialistas.

Na mesma edição de novembro de 1932, Astrojildo Pereira era identificado com o colaboracionismo de classes. Falava-se da expulsão de Astrojildo das fileiras do partido. No período em que Astrojildo foi secretário-geral, havia a ideia de que o partido era apenas um apêndice da pequena-burguesia e de figuras como Mauricio de Lacerda e Luiz Carlos Prestes, segundo o artigo. Também se identificava a ligação do partido com elementos classificados como “feudal-burgueses”, como Assis Brazil, Leonidas de Rezende e Azevedo Lima.⁴⁶⁹ Neste momento, tal campanha contra Astrojildo Pereira no jornal *A Classe Operária*, ainda fazia parte

⁴⁶⁴ A ORIGEM da Demagogia Social-Nacionalista e Socialisteira do Outubrismo-tenentista. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2-3, novembro de 1932.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 4, c. 1.

⁴⁶⁶ Este verbete escrito por Alzira Alves de Abreu para o CPDOC não indica que tenha realmente existido apoio oficial para a criação do Partido Democrático-Socialista. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democratico-socialista-do-distrito-federal>, último acesso em 23.11.2018.

⁴⁶⁷ A ORIGEM da Demagogia Social-Nacionalista e Socialisteira do Outubrismo-tenentista. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 1-2, novembro de 1932.

⁴⁶⁸ *Ibidem*, p. 4, c. 2.

⁴⁶⁹ O ASTROJILDISMO e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 4, novembro de 1932.

da ofensiva contra a colaboração dos comunistas com a “pequena burguesia”, reflexo ainda das diretrizes que o partido recebera do Secretariado Sul-Americano da IC.⁴⁷⁰

O novo espírito do partido, em contraposição ao que era denominado “astrojildismo”, poderia ser resumido na ideia de que havia

[...] um aumento do entusiasmo e da luta do proletariado brasileiro e seu Partido por demarcar as fronteiras de classe na luta revolucionaria, criando e desenvolvendo seu Partido de classe, uno, indivisível, monolítico, centralizado, infracionável, bolchevizado.⁴⁷¹

Dessa forma, negava-se a possibilidade de alianças com a “pequena-burguesia” nesta nova diretriz. No entanto, se o partido do proletariado considerava, até então, como aliados o movimento antifeudal dos camponeses revolucionários, das raças negra, índia e mestiça e o movimento das minorias nacionais de imigrantes estrangeiros, aparecia também a ideia de apoio de um movimento da “massa” “pequeno-burguesa” urbana e rural explorada e oprimida.⁴⁷² O que seria a “massa pequeno-burguesa”? Qual seria sua diferença em relação à “pequena burguesia” já definida como inimiga? Isso talvez fosse uma amostra de que a diretriz de não colaboração com os estratos médios não estivesse totalmente assimilada pelo órgão de imprensa do jornal.⁴⁷³

Na edição de 1 de agosto de 1934, listava-se alguns inimigos dos trabalhadores. Chefes “pequenos burgueses” pelos quais a classe dos trabalhadores havia lutado em 22, 24, 30 e 32, mas que na verdade apenas estavam aliados com as camarilhas dominantes, segundo o jornal. Como inimigos dos trabalhadores, o artigo citava incluídos Juarez Távora, Miguel Costa, João Alberto, Ary Parreiras, José Américo, Mauricio de Lacerda e Juracy Magalhães. Não se colocava o nome de Prestes entre estes membros da “pequena burguesia”.⁴⁷⁴

Na mesma edição de 1 de agosto de 1934, elencavam-se mais inimigos. Em texto sobre a Primeira Conferência Nacional do PCB, explicavam-se os esforços do Bureau Sul-Americano

⁴⁷⁰ Como visto na terceira seção do segundo capítulo desta dissertação.

⁴⁷¹ O ASTROJILDISMO e a Luta pela Formação do Partido do Proletariado. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, novembro de 1932.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 2, c. 4.

⁴⁷³ Como já demonstrado na subseção 2.4.2 desta dissertação.

⁴⁷⁴ MANIFESTO da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, 1 de agosto de 1934.

da IC para auxiliar o PCB a se libertar das ideologias que impediam sua ligação com as massas. Dessa forma, eram elencadas as ideologias anti-comunistas.

A ofensiva tem se realizado fundamentalmente: contra o prestismo – teoria pequeno burguesa direitista – golpista – que deixa de ter fé no proletariado, força motriz da revolução operaria e camponesa, para ter fé nos “salvadores”, nos “cavaleiros da esperança”; contra o trotskismo – teoria oportunista de esquerda – que nega o papel dos camponeses na revolução, que “deseja” uma revolução permanente (que a União Soviética devia intervir nos outros países para “fazer” a revolução), que tenta fraccionar, dividir organica e ideologicamente o Partido e que hoje (o trotskismo) está transformado em vanguarda ideológica da reacção contra o proletariado e contra a U.R.S.S.: contra o anarchismo, o reformismo e todas as demais “ideologias” que têm impedido que o Partido se ligue ás empresas e aos campos e participe, prepare e dirija as lutas operarias e camponesas.⁴⁷⁵

Portanto, os inimigos eram o “prestismo”, o trotskismo, o anarchismo e o reformismo, além do socialismo, apontado anteriormente. Apesar de se mencionar o “prestismo”, não se falava em Prestes.

Miranda, na edição de 23 de março de 1935, elencava mais alvos para o combate. A luta deveria se dar contra os

[...] Getúlios, Bernardes e todos os bandos de senhores feudais e imperialistas. Respondamos aos golpes armados dessa gente com a insurreição armada nas cidades e nos campos para acabar com a miseria, a fome e a opressão, para obtermos os nossos pão, terra e liberdade. Este é o caminho que o ‘Partido Comunista do Brasil’ (secção da I. C.) vem apontando há muito ás massas populares do Brasil: o caminho da Revolução democratico-burguesa.⁴⁷⁶

Aqui, além do apontamento de figuras como Getúlio Vargas e Arthur Bernardes junto com os “senhores feudais” e “imperialistas”, também aparecia mais uma vez a ideia de insurreição armada.

⁴⁷⁵EM MARCHA para o IV Congresso do P.C.B. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2-4, 1 de agosto de 1934.

⁴⁷⁶MIRANDA. **Novos golpes e novos massacres.** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 1-2, 23 de março de 1935.

Em texto do dia 10 de abril de 1935, “B.”⁴⁷⁷ elencava mais um inimigo para os trabalhadores: o integralismo. “B.” expunha a opinião dos integralistas, que escreviam através do jornal “A Offensiva” do dia 30 de março daquele ano, de que não era possível que os patrões dessem o aumento de salário desejado pela greve dos marmoristas sem prejuízo à “estabilidade econômica das empresas”. “B.” classificava a fala dos integralistas como uma defesa da classe patronal.⁴⁷⁸

A Aliança Integralista Brasileira, a AIB, foi criada em 1932 e dirigida pelo intelectual Plínio Salgado. Era inspirada no fascismo italiano, segundo Dulce Pandolfi, e possuía o paramilitarismo em sua estrutura organizacional. O nacionalismo e o moralismo extremados faziam parte de sua pauta, o que atraiu muitos militares e católicos para si. A AIB se via como a agremiação capaz de integrar Estado e sociedade como uma representação única e forte. Os encontros e manifestações de rua que a AIB realizava serviam ao propósito de tentativa de mobilização ampla da sociedade, o que levava os integralistas ao confronto aberto com os comunistas. Seu uniforme era a “camisa-verde”, o que lhes deu o próprio apelido pelo qual ficaram conhecidos. Faziam parte de sua simbologia o sigma e a saudação de inspiração indígena “Anauê!” Estavam unidos a Vargas na luta contra o comunismo, sendo o anti-comunismo uma de suas principais bandeiras.⁴⁷⁹

A AIB foi o resultado da junção de vários pequenos grupos e partidos de extrema direita: a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista); Legião Cearense do Trabalho; Partido Nacional Sindicalista, de Minas Gerais, criado por Olbiano de Melo; e Ação Imperial Pátrio-novista, monarquista. Esses grupos se reuniram sob a liderança de Plínio Salgado e de San Tiago Dantas, fundador do jornal *A Razão* em 1931 e posteriormente da Sociedade de Estudos Políticos. O lema principal da AIB seria “Deus, Pátria e Família”.⁴⁸⁰

Ainda na edição de 10 de abril de 1935, Bangú rebatia o lema “Deus, Pátria e Família”, defendido pelos integralistas, com o lema “Pão, Terra e Liberdade”. Segundo Bangú:

Nós queremos:

⁴⁷⁷ Bangú.

⁴⁷⁸ B. **Ao lado de quem estão os integralistas?** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 1-2, 10 de abril de 1935.

⁴⁷⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 31.

⁴⁸⁰ MAIO, Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 41.

PÃO, TERRA E LIBERDADE!

Com *pão*, nós teremos família.

Com *terra*, nós teremos patria.

E com *liberdade*, teremos Deus e a religião que quisermos.⁴⁸¹

Chor Maio e Roney Cytrynowics explicam que a AIB foi o primeiro partido político a ter penetração nacional, com número de integrantes entre 500 e 800 mil. O Brasil na época tinha 41,5 milhões de habitantes. Os autores citam a marcha de 40 mil pessoas em São Paulo no ano de 1933 para o lançamento da candidatura de Miguel Reale pela AIB para a Assembleia Constituinte de 1934. Na mesma época foram organizadas as “Bandeiras Integralistas” no Nordeste e no Sul do país, sob a liderança de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale.⁴⁸²

A AIB, em seu 1º Congresso Nacional no ano de 1934, em Vitória (ES), escolheu Plínio Salgado como seu chefe supremo perpétuo e Gustavo Barroso como chefe de suas milícias. A propagação do integralismo se deu por vários estados, como Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco.⁴⁸³

No aspecto internacional, o jornal colocava o fascismo como inimigo a ser combatido. Em um texto da edição de 19 de outubro de 1935, Antonio Maciel Bonfim, o Miranda, tratava da luta contra a dominação fascista na Abissínia (atual Etiópia). Aparecia aqui a ideia de união dos trabalhadores no Brasil para a formação de uma Frente Única anti-fascista, anti-integralista, anti-imperialista e anti-guerreira pela defesa da Abissínia. Bonfim conclamava trabalhadores “[...] das cidades, do campo e sertões, manuaes e intellectuaes, pretos e brancos e índios, nacionaes e estrangeiros [...]”.⁴⁸⁴

Basicamente, o fascismo pode ser caracterizado, segundo Maio e Cytrynowics, como um domínio político no qual há um controle exclusivo do exercício da representação política mediante a atuação de um partido único de massa e com uma forte estrutura hierárquica. Além disso, há outras características: culto à liderança política; exaltação do nacionalismo; rechaço do liberalismo individual; oposição extremada ao socialismo e ao comunismo; ênfase na ideia

⁴⁸¹ BANGÚ. “Deus, Patria e Família” e Pão, Terra e Liberdade. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 4, 10 de abril de 1935.

⁴⁸² MAIO, Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 42.

⁴⁸³ Ibidem, ibidem.

⁴⁸⁴ BONFIM, Antonio Maciel. **Detenhamos as garras do abutre fascista contra a Abyssínia!** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 3, 19 de outubro de 1935.

de colaboração de classes e no ideal corporativo; centralidade do aparato estatal nos planos econômico, social e político; domínio estatal sobre as informações e os meios de comunicação de massa; utilização do terror e da violência para a eliminação do pluralismo político.⁴⁸⁵

Quanto aos possíveis aliados, o jornal *A Classe Operária* refletiria uma tentativa de se juntar às outras tendências na edição do dia 1 de agosto de 1934, que trazia o texto mencionado na primeira parte deste capítulo sobre a 1ª Conferência Nacional do PCB. Eram mencionados os operários evolucionistas, integralistas⁴⁸⁶, anarquistas, socialistas e patrianovistas. Pedia-se a formação de amplos comitês de frente única de luta contra a reação, a guerra imperialista e por melhores condições de vida e de trabalho.⁴⁸⁷

Chama atenção o fato de os comunistas já terem considerado os integralistas como possíveis aliados. Ainda mais pelo fato de os integralistas terem como uma de suas premissas a luta contra o próprio comunismo. Qual seria a explicação? Talvez o aspecto de aversão do integralismo à sociedade burguesa. Pois como visto na introdução, Plínio Salgado criticava a burguesia em seu materialismo, ao mesmo tempo em que sustentava que o comunismo era consequência do materialismo fundante da sociedade burguesa. Além disso, como também já visto há alguns parágrafos mais atrás, o integralismo foi um grande aglutinador político, atraindo centenas de milhares de adeptos. Talvez o PCB desejasse conquistar parte deste contingente sob o argumento de contestação à ordem. Entretanto, importa salientar que a contestação à ordem feita pelo integralismo não era a mesma contestação realizada pelo PCB: este contestava o sistema capitalista de forma a tentar um caminho rumo ao comunismo, enquanto aquele desejava um retorno ao passado, simbolizado pelo lema “Deus, Pátria e Família”.⁴⁸⁸

Em outubro de 1934, a ideia de aliança cada vez mais ampla iria coincidir com um convite feito pela Frente Única Proletária, uma aliança eleitoral com o Partido Socialista-Proletário, o Partido Socialista, o Partido Trabalhista e a Liga Trotskista.⁴⁸⁹

⁴⁸⁵ MAIO, Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. **Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 44.

⁴⁸⁶ Que como se viu mais atrás, acabaram sendo considerados inimigos dos trabalhadores pelos comunistas.

⁴⁸⁷ MANIFESTO da Primeira Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil ao proletariado, à massa camponesa, aos soldados e marinheiros, às nacionalidades e minorias nacionais escravizadas, a todo o povo oprimido e explorado do Brasil! *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 7, c. 4-5, 1 de agosto de 1934.

⁴⁸⁸ Há uma semelhança do pensamento integralista com o anticapitalismo alemão das primeiras décadas do século XX. Ver o texto “O anticapitalismo dos intelectuais na Alemanha”, in: LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, p. 9-64.

⁴⁸⁹ NOSSA Posição em face à Frente Única Proletária. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 4, c. 3, 3 de outubro de 1934.

Em texto de sua assinatura, o Comitê Regional do PCB tentava deixar claro que o Partido Comunista era o único “[...] partido revolucionário do proletariado [...]” e justamente por este motivo se encontrava à margem da legalidade burguesa. Dessa forma, o PCB lutava pela sua própria existência legal. Para os redatores do documento, que expressavam a tendência dominante do partido no momento em relação à ideia de frente única, enquanto o Partido Comunista se encontrava à frente das lutas e das greves do proletariado carioca, os demais partidos proletários se situavam apenas nos conchaves eleitorais.⁴⁹⁰

Ainda assim, o Partido Comunista aceitaria fazer parte da Frente Única. No entanto, o Comitê pedia a realização de uma reunião de delegados para a ampliação dos seis primeiros pontos do programa da Frente Única, com comícios, passeatas e greves políticas de massa.⁴⁹¹

O PCB desejava a Frente Única, mas não queria aumentar “[...] as ilusões democráticas, as ilusões de que uma representação proletária de ideologias heterogêneas pode resolver os problemas que afligem o proletariado e as massas populares cariocas”.⁴⁹² Esta referência às massas do Rio de Janeiro tinha relação com a antiga tentativa eleitoral na forma do Bloco Operário Camponês, que tinha conseguido algum sucesso eleitoral na cidade com as eleições de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira ao cargo de intendentes em 28 de outubro de 1928. Porém, a forte oposição à atuação dos comunistas dentro da Câmara e a diretriz da Internacional de não colaboracionismo, o BOC acabou extinto. Por isso o alerta em relação à participação na Frente Única.⁴⁹³

Na edição do dia 16 de março de 1935, Bangú refletia sobre a adesão de Ladislau Camargo, ferroviário e dirigente do PSB (Partido Socialista Brasileiro), ao PCB. Além dele, também ingressaram nas fileiras do partido os dirigentes do PSB de Piracicaba e Sorocaba, mais cerca de mil membros ao todo.⁴⁹⁴

Uma das explicações para essa debandada de membros do Partido Socialista para o PCB, segundo o texto, era a de que o proletariado começava a entender a “[...] necessidade de existência de um Partido forte, capaz de se pôr à frente das lutas [...]”.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ Ibidem, p. 1, c. 1.

⁴⁹¹ Ibidem, p. 4, c. 4.

⁴⁹² Ibidem, p. 4, c. 1.

⁴⁹³ Ver o verbete “Bloco Operário-Camponês” em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/bloco-operario-campones-boc>, último acesso em 23.11.2018.

⁴⁹⁴ BANGÚ. **O avanço do Partido Comunista**. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 3, c. 1, 16 de março de 1935.

⁴⁹⁵ Ibidem, ibidem.

Outra explicação era a de que os operários compreendiam que o PSB não apresentava capacidade de se pôr à frente das tarefas revolucionárias, devido a sua “linha colaboracionista e capitulacionista”, expressa através da condução de seus líderes.⁴⁹⁶

Bangú enxergava esse acontecimento como um passo decisivo para a revolução, pois significava um agrupamento das forças revolucionárias. O PCB teria como tarefa realizar a assimilação da teoria marxista pelos novos quadros socialistas.⁴⁹⁷

Por fim, era preciso “[...] continuar em escala mais ampla, sem sectarismos a frente única de luta com socialistas que ainda permanecem em seu Partido ou com sua ideologia; e não só com estes, mas, com outros de qualquer tendência política, religiosa ou ideológica que tenha base de massas”.⁴⁹⁸

Porém, a mais importante aliança do PCB neste período seria com a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Hélio Silva explica que no contexto internacional havia uma articulação entre comunistas, socialistas e liberais-democratas para a resistência ao fascismo, que se espalhava tendo como referências Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha. Em 23 de março de 1935, foi criada a Aliança Nacional Libertadora. A sessão solene de fundação da Aliança se deu no dia 30 do mesmo mês, no Teatro João Caetano, cedido pela prefeitura do Rio de Janeiro. Na ata de fundação constam os seguintes: Comandante Hercolino Cascardo, Comandante Roberto Sisson, Capitão Trifino Correia, Capitão Moésias Rolim, Capitão Henrique Cordeiro Oest, Coronel João Cabanas, Francisco Mangabeira, Antônio Rollenberg, Henrique Silveira, Abguar Bastos, Benjamin Cabello e Ivã Pedro Martins. O presidente era Hercolino Cascardo, o vice-presidente era Amoreti Osório e Francisco Mangabeira era o secretário.⁴⁹⁹

José Nilo Tavares explica que a ANL, assim como a AIB, tinha grande penetração nos quartéis. Entretanto, a ANL exerceu mais atração sobre os jovens tenentes que haviam aderido à causa prestista, enquanto os integralistas tiveram mais apoio dos generais conservadores. Basicamente, a baixa oficialidade representada pelos cabos e sargentos rumou para a esquerda, enquanto a média e alta oficialidades seguiram à direita. Porém, Tavares deixa claro que a maioria dos militares não se engajou politicamente, permanecendo ligados apenas ao prisma profissional.⁵⁰⁰

⁴⁹⁶ Ibidem, ibidem.

⁴⁹⁷ Ibidem, ibidem.

⁴⁹⁸ Ibidem, ibidem.

⁴⁹⁹ SILVA, Hélio. *1935 – A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 115-116.

⁵⁰⁰ TAVARES, José Nilo. **1935: Reavaliação de análise**. In: TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 80-81.

A ANL chamaria atenção rapidamente. Hélio Silva cita o grande comício popular feito pela ANL no dia 28 de maio, no Rio de Janeiro. Nele foi hasteada pelo Capitão Trifino Correia uma bandeira que havia acompanhado a Coluna Prestes pelo Brasil e que havia coberto o corpo de Siqueira Campos.⁵⁰¹

Além disso, o autor cita o crescimento do movimento aliancista no Espírito Santo. Na praça principal de Vitória, no Teatro Glória, compareceram cerca de 3 mil pessoas para assistir a reunião do dia 30 de maio. Nela falaram o jornalista Newton de Freitas, o Doutor Agenor de Oliveira, o Doutor Lindolfo Barbosa Lima, o Comandante Roberto Sisson e o estudante Pedro Martins. A polícia havia tentado barrar a realização do evento.⁵⁰²

No dia 9 de junho de 1935, houve um comício em Petrópolis, onde teve lugar um confronto entre aliancistas e integralistas. Os aliancistas realizavam o ato na Praça Pedro II e os integralistas saíam de sua sede na Avenida 15 de Novembro. O conflito teve como resultado a morte à bala do operário aliancista Leonardo Candu. O tiro partira da sede da Ação Integralista.⁵⁰³

Como consequência, os operários da indústria têxtil se declararam em greve e compareceram em peso no enterro de Leonardo Candu. Padeiros e ferroviários também aderiram à greve. Onze fábricas acabaram ingressando no movimento. Os integralistas tiveram sua sede fechada e o policiamento da cidade foi reforçado.⁵⁰⁴

Mas o que a Aliança Nacional Libertadora defendia? Segundo Pedro Pomar, o programa de base aliancista consistia nos seguintes pontos: 1- Suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; 2- Nacionalização das empresas imperialistas; 3- Proteção à pequena e média lavoura e entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores, sob o argumento de que a terra deveria ser de quem a cultivasse; 4- Liberdades amplas para o povo, incluindo-se os estrangeiros; 5- Constituição de um governo popular guiado pelos interesses exclusivos do povo brasileiro. O lema do programa era “Pão, Terra e Liberdade!”⁵⁰⁵

Nas palavras de Francisco Viana, o programa da ANL lutava contra o capitalismo liberal. Seu governo não seria nem capitalista nem socialista, mas a junção dos dois sistemas com domínio popular.⁵⁰⁶

⁵⁰¹ SILVA, Hélio. *1935 – A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p. 173.

⁵⁰² Ibidem, p. 174.

⁵⁰³ Ibidem, p. 177.

⁵⁰⁴ Ibidem, p. 177-178.

⁵⁰⁵ POMAR, Pedro. *A Gloriosa Bandeira de 1935*. In: OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 112.

⁵⁰⁶ VIANA, Francisco. *O Dia em que o trem da história atrasou*. In: TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 26-27.

No entanto, tal aproximação não foi imediata. Na edição de 10 de abril, em um texto assinado por “M.”, havia um trecho significativo a respeito da posição do Partido Comunista do Brasil em relação à ANL. O PCB apoiava a Aliança Nacional Libertadora, entretanto não aderiu e “[...] nunca aderirá á A.N.L. [...]”.⁵⁰⁷ O motivo para esta não adesão era uma desconfiança do PCB em relação ao posicionamento da Aliança quanto aos interesses do proletariado.

O Partido retirará todo o seu apoio á A.N.L. quando esta se converter em Partido político e visar a conquista de poder político como finalidade. É nestas condições que o Partido continúa dando o seu apoio á A.N.L. esclarecendo sempre a distancia que existe entre esta organização e o Partido.⁵⁰⁸

O artigo demonstrava aprovação pela aclamação de Luís Carlos Prestes como presidente de honra da ANL. Destaca-se seu papel de luta contra o imperialismo e o que consideravam resquícios do feudalismo, pelas liberdades democráticas, contra a Lei Monstro e as leis de arrocho do governo getulista.⁵⁰⁹

Porém, quanto ao apoio de Mauricio de Lacerda e Cabanas à ANL, o partido fazia um alerta: “Todos dois, com suas atitudes anteriores e seu silencio prepararam e ajudaram todas as leis e medidas depois de 1930 contra o proletariado e as massas populares, prepararam e ajudaram a ‘Lei Monstro’, o crescimento do integralismo etc.”⁵¹⁰

A desconfiança em relação ao papel da ANL estaria em pauta na edição de 1 de maio de 1935, em um artigo assinado por Bangú. No texto, Bangú salientava inicialmente que a fundação da Aliança Nacional Libertadora foi o maior passo dado no sentido da mobilização de todas as forças revolucionárias na luta contra o imperialismo e o feudalismo. Era o rompimento com as forças sectárias que só vislumbravam a movimentação dos operários apoiados nos camponeses. Isto porque a dominação imperialista também era sentida por soldados, marinheiros, “pequena burguesia” urbana e estudantes. A percepção de que havia um descontentamento geral das massas levava tanto partidos socialistas e tenentistas quanto partidos “feudal-burguezes tradicionais”, como PRP (Partido Republicano Paulista) e PRM

⁵⁰⁷M. A reunião da Aliança Nacional Libertadora no Theatro João Caetano. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 6, c. 3, 10 de abril de 1935.

⁵⁰⁸Ibidem, p. 6, c. 4.

⁵⁰⁹Ibidem, ibidem.

⁵¹⁰Ibidem, ibidem.

(Partido Republicano Mineiro) a também utilizarem um discurso anti-feudal e anti-imperialista.⁵¹¹

Mas parte dos dirigentes da ANL começava a conduzir a organização para o nacional-reformismo, por uma falta de compreensão do caráter revolucionário do proletariado e do “processo ziguezagueante” de seu movimento.⁵¹²

O que significava o nacional-reformismo segundo Bangú? “Significa criar ou reforçar o conceito de que é possível a libertação nacional sem ação revolucionária das massas, sem a ação direta e concreta contra empresas imperialistas aqui existentes e contra o latifúndio”.⁵¹³

Porém, Bangú esclarecia que a tendência nacional-reformista ainda não havia se manifestado de fato na ANL, mas havia sinais de sua possível emanação. Bangú dava dois exemplos dessa tendência. O primeiro era o convite de elementos reacionários para a composição do diretório do Distrito Federal, como Danton Coelho, ex-chefe de polícia de São Paulo e Waldomiro Lima, ex-interventor de São Paulo.⁵¹⁴ O segundo era o empenho realizado pela ANL em convidar elementos “[...] que queiram ‘lutar dentro da ordem e dentro da Lei’ [...]”.⁵¹⁵

No dia 20 de junho de 1935, um texto de Luiz Carlos Prestes datado de 21 de maio e enviado de Barcelona, parecia indicar que já havia uma tendência de maior aceitação em relação à ANL. No texto, Prestes elencava os elementos populacionais dispostos a lutar contra a situação de domínio imperialista. Entre o proletariado, os trabalhadores do campo, soldados, marinheiros, oficiais, intelectuais e a massa juvenil, ele também incluía os artesãos, os pequenos comerciantes e os pequenos industriais.⁵¹⁶ Ele

o faz novamente em outra página:

De outro lado reúnem-se todos os anti-imperialistas, desde a imensa plebe de milhões de esfomeados, expulsos das terras em que trabalharam e onde já trabalharam seus paes, perambulam pelo interior do paiz, até os intellectuaes honestos, os militares incapazes de mandar atirar contra o povo em defeza dos invasores imperialistas ou dos senhores feudaes, bandidos e assassinos de

⁵¹¹BANGÚ. **Os perigos do Nacional-Reformismo da A. Nacional Libertadora.** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 6, c. 3, 1 de maio de 1935.

⁵¹²Ibidem, p. 6, c. 4.

⁵¹³Ibidem, p. 11, c. 1.

⁵¹⁴Ibidem, ibidem.

⁵¹⁵Ibidem, ibidem.

⁵¹⁶PRESTES, Luiz Carlos. **O que é o governo popular nacional revolucionário.** *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2, 20 de junho de 1935.

mulheres e crianças, os pequenos comerciantes e pequenos industriaes que sentem o peso dos monopólios imperialistas, enfim todos os explorados da cidade e do campo, todos os que soffrem com o regime actual de miseria e de opressão.⁵¹⁷

A ANL era a expressão viva deste sentimento de unidade para a luta, segundo Prestes. Mas para que ela se tornasse realmente o instrumento de luta para os momentos que se avizinhavam, era preciso que todos os elementos explorados pelo imperialismo estivessem preparados e organizados para a luta.⁵¹⁸

Prestes afirmava que os comunistas tinham a consciência de que só a ditadura revolucionária democrática dos conselhos operários e camponeses seria capaz de levar a cabo a revolução democrático-burguesa e depois garantir a transformação desta em revolução socialista. Porém, nas condições reinantes do Brasil daquele momento, ainda não havia as condições para a instauração de um governo soviético de operários e camponeses.⁵¹⁹

Assim, seria necessária a participação de todos os elementos explorados para que a revolução se tornasse vitoriosa. Dela surgiria um governo do povo.⁵²⁰

Segundo Marly Vianna, havia diferenças entre os comunistas e os tenentes no entendimento do conteúdo e na forma das lutas, apesar da coincidência em pontos como a luta democrática, anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista. A maior diferença estava relacionada à questão do poder. Enquanto os comunistas falavam em tomada do poder para a constituição do governo popular, os tenentes não defendiam este caminho, concentrando-se em uma concepção democrática como uma luta moral na política, apesar de também defenderem um governo popular. Por isso a importância da defesa de Prestes por um “Governo Popular Revolucionário”, o que tinha a função de não deixar brechas no programa da ANL.⁵²¹

O caráter nacional do programa aliancista também era outra diferença em relação ao PCB, segundo Marly Vianna. A ANL pregava uma união de classes e não a luta de classes. Para os aliancista a luta contra o imperialismo, o feudalismo e pela democracia era de toda a nação. Seria uma garantia contra as ditaduras, fossem elas de esquerda ou de direita.⁵²²

⁵¹⁷ Ibidem, p. 8, c. 1.

⁵¹⁸ Ibidem, ibidem.

⁵¹⁹ Ibidem, p.8, c. 1-2.

⁵²⁰ Ibidem, p. 8, c. 2.

⁵²¹ VIANNA, Marly de Almeida G. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Nunes (Org.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 82.

⁵²² Ibidem, p. 82.

No entanto, com o discurso de Prestes na noite do dia 5 de julho de 1935, onde foi lançada efetivamente a palavra de ordem “Governo Popular Revolucionário”, o governo de Vargas iniciou a repressão e colocou a ANL na ilegalidade. A partir daí houve um esvaziamento da organização, pela dificuldade de se orquestrar um movimento de massas na clandestinidade. Foi daí em diante que Prestes e o PCB passaram a dominar a organização.⁵²³

Segundo Daniel Aarão Reis, Prestes seria acusado por muitos⁵²⁴ sob um duplo motivo: o de personalismo, pois teria escrito o texto sem ninguém ter sido antes consultado; e o de imprudência e “esquerdismo”, pois proferira palavras de ordem puramente radicais, sem base social.⁵²⁵

Aarão Reis argumenta, entretanto, que a conjuntura da época invalida essa crítica de “demasiado radicalismo”, pois outros textos e discursos tão ousados quanto os de Prestes haviam sido ditos tanto à direita quanto à esquerda do espectro político. Quanto à acusação de que ninguém tivesse lido o texto antes de sua publicação, Aarão Reis atesta que não tem sustentação, pois Berger e Ghioldi haviam analisado e aprovado o texto. As críticas ao manifesto de Prestes só vieram a partir do dia 11 de julho de 1935, pois foi nesta data que o governo havia de fato suspenso a ANL. Aarão Reis frisa o fato de o governo ter suspenso a ANL, pois não houve um fechamento da organização.⁵²⁶

Entretanto, parece que os comunistas não davam importância significativa ao fato de a ANL ter sido ilegalizada. Dario Canale cita o informe de “Marques”,⁵²⁷ sobre a ANL ao VII Congresso da IC, realizado em Moscou entre os dias 25 de julho e 20 de agosto de 1935. Nele, “Marques” falava sobre uma “crise revolucionária” surgida no Brasil que levaria ao “confronto decisivo” contra o “governo de traição nacional”. O militante dizia que a palavra de ordem “Todo o Poder à ANL” unia as massas mais abrangentes. E Luiz Carlos Prestes seria o fator de agregação das massas populares e do exército pela ampliação da frente popular. Ao mesmo tempo, Prestes significava a desunião dos inimigos dos comunistas, segundo “Marques”. Para Canale, o informe de “Marques” não se atentava à realidade da ANL.⁵²⁸

⁵²³Ibidem, p. 87.

⁵²⁴O autor não cita nomes.

⁵²⁵REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 177.

⁵²⁶Ibidem, p. 178.

⁵²⁷Provavelmente Antonio Maciel Bonfim, segundo Paulo Sérgio Pinheiro. Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 292.

⁵²⁸CANALE, Dario. **A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935)**. In: TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 131.

Outra intervenção de destaque no VII Congresso da IC, segundo Canale, foi a de Fernando Lacerda. No dia 9 de agosto de 1935, Lacerda declarava que a ANL havia sido criada pelo PCB. Para o autor, Lacerda dizia isso com “abundante adjetivação”. Segundo Lacerda, as massas se juntavam “[...] aos milhões em torno da ANL [...]”, porém sem compreensão dos lemas lançados pelo partido, como “revolução operário-camponesa” e “governo soviético”. Lacerda dizia então que o partido já havia corrigido este erro com as massas e agora o Partido levantava o lema “Todo o Poder à ANL!”.⁵²⁹

Segundo Dario Canale, assim como “Marques”, Fernando Lacerda não compreendia o risco que era defender o lema “Todo o Poder à ANL!”, pois tal palavra de ordem insinuava que havia realmente ampla base popular para a atuação da frente popular. O lema tinha caráter “ultimativo e insurrecional”, o que não correspondia com a situação real das massas no Brasil.⁵³⁰

Segundo o autor, havia uma diferença das falas dos dois delegados brasileiros em relação às falas de Georgi Dimitrov e Wan Min.

Georgi Mikhailovich Dimitrov (1882-1949), um dos fundadores do Partido Comunista Búlgaro em 1919 e eleito para o Comitê Executivo da Internacional em 1921, destacou-se também por ter sido absolvido da acusação de incêndio ao Reichstag, sede do Parlamento alemão, em 1933.⁵³¹

Chen Shao-yu utilizava o pseudônimo “Wan Min” ou “Wang Min”. Participante do movimento revolucionário chinês desde 1930, foi eleito pelo VII Congresso do Komintern, em 1935, membro do Comitê Executivo e do Presidium daquela organização.⁵³²

Dimitrov citava a necessidade de se observar as condições em que se desenvolviam a luta anti-imperialista das massas em cada colônia e semicolônia, pois existiam diferentes graus no desenvolvimento das lutas pela libertação nacional, a posição do proletariado nestas especificidades e a influência dos partidos comunistas sobre os trabalhadores. Havia diferenças entre o Brasil, a Índia e a China, por exemplo. Especificamente sobre o Brasil, era preciso ampliar mais ainda a frente representada pela ANL, captando-se as massas camponesas e também se criando destacamentos específicos do exército revolucionário para dedicação

⁵²⁹ Ibidem, p. 134.

⁵³⁰ Ibidem, ibidem.

⁵³¹ Para mais informações sobre Dimitrov, ver: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/index.htm>, último acesso em 08.12.2018.

⁵³² Sobre Wan Min, ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 314.

exclusiva à revolução. Todos os esforços deveriam ser empregados para que a ANL chegasse ao poder.⁵³³

Quanto à fala de Wan Min, Canale alegava que aquele considerava a ANL como uma organização ainda incipiente. Era preciso que o PCB conseguisse avançar para tornar a ANL maior no movimento de massas. Wan Min também afirmava a importância de se conseguir o apoio das massas camponesas. E destacava o fato de que o governo formado a partir da frente anti-imperialista seria um governo anti-imperialista e não uma ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Nesta luta estaria incluída também a burguesia nacional e os partidos da oposição parlamentar.⁵³⁴

A discrepância percebida por Canale entre as falas de Fernando de Lacerda e “Marques”, por um lado, e as de Dimitrov e Wan Min, pelo outro, deve-se ao fato de que o movimento ocorrido no Brasil entre 23 e 27 de novembro de 1935 no Brasil não guardava fidelidade com as orientações que o PCB recebeu do VII Congresso da IC nem com as intenções proferidas por Prestes.⁵³⁵

Mas aparentemente o jornal *A Classe Operária* continuaria refletindo a intenção de criar uma frente ampla, como o fazia desde a Conferência Nacional de 1934, ainda que a ideia de ação armada estivesse cada vez mais presente, como visto no final da primeira seção deste capítulo. Em texto da edição de setembro de 1935, Antonio Maciel Bonfim (Miranda) destacava a importância da criação de uma Frente Democrática pela tentativa de se lutar pela liberal democracia no Brasil. Para a luta contra os “exploradores imperialistas e feudais” as massas populares necessitavam das liberdades democráticas, sendo estas uma reivindicação importante ao lado das reivindicações econômicas e sociais.⁵³⁶

Bonfim citava a defesa da democracia pela Frente Única Popular na França e que no Brasil as forças populares também deveriam lutar por esta democracia, que no caso brasileiro nunca tinha existido de fato.⁵³⁷

Assim, a defesa de uma Frente Democrática representaria um “[...] impecilho à implantação do fascismo no Brasil, um instrumento das massas na luta pelos seus direitos”.⁵³⁸

⁵³³CANALE, Dario. **A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935)**. In: TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 132.

⁵³⁴Ibidem, p. 133-134.

⁵³⁵Ibidem, p. 135-136.

⁵³⁶BONFIM, Antonio Maciel. **Formemos a Frente Democrática com todo o Povo do Brasil**. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 1, c. 2, setembro de 1935.

⁵³⁷Ibidem, p. 4, c. 1.

⁵³⁸Ibidem, p. 2, c. 2.

A Frente Democrática não seria a solução, segundo Bonfim, mas apenas um instrumento e uma parte do programa do proletariado para dar passos rumo à revolução.⁵³⁹

3.3 Os levantes de 1935

Apesar da ideia de defender uma Frente Democrática a tendência putschista acabaria prevalecendo com os levantes de novembro de 1935. Na edição de fevereiro de 1936, o jornal *A Classe Operária* trazia um artigo que abordava os movimentos ocorridos no Rio de Janeiro, Recife e Rio Grande do Norte no ano anterior. Para o jornal, o insucesso dos levantes não significava o fim da luta revolucionária. Era necessária uma preparação maior para a luta revolucionária, com o reforço da frente popular, expulsão dos traidores, reforço da organização do Partido, dos sindicatos, da ANL, das ligas camponesas, reforço do trabalho no exército e na marinha, desenvolvimento das lutas operárias e camponesas, apoio aos guerrilheiros no Nordeste e formação de novas colunas de luta revolucionária em outros pontos do país.⁵⁴⁰

Considerava-se no texto que os levantes do Nordeste haviam acontecido em um momento em que as forças revolucionárias ainda não estavam preparadas para a luta pela revolução. Porém, dizia-se que era covardia fazer acusações contra aqueles que empreenderam a tentativa de revolução, isto é, “[...]as massas populares revolucionárias e os soldados que levantaram a bandeira de Luiz Carlos Prestes, e passaram ao assalto do poder”.⁵⁴¹

O artigo tem a posição de que os revolucionários de Recife e Pernambuco passaram à luta no bojo das greves de massas e de uma grande greve geral que teria levado os operários à confraternização com os soldados. Além disso, os movimentos teriam agido sobre uma base de movimento camponês instalada já em quatro estados, segundo o artigo. Tais estados se encontrariam em movimento de desagregação. E os soldados destes estados eram alvo do desarmamento empreendido pelos governos respectivos. Então restavam duas alternativas: capitular ou resistir. Natal e Recife teriam escolhido a última opção.⁵⁴²

Sobre as referidas greves, Paulo Sérgio Pinheiro explica que “Marques” superestimava a participação do PCB em tais eventos, no seu informe ao VII Congresso da IC. Pois “Marques” teria passado a impressão à IC de que o PCB tinha participação determinante em sua ocorrência geral, o que não seria a realidade. Tais greves teriam passado de 20 mil adeptos em 1929 a 1

⁵³⁹Ibidem, p. 2, c. 3.

⁵⁴⁰COMEÇOU a revolução. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 1, fevereiro de 1936.

⁵⁴¹Ibidem, p. 2, c. 1.

⁵⁴²Ibidem, p. 2, c. 1-2.

milhão em 1935, segundo o informe de “Marques”, números relativamente exagerados de acordo com Pinheiro. Outro problema seria a caracterização dessas greves como elos interestaduais e como focos de aproximação entre as massas trabalhadoras e a “pequena burguesia”. Além disso, “Marques” mencionava a formação de grupos de “partisans” a partir do movimento camponês. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, aqui já se avançava do reino da ilusão para o “domínio da fabulação”.⁵⁴³

Moacyr de Oliveira Filho auxilia no entendimento dos fatores que levaram à eclosão das insurreições de 1935. Elas surgiram no ambiente de relativa liberdade política permitida após a promulgação da Constituição de 1934. Um processo de crescente efervescência tomava conta do país com o crescimento do integralismo e as aproximações do Governo Vargas com o fascismo. Os movimentos de reivindicação ganhavam certo crescimento ao mesmo tempo que havia uma pressão dos setores de direita para que ocorresse um endurecimento do regime. Esse conjunto demonstrava uma radicalização do processo político, o que Oliveira Filho considera como condições subjetivas para os levantes.⁵⁴⁴

No caso de Natal, onde a insurreição durou mais tempo, entre os dias 23 e 27 de novembro de 1935, havia vários fatores que contribuíram para eclosão do levante. Um deles, de caráter mais geral, foi a tensão após o fechamento da ANL pelo governo, o que acirrou os ânimos do Partido Comunista do Brasil em preparar uma revolta armada contra o regime. Outro fator foi a eleição para governador de Estado, que empossou Rafael Fernandes, inimigo político de João Café Filho. Os simpatizantes deste foram demitidos do serviço público, a Guarda Civil criada por Café Filho foi dissolvida e as obras iniciadas por Mário Câmara, interventor federal, foram suspensas.⁵⁴⁵

Havia insatisfação também nos quartéis devido à não confirmação da promoção dos cabos, sargentos e tenentes que lutaram na “Revolução” de 30, numa tentativa de o governo restabelecer a hierarquia antiga, reivindicada pelos setores que se sentiam prejudicados pela subida repentina dos quadros participantes do movimento.⁵⁴⁶

A agitação era potencializada pelas constantes transferências de quartéis, as péssimas condições de vida nas unidades castrenses e o envolvimento político dos superiores militares.⁵⁴⁷

⁵⁴³PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 293-294.

⁵⁴⁴OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. XIII.

⁵⁴⁵Ibidem, p. 51-52.

⁵⁴⁶Ibidem, p. 52-53.

⁵⁴⁷Ibidem, p. 53.

Quanto ao Partido Comunista, tinha uma relativa boa organização em Natal segundo o relato dado por Praxedes, operário participante da insurreição, a Oliveira Filho. Segundo o testemunho, o partido estava presente nas fábricas de sabão, de cigarros, de tecidos, nas prensas de algodão, nas docas, na área da estiva, nas Ferrovias Leste Brasileiro e Central do Rio Grande do Norte, nos estaleiros, na pesca, na atividade dos sapateiros, na Companhia de Bondes e na Companhia de Energia Elétrica.⁵⁴⁸

O autor argumenta que entre todas as versões que abordam a relação do PCB com o movimento de 35 há um ponto pacífico: a data de 23 de novembro para o início do movimento não era uma determinação oficial do partido. O que houve foi uma precipitação dos militares do 21º Batalhão de Caçadores sob a responsabilidade do cabo Giocondo Dias.⁵⁴⁹

O governador Rafael Fernandes se refugiou assim que a ação começou. O chefe de polícia fora preso pelos revoltosos e o 21º Batalhão de Caçadores fora controlado, assim como o Quartel de Polícia, a Casa de Detenção e o Esquadrão de Cavalaria. Desta forma, os insurrecionais tomaram conta da cidade.⁵⁵⁰

Sobre aquele momento, o jornal *A Classe Operária* diria depois que foi constituído um governo popular nacional revolucionário em Natal, com várias medidas, como direitos democráticos para toda a população, distribuição de alimentos e roupas à população pobre, expulsão dos “senhores feudais e agentes do imperialismo” e realização de uma ampla frente única entre operários, soldados e membros da “pequena burguesia revolucionária” para governar a cidade.⁵⁵¹

Somando-se à distribuição gratuita de alimentos, os revolucionários tomaram duas medidas de grande repercussão entre as camadas populares no breve período em que estiveram no poder:

[...] a reforma agrária e a distribuição de terras improdutivas aos camponeses, anunciada no momento da proclamação do governo e baixou o preço das passagens dos bondes de cinquenta para vinte réis.⁵⁵²

Quanto ao levante em Pernambuco, Pedro Pomar explica que houve a sublevação do 29º Batalhão de Caçadores pela manhã do dia 24 de novembro de 1935, na Vila Socorro, local

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 54.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 56.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 61.

⁵⁵¹ COMEÇOU a revolução. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 2, fevereiro de 1936.

⁵⁵² OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 68.

próximo a Recife. Porém, a movimentação foi apenas parcial. Apesar disso, tinha relação com a greve dos ferroviários da Great Western, o que demonstrava o desenvolvimento de um forte movimento operário e popular. As tropas governistas pareciam já se encontrar avisadas e organizaram forte resistência. Não houve tempo para que as massas simpatizantes do movimento aliancista pudessem tomar as armas, pois as forças governamentais conseguiram enviar reforços e cercar os insurretos, que ficaram sem munição e isolados.⁵⁵³ Havia uma expectativa de que os camponeses se rebelassem e se juntassem à insurreição, porém isso não aconteceu. Apesar do heroísmo pessoal de homens como o sargento Gregório Bezerra e o tenente Lamartine Coutinho, a derrota teve lugar.⁵⁵⁴

Para o jornal *A Classe Operária*, a derrota no Recife foi decisiva para que o governo central e outros estados pudessem movimentar forças compostas por couraçados, aviões e demais elementos contra os focos de insurreição.⁵⁵⁵

Em Natal, os insurretos presenciaram uma ação do povo contra uma sede dos integralistas, segundo o relato de Praxedes a Oliveira Filho. O povo resolvera invadir a sede da AIB após “boatos alarmistas” terem sido espalhados pela cidade. Foram pintados xingamentos a Plínio Salgado nas paredes e na cadeira do presidente da sede. Porém, segundo o relato de Praxedes, este teria sido o ato mais grave a ocorrer durante a insurreição, pois os participantes haviam garantido tropas para a manutenção da ordem nas ruas.⁵⁵⁶

No entanto, Daniel Aarão Reis traz à tona o dado de que houve invasão de lojas comerciais de tecidos e de alimentação no dia 25. Os cofres do Banco do Brasil, do Banco do Rio Grande do Norte e da Recebedoria de Rendas foram arrombados, o que garantiu cerca de 3 mil contos de réis, o que segundo o historiador era um valor considerável para a época.⁵⁵⁷

Mas o principal erro dos revolucionários segundo o relato de Praxedes a Oliveira Filho foi o fato de não ter conseguido manter os prisioneiros. Pois com estes controlados, as tropas insurrecionais poderiam ter se juntado às demais tropas dispersas pelo estado do Rio Grande do Norte. Depois, poderiam cruzar a Paraíba e se juntar às tropas do interior de Pernambuco.

⁵⁵³POMAR, Pedro. **A Gloriosa Bandeira de 1935**. In: OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 115.

⁵⁵⁴REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 184.

⁵⁵⁵COMEÇOU a revolução. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 2, fevereiro de 1936.

⁵⁵⁶OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 66-67.

⁵⁵⁷REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 183.

Porém, não foi o que houve. Com os prisioneiros libertos, as tropas de Dinarte Mariz prevaleceram sobre os insurretos.⁵⁵⁸

Quanto ao levante do Rio de Janeiro, o jornal *A Classe Operária* defendia a ideia de que foi uma consequência direta das insurreições do Nordeste. Se fosse vitoriosa, segundo o jornal, a revolta teria influenciado a favor dos comunistas a revolução em âmbito nacional.⁵⁵⁹

Segundo Marly Vianna, os levantes do Rio foram decididos por Prestes, mas se resumiram a levantes de quartel.⁵⁶⁰ Por volta de outubro já se discutia a possibilidade de levantes no Brasil. Porém, havia muitas ressalvas de militantes importantes do Partido, segundo Daniel Aarão Reis. Exemplo disso era a advertência de Cristiano Cordeiro, experiente dirigente comunista de Pernambuco, no sentido de considerar prematura qualquer tentativa de levante. Heitor Ferreira Lima considerava que qualquer ação armada não seria mais do que uma quartelada. Assim como João Batista Barreto Leite Filho, dirigente sindical e jornalista, que considerava “aventureirismo” tentar um levante e classificava as afirmações de Miranda, principal entusiasta da ação armada, como “mentirosas”.⁵⁶¹

Entre os dias 21 e 23 de novembro de 1935, antes de que se soubesse sobre qualquer coisa a respeito do movimento no Rio Grande do Norte, o Comitê Central reunido no Rio de Janeiro apontava resoluções no sentido de acreditar que havia uma deterioração veloz do “campo do inimigo e do aparelho de Estado”, segundo Aarão Reis. Ao mesmo tempo, falava-se de uma arregimentação cada vez maior das massas populares e de setores das Forças Armadas. Além disso, exaltava-se a “vanguarda revolucionária”, que deveria ter firmeza na direção da “revolução nacional”.⁵⁶²

Na noite do dia 25, reunidos no apartamento de Rodolfo Ghioldi no Rio de Janeiro se encontraram Prestes, Berger⁵⁶³, Miranda e Locatelli, já cientes dos levantes em Natal e Recife. Prestes conseguiu convencer a todos da necessidade de se passar à luta armada. Acreditava que

⁵⁵⁸ OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: Um operário no poder. A Insurreição Comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985, p. 96.

⁵⁵⁹ COMEÇOU a revolução. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 2, fevereiro de 1936.

⁵⁶⁰ VIANNA, Marly de Almeida G. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Nunes (Org.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 102.

⁵⁶¹ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 181.

⁵⁶² *Ibidem*, p. 182.

⁵⁶³ Arthur Ernst Ewert (1890-1953), nascido na Prússia Oriental, foi membro do Partido Comunista Alemão entre 1923 e 1927, membro do Secretariado Sul-americano da IC entre 1928 e 1930 e membro do Partido Comunista Chinês entre 1930 e 1934. Nos Estados Unidos, ainda em 1934, adotou o pseudônimo Harry Berger. Em 1935, foi secretário de organização do comitê central do PCB. Também participou da insurreição de 1935. Ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 313.

brigadas operárias seriam mobilizadas e organizadas pelo Partido, o que daria ao movimento um forte poder auxiliar. Era preciso, segundo ele, dar apoio aos movimentos do Nordeste, em referência aos movimentos de Natal e Recife, porém romper também o isolamento de levantes ocorridos no Ceará, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Minas Gerais. E também era de importância central tentar a vitória no Rio de Janeiro, pois daí em diante haveria uma “contaminação revolucionária” pelas cidades e campos do país. Mesmo com questionamentos de Ghioldi, Berger e Miranda, a resolução de se passar à ação revolucionária foi aprovada. Assim, a ação foi marcada para a madrugada do dia 27 de novembro, uma quarta-feira. O plano insurrecional incluía um início simultâneo no 3º Regimento de Infantaria, localizado na Praia Vermelha, na Escola de Aviação Militar (EAM), no Campo dos Afonsos, em certos quartéis da Vila Militar e na Marinha de Guerra. O papel auxiliar seria feito por brigadas operárias espalhadas pela cidade, com a finalidade de desorganizar a ação do governo.⁵⁶⁴

No entanto, foi no momento da ação que a fragilidade e a ilusão do Partido Comunista foram reveladas. Isto porque apesar de os militantes do 3º Regimento de Infantaria terem conseguido dominar o quartel, eles ficaram isolados, pois não houve apoio da Escola de Aviação Militar nem da Vila Militar e muito menos da Marinha. Miranda havia prometido uma greve geral, que também não aconteceu. E não houve ação das brigadas operárias.⁵⁶⁵

No jornal *A Classe Operária*, havia um balanço do porquê as forças revolucionárias teriam passado à ação mesmo com a desvantagem de o adversário já saber das insurreições do Nordeste, o que retirava o elemento surpresa da ação. Então se dividia este balanço em quatro pontos. O primeiro deles era o de que não havia outra forma de luta efetiva e realizável para vencer o adversário e ajudar as insurreições nordestinas. O segundo era o de que se não agissem naquele momento, aceitariam sem luta o desarmamento das tropas nacional-revolucionárias. O terceiro se concentrava na ideia de que se houvesse sucesso ou uma duração significativa da luta, grandes porções do povo se animariam a ingressar na insurreição, pois segundo o artigo, cerca de 3000 operários haviam entrado em greve. E o quarto ponto era o de que os nacional-revolucionários consideravam as forças militares que estavam ao seu lado suficientes para sustentar a luta, de forma a instigar vacilações nas forças do adversário e além disso conquistar as massas de forma a que participassem ativamente do movimento.⁵⁶⁶

⁵⁶⁴ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 186.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 187.

⁵⁶⁶ COMEÇOU a revolução. *A Classe Operaria*, Rio de Janeiro, p. 2, c. 3, fevereiro de 1936.

O artigo do jornal *A Classe Operária* reconhecia que além de o adversário ter conseguido cercar o intuito das forças revolucionárias, estas também apresentaram problemas de coordenação de seus esforços. Além disso, havia o reconhecimento de que os militares dispostos a lutar pela revolução eram bem menos numerosos do que se esperava e também as forças do governo eram bem maiores do que os nacional-revolucionários imaginavam.⁵⁶⁷

Os resultados: mais de duas mil pessoas foram presas, chegando-se ao ponto do maior navio do Lóide Brasileiro⁵⁶⁸, o Pedro I, ter se transformado em uma penitenciária em alto-mar. Interrogatórios e tortura foram impostos a operários, lavradores, soldados, escritores, professores universitários e políticos. O PCB teve todo seu comitê central preso. A ANL também teve sua direção aprisionada. Apesar de João Gomes, ministro da Guerra, não ter levado a cabo a ideia de fuzilar os revoltosos, todos os assessores do Comintern presentes no Brasil para a tentativa de insurreição foram torturados. Segundo Francisco Viana, Harry Berger foi torturado até a loucura. Sua esposa, Elise Ewert, foi seviciada ao ponto de ter os seios cortados e depois mandada a um campo de concentração na Alemanha, onde foi morta. O especialista em comunicação Victor Allan Barron⁵⁶⁹ foi morto. Prestes não chegou a ser torturado, mas foi preso e passaria dez anos sem comunicação alguma. Olga Benário, sua companheira, foi deportada para um campo de concentração alemão, onde também morreria.⁵⁷⁰

Apesar de todas essas consequências, Marly Vianna considera que houve um saldo em favor dos tenentes, quando se trata da luta contra as injustiças sociais e da indignação perante à contínua reprodução das gritantes diferenças sociais. Vianna considera que a ação política do mês de novembro era resultado da ausência de cultura política da sociedade brasileira, porém a autora destaca a relevância dos tenentes em sonhar com uma sociedade mais justa e digna. Ela salienta o fato da iniciativa de luta dos tenentes pelos seus ideais.⁵⁷¹

Já Paulo Sérgio Pinheiro explica que o golpismo dos tenentes se combinou com a estratégia da Internacional Comunista, que considerava que os países “semicoloniais” como o

⁵⁶⁷ Ibidem, ibidem.

⁵⁶⁸ Lóide Brasileiro ou Lloyd Brasileiro, autarquia criada no fim do século XIX com a função de companhia de navegação. Extinta em 1997.

⁵⁶⁹ “Quase nada se sabe a respeito do norte-americano Victor Allan Barron, a não ser que era filho de Harrison George, ex-redator dos jornais Daily Worker e Western World, de São Francisco -, e que foi o delegado norte-americano na reunião de Montevidéu em 1929, como membro do Partido Comunista norte-americano.” In: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 313.

⁵⁷⁰ VIANA, Francisco. **O Dia em que o trem da história atrasou**. In: TAVARES, José Nilo (Org.). Novembro de 1935: meio século depois. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 35.

⁵⁷¹ VIANNA, Marly de Almeida G. **O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Nunes (Org.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 102.

Brasil deveriam passar por uma insurreição militar. Criou-se uma idealização em torno da figura de Prestes e a Coluna, chegando-se ao ponto de se imaginar que os tenentes poderiam fazer muito mais com o auxílio do marxismo soviético do que haviam feito nas revoltas tenentistas dos anos 20.⁵⁷²

Entretanto, o envolvimento da Internacional Comunista nos levantes não é um ponto pacífico na historiografia sobre 1935. Dulce Pandolfi discorda da ideia de que a Internacional Comunista tenha de fato conduzido as revoltas daquele ano. A autora cita depoimentos de Prestes e Bangú onde estes negam que a IC tivesse indicado a decisão de se realizar os levantes. No entanto, Pandolfi considera que se pode falar em influências para a decisão tomada pelos pecebistas de se realizar a insurreição e elas seriam o tenentismo e o acoplamento acrítico às teses da Internacional sobre países como o Brasil. Os comunistas do Brasil teriam adotado uma visão golpista a partir de sua interpretação a respeito desses fatores, o que os levou a desprezar as condições do movimento de massa da própria sociedade brasileira.⁵⁷³

Marly Vianna também discorda da tese que defende ter o Komintern apresentado a instigação e a condução dos movimentos de 1935. Segundo a autora, a Internacional se manteve em uma *expectativa conivente* em relação ao que pudesse acontecer no Brasil. Isto porque desde principalmente 1927, o intuito do Komintern era a defesa do Estado soviético e não mais a revolução mundial. Segundo Vianna, as três insurreições de novembro de 1935 apresentaram níveis elevados de autonomia e o PCB não conseguira impor um caráter político-partidário a estes movimentos.⁵⁷⁴

Eliezer Pacheco, por sua vez, considera que o ingresso de Prestes e os tenentes no PCB trouxe as concepções “putschistas” ao partido. Sem espaço para maiores discussões, predominou no momento da insurreição a visão imediatista dos tenentes.⁵⁷⁵

Francisco Carlos Pereira Cascardo explica que em julgamento posterior feito pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) ficou provado que não houve participação dos seis principais membros do Diretório Nacional da ANL na deflagração do movimento de novembro. Os membros eram: Roberto Sisson, Herculino Cascardo, Francisco Mangabeira,

⁵⁷² de
⁵⁷³ 576

⁵⁷² PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 331.

⁵⁷³ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 122-123.

⁵⁷⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 304.

⁵⁷⁵ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 173.

⁵⁷⁶ CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 478-479.

Campos da Paz, Benjamin Cabello e Carlos Amorety Osório. Os três primeiros haviam sido presos em 25 de novembro de 1935. O quarto e o quinto em 26 de novembro. E o último em maio de 1936.⁵⁷⁷

As funções de chefia do levante de 1935 foram exercidas de forma exclusiva pelos membros do PCB. Entre eles, pode-se citar Agildo Ribeiro, Silo Meireles, Alberto Besouchet, Levias Otero, Agliberto Vieira de Azevedo, Sócrates Gonçalves, Álvaro Francisco de Souza, David de Medeiros Filho e Tomás Meirelles Filho. No entanto, não é seguro afirmar que os militares envolvidos na revolta fossem tenentistas, posto que estes eram liberais, ou comunistas, sendo que estes pregavam a luta de classes. Apoiando-se na opinião de Abguar Bastos, participante do movimento, Pereira Cascardo sustenta que o levante era prestista.⁵⁷⁸

Quanto a Prestes especificamente, sua prisão ocorrera no dia 5 de março de 1936, junto com a de Olga Benario, sua companheira. Olga estava grávida, porém não se sabe se com o conhecimento do casal. No aparelho partidário onde foram pegos, a polícia apreendeu uma enorme quantidade de documentos confidenciais.⁵⁷⁹ Em setembro de 1936, Olga foi deportada para a Alemanha nazista.⁵⁸⁰ Uma campanha internacional em que tomariam parte Leocádia, mãe de Prestes, e também Octávio Brandão, conseguiria libertar Anita Prestes, a filha do casal Prestes e Olga, no dia 21 de janeiro de 1938, quando foi entregue à Leocádia Prestes, em Berlim. Olga não seria liberta.⁵⁸¹

O jornal *A Classe Operária* refletiria a importância da campanha de soltura de Prestes a partir daí, pois em seu número de abril de 1936 havia um artigo na primeira página que defendia mais vigor e energia na luta pela sua libertação.⁵⁸² A edição de 10 de janeiro de 1937 traria um apelo da mãe de Prestes, Leocádia, para que seu filho fosse solto.⁵⁸³ E a capa da edição de 1 de julho de 1938 trazia os dizeres: “Anistia a Prestes, Agildo Barata, Agliberto, Miranda, Ghioldi, Berger!”⁵⁸⁴

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 481.

⁵⁷⁸ Ibidem, p. 487.

⁵⁷⁹ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 197.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 199.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 205-206.

⁵⁸² A QUADRILHA odienta de Getulio e Sales prepara medidas extremas contra Prestes. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, abril de 1936, p. 1-7, c. 2-3.

⁵⁸³ PRESTES, Leocádia. **Apêlo da mãe de Prestes ao povo hespanhól**. *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1937, p. 1-4, c. 2-3.

⁵⁸⁴ A CLASSE OPERÁRIA, Rio de Janeiro, 1938, n. 215, 1 de julho de 1938. 8p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a derrota do movimento de 1935, Getúlio Vargas desencadearia uma severa repressão à oposição ao seu governo, tornando comum o uso das prisões políticas contra seus adversários. Crescia ao mesmo tempo a ideia de que a Constituição de 1934 não seria o suficiente para garantir a estabilidade do país. O principal artífice desta ideia foi o general Góis Monteiro. Segundo Carlos Pereira Cascardo, Monteiro sustentava que a manutenção daquela Carta Magna traria a impunidade e até mesmo o caos. O resultado foi o advento do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, tendo como seus principais construtores o próprio general Góis Monteiro, o general Dutra, o presidente Vargas e Ação Integralista Brasileira como força auxiliar.⁵⁸⁵

Nas palavras de Marly Vianna, a falta de mínimo respaldo popular dos movimentos armados de 1935 acabou reforçando as propostas autoritárias dos grupos dominantes, com a destruição da frente democrática em tentativa de construção.⁵⁸⁶

Com a derrota dos levantes de novembro de 1935, podem ser levantadas algumas questões a respeito de como o PCB procedeu.

Se o PCB não tivesse participado dos levantes, teria conseguido levar adiante a ideia de frente ampla? Ou esta ideia se adequava mais a uma organização como a ANL?

E aí cabe outra questão. Pois se a justificativa para a suspensão da ANL havia sido o discurso de Prestes no dia 5 de julho, tivesse ele não lançado a palavra de ordem “Governo Popular Nacional Revolucionário”, a ideia de frente ampla poderia ter crescido mais, sob o manto da legalidade?

Se se realiza uma observação sobre os setores que o jornal *A Classe Operária* tentava abarcar em sua ideia de aliança, percebe-se que o campesinato de fato não se integrou na luta. Além disso, observa-se que a participação nos levantes se deu de forma quase restrita ao meio militar. Então talvez mesmo que a ANL permanecesse na legalidade, isso não quer dizer que sua ideia de frente ampla resultaria em algo maior, pois os trabalhadores em sua maioria, incluindo-se os urbanos e os rurais, não foram conquistados e nada pode garantir que o seriam depois de 1935.

⁵⁸⁵CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. *A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.) *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 486-487.

⁵⁸⁶VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 307.

Então, torna-se compreensível a realização dos levantes em novembro de 1935. Não se pode perder de vista que a eclosão do primeiro movimento em Natal, no dia 23 de novembro, teve uma forte contribuição do contexto local, que tinha relação com a disputa pelo poder estadual. Porém havia um descontentamento geral entre os soldados e cabos que não haviam sido promovidos após a “Revolução de 30”. Também foi um fator relevante a organização relativamente forte que o PCB possuía em Natal. Outro fator foi a tendência à ação armada verificada nos discursos dos líderes partidários, como nos artigos de Bangú no jornal *A Classe Operária* durante o ano de 1935, como visto no fim da primeira seção do terceiro capítulo desta dissertação. Além disso, percebia-se um superdimensionamento das movimentações da ANL por meio dos discursos de Fernando Lacerda e “Marques” perante a Internacional Comunista. E como Daniel Aarão Reis explica, já havia uma decisão por parte do Comitê Central do PCB de se passar às “ações decisivas” desde pelo menos o dia 9 de novembro de 1935, data do telegrama enviado por Harry Berger e Prestes à IC comunicando tal resolução.⁵⁸⁷

Mas o que dizer sobre o jornal *A Classe Operária* neste contexto? Que peso tinha o jornal na acepção da aliança de classes pretendida neste meio que convulsionava em 1935? Pode-se dizer que a ideia de frente ampla abarcou a questão democrática, na pergunta emprestada da obra de Dulce Pandolfi na parte final do primeiro capítulo desta dissertação?

Pôde-se observar que o jornal *A Classe Operária* teve pelo menos três momentos diferentes quanto à questão da aliança de classes neste período de 1928 a 1935. No primeiro deles, entre 1928 e 1929, houve uma exposição da aliança com preferência de relações entre proletariado e “pequena burguesia”, com pequenas aparições do campesinato. No segundo momento, entre 1930 e 1931, a aliança passou a abarcar de forma mais intensa os camponeses, porém com uso de termos mais ligados à realidade rural, como trabalhador rural, colono e trabalhador agrícola. Ao mesmo tempo havia uma inclusão de soldados, marinheiros, negros, “índios” e mulheres na ideia de aliança, com menos destaque para os três últimos. E em um terceiro momento, principalmente a partir de 1934, a ampliação da ideia de aliança levou à inclusão dos cangaceiros, dos trabalhadores nordestinos e a um reforço no abarcamento de negros e indígenas. Foi neste terceiro momento que o jornal passou a dar espaço de destaque à ANL, na ideia de frente ampla.

Tomando-se por base a questão da inclusão de cada vez mais elementos na ideia de aliança, parece plausível dizer que a questão democrática foi contemplada. Porém, é preciso um pouco mais de atenção neste ponto. Pois se observa que mais elementos estavam incluídos na

⁵⁸⁷ REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 182.

aliança, porém não havia um protagonismo de todos esses elementos. Um exemplo disso é que as mulheres sequer apareciam no terceiro “período” da ideia de alianças, entre os anos de 1934 e 1935.

Além disso, os trabalhadores rurais não estavam mais sendo encarados como nos anos de 1930 e 1931, em que as edições do jornal demonstravam uma preocupação com as vicissitudes próprias do campo. Os anos de 1934 e 1935 transparecem mais os desejos do que o partido queria em relação aos cangaceiros, por exemplo, mas sem se levar em conta a situação real do Nordeste. Pode-se talvez dizer que em matéria de observação das condições sociais dos trabalhadores pretendidos pela aliança, os anos de 1934 e 1935 tenham sido mais “pobres” do que os anos de 1930 e 1931.

Porém, também se poderia perguntar: por que exigir do PCB um status de partido genuinamente democrático, se o período em questão tinha apenas alguns traços de democracia? Pois importa lembrar que o partido nem existência legal tinha. Talvez o PCB, com todas as suas limitações, possuísse as aspirações mais democráticas que pudessem existir naquele momento, que era o de ascensão das ideologias completamente avessas à própria democracia, como o fascismo e o nazismo. O próprio governo Vargas nascera de uma situação excepcional no ano de 1930.

Portanto, pode-se dizer que o jornal *A Classe Operária* serve como um testemunho: o de que em um país sem democracia, tentou-se construir a ideia democrática possível.

A Classe Operária era um jornal. Expressava a ideia de alianças no âmbito que lhe cabia. A confirmação do plano revolucionário teria que vir da prática, com a continuidade da Frente Única, o que não pôde acontecer. Mas a ideia, em si, não morreu.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

II CONGRESSO DO P.C.B. (Secção Brasileira da Internacional Comunista). Theses e Resoluções. Rio de Janeiro: 1925.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 1, 1 de maio de 1928, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 2, 5 de maio de 1928, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 3, 12 de maio de 1928, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano IV, n. 4, 19 de maio de 1928, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano V, n. 63, 6 de julho de 1929, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano V, n. 65, 20 de julho de 1929, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 85, 15 de fevereiro de 1930, 2p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 86, 20 de fevereiro de 1930, 2p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 89, 17 de abril de 1930, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 92, 3 de julho de 1930, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 93, 19 de julho de 1930, 2p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 94, 28 de julho de 1930, 2p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VI, n. 97, 27 de agosto de 1930, 2p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VII, s. n., 10 de novembro de 1931, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VII, n. 132, 15 de dezembro de 1931, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 145, novembro de 1932, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano X, n. 164, 1 de agosto de 1934, 8p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano X, n. 167, 23 de agosto de 1934, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano X, n. 169, 12 de setembro de 1934, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano X, n. 170, 3 de outubro de 1934, 4p.

A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 174, 11 de março de 1935, 4p.

- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 175, 16 de março de 1935, 6p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 176, 23 de março de 1935, 4p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 178, 10 de abril de 1935, 6p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 180, 1 de maio de 1935, 16p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 184, 20 de junho de 1935, 8p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 189, setembro de 1935, 4p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XI, n. 192, 19 de outubro de 1935, 8p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XII, s. n., fevereiro de 1936, 8p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XII, n. 199, abril de 1936, 4p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 207, 10 de janeiro de 1937, 4p.
- A CLASSE OPERARIA, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 215, 1 de julho de 1938. 8p.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- FOURTH CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Theses on the Eastern Question. 5 december 1922, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/4th-congress/eastern-question.htm>, último acesso em 09/09/2017.
- FRITZ MAYER. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revólta de S. Paulo e a guerra das classes no Brazil*. Buenos Aires: s/d, 1926.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: [memórias de militância]*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MINUTES OF THE SECOND CONGRESS OF THE COMMUNIST INTERNATIONAL. Petrograd, July 19 – August 7 1920, in: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/2nd-congress/>, último acesso em 07/09/2017.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO. Ata de reunião da Comissão Central Executiva do PCB do dia 17 de setembro de 1928. ASMOB/ Microfilmes da Internacional Comunista/ Documentos do Partido Comunista do Brasil - PCB/ Documentos do Comitê Central do PCB e departamentos do CC. IC-05/ IC-05.
- PARTIDO COMMUNISTA DO BRASIL. Theses e Resoluções Adoptadas Pelo III Congresso do Partido Comunista do Brasil. [S. l: s.n].

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Conversacion con los delegados del Brasil sobre el problema de tactica. [S.l.]: Junio 12 de 1929.

SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. El Movimiento Revolucionario Latino Americano. Versiones de la Primera Conferencia Comunista Latino Americana. Buenos Aires: La Correspondencia Sudamericana, Junio de 1929.

SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Reunion del dia 15 de junio de 1929. [S.l.]: Junio 15 de 1929.

SECRETARIADO SUDAMERICANO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. Reunion del Secretariado Sudamericano realizada el 26 de setiembre de 1929. [S.l.]: Setiembre 26 de 1929.

Bibliografia

ALTVATER, Elmar [et. al.]. *História do marxismo VIII; o marxismo na época da Terceira Internacional; o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AMARAL, Roberto Mansilla. *Uma memória silenciada. Idéias, lutas e desilusões na vida do revolucionário Octávio Brandão: (1917-1980)*. Niterói: [s.n.]. 2003. 351f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. V. 2. 4. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BERNARDES, Maria Elena. *Laura Brandão: a invisibilidade na política*. Campinas, SP: [s.n.], 1995. 211f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BIANCHI, Alvaro. O que é pequena burguesia? In: <https://blog.esquerdaonline.com/?p=2766&print=pdf>.

CARONE, Edgard. *Classes Sociais e Movimento Operário*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. V. 1. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1972*. Tradução de Celso Mauro Pasiornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. *A crise do movimento comunista*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.
- COLOMBO, Eduardo [et al.] *História do Movimento Operário Revolucionário*. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Imaginário, 2004.
- COSENZA, Apoena Canuto. *Um Partido, Duas Táticas: Uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo: [s. n.]. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. *Teoria e história: uma relação tensionada*. In: Revista Internacional de Humanidades, n. 1, v. 2, 2013.
- DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução: leituras comunistas no Brasil e na França*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa (A política de alianças do PCB, 1928-1935)*. Campinas, SP: [s. n.]. 1988. 417f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Conjunto de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- DEVEZA, Felipe Santos. *O Movimento Comunista e as Particularidades da América Latina: Um Estudo Comparado do México, do Brasil e do Peru (1919-1930)*. Rio de Janeiro: [s. n.]. 2014. 420f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada.
- DOREA, Augusta Garcia Rocha (Org.). *O pensamento revolucionário de Plínio Salgado*. São Paulo: Voz do Oeste, 1983.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935*. Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.) *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII– XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850 – 2000*. Tradução de Paulo César Castanheira. 1ª ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. ; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GAMA, Aldo. O cangaço desmistificado. Brasil de Fato, 02.05.2011. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/node/6182/>, último acesso em 06.10.2018.

GOLIN, Tau. **A crise revolucionária que não houve**. In: *A III Internacional Comunista*. V. 2. São Paulo: Brasil Debates, 1989.

GOMES, Ângela Maria de Castro...[et al.]. *O Brasil republicano*. V. 10: sociedade e política (1930-1964). 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10).

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. (Org.) *História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Tradução de Waltensir Dutra. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Revolucionários*. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOVAL, Boris. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*. Tradução de Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo, 1952-1966*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LÖWY, Michael. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários*. Tradução de Heloísa Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução de Felipe José Lindoso. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Tradução de José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

MIGNOLO, Walter. *A opção de-colonial: desprendimento e abertura. Um manifesto e um caso*. In: *Tabula Rasa*, n. 8, Enero-junio 2008. Disponível em: <http://revistatabularasa.org/numero-8/mignolo1.pdf>, último acesso em 16.11.2018.

MORAES, João Quartim de; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

_____; DEL ROIO, Marcos. *História do marxismo no Brasil*. V. 4. Campinas: Unicamp, 2007.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. *Praxedes: um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Os novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928-1948)*. Campinas: [s.n.], 2003. 383f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEDROSA, Mário. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

_____; SECCO, Lincoln Ferreira. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; DEL ROIO, Marcos. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PIPES, R. *Russia Under the Bolshevik Regime*. New York: Vintage Books, 1995.

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991)*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do poder: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>, último acesso em 16.11.2018.

REBELO, Apolinário. *A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. V. 5. Campinas: Unicamp, 2007.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SEGATTO, Jose Antonio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVA, Ângelo José. *Agrarismo e industrialismo: uma primeira tentativa marxista de interpretação do Brasil*. In: Revista de Sociologia e Política, n. 8, 2007.

SILVA, Hélio. *1935 – A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

_____. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUSA, Fábio da Silva. *El Machete e A Classe Operária: A imprensa comunista mexicana e brasileira (1920-1940)*. Assis: [s.n.], 2015. 306f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

TAVARES, José Nilo (Org.). *Novembro de 1935: meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VIANNA, Marly de A. G. Os primeiros anos do PCB e a Internacional Comunista, p. 12. In: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Marly%20Vianna.pdf.

_____. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WEINSTEIN, Barbara. *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*. Durham: Duke University Press, 2015.

WELCH, Clifford Andrew. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. [et al]. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. ; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLF, Eric. *As guerras camponesas do século XX*. Tradução de Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.

Z Aidan Filho, Michel. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.